BIBLIOTECA VIRTUAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

# Partidos e Sindicatos

## Escritos de Sociologia Política

Leôncio Martins Rodrigues

# Sumário





# Apresentação

Este livro reúne um conjunto de artigos sobre dois temas que tendem a se aproximar: o do partido e o do sindicalismo.

O primeiro, "A composição social das lideranças do PT", foi escrito em março de 1989, e apresentado em abril no Colóquio Franco-Brasileiro de Ciências Sociais realizado em Paris. Esta é sua primeira publicação.

O segundo artigo, "Paradoxos do sindicalismo", foi publicado no *Jornal da Tarde*, em 5 de outubro de 1985. Apenas uma ou outra correção foi introduzida.

Já não foi assim com o artigo "O sindicalismo corporativo no Brasil", originalmente publicado no Jornal da Tarde, em 29 de novembro de 1980. Nesse caso, muita coisa foi alterada. Partes inteiras foram introduzidas e outras eliminadas. Ocorre que a Constituição de 1988 trouxe importantes mudanças para o sistema sindical. Esse fato exigiu a atualização da primeira versão. Contudo, na parte histórica, relacionada à montagem do modelo corporativo, pouca coisa foi mexida.

O quarto estudo, "Lênin: e o problema da burocracia na URSS", reproduz uma conferência que pronunciei, em 15 de novembro de 1987, no seminário: "Os setenta anos da Revolução Russa", patrocinado pela Fundação Wilson Pinheiro. Essa conferência foi depois publicada pela revista *Lua Nova*, do CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), no seu número 15, de outubro de 1988. Algumas das ideias comidas nesse artigo repetem as que formulei em outro ensaio redigido com a participação de Ottaviano De Fiore, sob o título: *Lênin: capitalismo de Estado e burocracia* (São Paulo, Perspectiva, 1978, col. Elos). Contudo, a conferência pronunciada na Fundação Wilson Pinheiro, em vários pontos, afasta-se do primeiro ensaio sobre Lênin e os primeiros anos da consolidação do poder soviético. Em primeiro lugar, a questão relacionada ao capitalismo de Estado foi deixada de lado; em segundo lugar, introduzi algumas informações relativas à situação da economia soviética entre os anos de 1918 e 1921 e, em terceiro lugar, interpreto de outra maneira as críticas de Lênin à burocracia. O ensaio de 1978 é mais descritivo e permanece colado aos textos de Lênin, que aparece, assim, como o grande crítico da burocracia no novo regime. Na conferência

para a Fundação Wilson Pinheiro, contudo, interpreto o leninismo como um precursor do stalinismo. Além disso, Lênin é entendido não como um crítico geral da burocracia, mas como ideólogo da tecnocracia.

O último artigo, "Trabalhadores numa indústria automobilística: perfil social e participação sindical" reproduz com uma ou outra modificação de estilo, um estudo que foi apresentado na XI Reunião Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais), realizada em Águas de São Pedro em outubro de 1987. Esta é a sua primeira publicação.

Por fim, quero agradecer a Erica Toledo Piza Peluso pelos trabalhos de organização, datilografia e cuidadosa revisão dos textos aqui incluídos.

L. M. R.
São Paulo, junho de 1989.



## A Composição Social das Lideranças do PT

Apesar de a natureza do socialismo petista ser algo nebuloso inclusive para seus dirigentes –, algumas ideias relativas ao caráter do novo partido são geralmente admitidas por seus simpatizantes e mesmo por seus adversários. O PT seria "algo novo", uma novidade em matéria de partido, diferente não só de outros partidos brasileiros, de esquerda ou de direita, como também de outros modelos partidários que vigoram ou vigoraram fora do Brasil.

Na constelação dos partidos existentes atualmente no País – ou que existiram anteriormente –, o PT se distinguiria por ter sido criado "de baixo para cima", por ter saído das classes trabalhadoras e não dos meios parlamentares, das classes proprietárias ou do Estado. Nesse sentido, o PT seria a expressão mais pura da sociedade civil na sua luta contra o autoritarismo de um Estado dominado pelos militares e de uma sociedade capitalista.

Por exemplo, o professor Francisco Weffort, membro da Executiva Nacional, assim se expressa sobre a natureza de seu partido:

> Que eu saiba, não há nenhuma experiência similar à de um partido como o PT, que nasce na segunda metade do século XX em condições muito diversas de todas as experiências anteriores dos partidos de esquerda, assim como em condições muito diversas da sociedade capitalista, seja do século XIX, seja do período entre as guerras.[1]

Numa entrevista mais recente, Weffort acentua que

> o PT exclui a hipótese do socialismo burocrático do tipo do Leste europeu, exclui a possibilidade da socialdemocracia *à la* Felipe Gonzales ou do SPD (Alemanha). [...] Não há, que eu conheça, nenhum caso que pudesse designar como modelo.[2]

A ideia do PT como "novidade" é também defendida por alguns pesquisadores da história do partido. Rachel Meneguello, por exemplo, considera que:

---

[1] Francisco Weffort, *Em Tempo,* 3/12/81.
[2] Francisco Weffort, *Jornal da Tarde,* 17/11/88.

> o Partido dos Trabalhadores constitui uma *novidade* no sistema político brasileiro, relacionada, entre outras coisas, pela mudança no papel político exercido pelos setores mais modernizados da classe trabalhadora e pelo seu esforço de organização autônoma.[3]

O caráter de novidade e de singularidade do PT viria, entre outras razões, do fato de ter vindo de baixo. Escreve o professor José Álvaro Moisés:

> É bem conhecida a novidade apresentada pelo PT na história política brasileira: não só o PT rompeu com a velha tradição elitista de partidos organizados de cima para baixo – na verdade o PT foi o primeiro partido, nos últimos cinquenta anos, a nascer da iniciativa de "baixo" – como também rompeu a tradição de partidos que nasciam dentro do Estado ou por iniciativa do Estado.[4]

O PT teria surgido de baixo para cima porque seria uma criação do movimento sindical e dos movimentos sociais. Assim, "o PT é um partido muito peculiar como partido político. É um partido que tem origens nos movimentos populares, nos movimentos sociais, no movimento sindical", nota ainda Francisco Weffort.[5]

No mesmo sentido, escreve o deputado José Dirceu, líder estudantil em fins da década de 60, em São Paulo, e atual secretário-geral do PT:

> O PT aparece no bojo do movimento sindical do ABC e no interior das lutas populares. Nasce sustentado por lideranças da Igreja progressista, por intelectuais e setores da classe média que se opunham à ditadura e lutavam pelo socialismo. Na sua raiz, encontravam-se, inclusive, organizações marxistas-leninistas.[6]

Margaret Elizabeth Keck, em sua minuciosa pesquisa sobre o PT, também aceita a tese da predominância das lideranças sindicais (*labor leaders*) sem fazer distinção entre o sindicalismo de trabalhadores fabris e o sindicalismo de classe média.[7]

---

[3] Rachel Meneguello, *PT. A formação de um partido – 1979-1982.* São Paulo, Paz e Terra, 1989.
[4] José Álvaro Moisés, Partido de massas: democrático e socialista. In: Vários autores. *E agora PT?,* São Paulo. Brasiliense, 1986. 2. Ed. p. 182.
[5] Francisco Weffort, entrevista à revista *Socialismo e Democracia.* Ano III, n. 9, 1986, p. 42.
[6] José Dirceu, Os desafios do PT. In: Vários autores. *Op. cit.*, p. 36.
[7] Margaret Elizabeth Keck, *From movement to politics. The formation of the workers' party in Brazil.* Tese de doutoramento apresentada na Columbia University, 1986, mimeo. Especialmente p. 473-4.



*Não discordamos inteiramente dessas colocações*. Não há dúvida de que existe, no PT, algo de singular e de inusitado que vem da participação, numa mesma organização partidária, de dirigentes sindicais, militantes socialistas de diferentes filiações ideológicas e militantes católicos de numerosas entidades ligadas à Igreja. No plano organizatório, isso significa a presença concomitante – mas não oficial – de sindicatos e associações de classe, organizações católicas (como as Comunidades Eclesiais de Base, a Pastoral Operária, a Comissão Pastoral da Terra, etc.) e de várias pequenas organizações de esquerda (os "grupelhos", como algumas vezes são pejorativamente chamadas, ou as "tendências", como são oficialmente designadas). No plano ideológico, resulta daí a mistura, nem sempre harmoniosa, de concepções socialistas democráticas ao lado de outras leninistas e trotskistas, às quais cumpriria acrescentar a influência de um socialismo católico moderado e de um socialismo já não tão moderado da Teologia da Libertação. A tudo isso se deve acrescentar uma dose de nacionalismo terceiro-mundista, outra de antisstalinismo e outra de pragmatismo sindical. Desse modo, realmente o PT deve ser entendido como algo novo na história dos partidos brasileiros e dos partidos de esquerda.

Porém, outras ideias relacionadas às origens do partido e à sua "natureza de classe", no nosso entender, mereceriam ser discutidas. Referimo-nos, em primeiro lugar, à tese de que o PT, por ter surgido do movimento sindical e dos movimentos sociais e populares, seria um partido que "veio de baixo". Essa afirmação encerra apenas meia-verdade e faz crer que o partido surgiu única e exclusivamente dos pobres, dos dominados, das massas de trabalhadores, enfim, de todos os que estão colocados à margem das instâncias de poder. Na realidade, não foi bem assim. O PT surgiu dos movimentos sociais, mas dos movimentos sociais controlados ou influenciados pela Igreja Católica, que está longe de ser, no Brasil, uma instituição fraca, marginal ou ilegítima. Por outro lado, o PT de fato foi lançado e apoiado por dirigentes sindicais, por lideranças operárias, se quisermos, mas por diretores dos *sindicatos oficiais*, quer dizer, por organizações com certo poder de pressão e mobilização de massas.

A segunda ideia relacionada a natureza desse partido que julgamos necessário discutir melhor é de que se trata de um partido formado basicamente por trabalhadores (como o próprio nome sugere e a liderança do Lula parece comprovar). Sem pretender negar que o PT possui nas suas instâncias dirigentes, um número de operários e sindicalistas, maior do que

o de outros partidos brasileiros, os dados que levantamos indicam que o PT deveria, mais adequadamente, ser entendido do ponto de vista sociológico como um partido de classe média ou, mais exatamente, de *um* setor das classes médias. Para uma melhor discussão desses aspectos, conviria remontar às origens do PT.

## A formação do Partido dos Trabalhadores

Os primeiros passos para a criação de um novo partido, controlado pelas lideranças sindicais e ligado organicamente às classes trabalhadoras, foram dados por um grupo de sindicalistas que formavam a corrente dos "autênticos" ou dos "combativos", algumas vezes, denominada também de "novo sindicalismo".[8]

A proposta de formação do PT foi lançada, de modo formal, no XI Congresso dos Metalúrgicos realizado em Lins (SP), em janeiro de 1979. Os planos iniciais demoraram um pouco para deslanchar em razão de divergências existentes tanto no interior das próprias lideranças sindicais "combativas", como em razão da atuação de outras organizações mais de esquerda que atuavam no meio operário. De um lado, havia as lideranças sindicais ligadas ao PCB, ao PC do B e ao MDB, que não viam com bons olhos a constituição de um partido rival; de outro lado, havia a pressão dos pequenos grupos que pretendiam dar ao novo partido uma feição mais revolucionária do que gostariam Lula e outros sindicalistas. Não se chegando a um acordo, a facção liderada por Lula seguiu em frente, separando-se dos sindicalistas que mais tarde viriam a dominar a tendência chamada "Unidade Sindical", influenciada pelos comunistas. A tendência que tinha Lula como o principal líder aproximou-se então dos setores mais radicais, entre os quais as "oposições sindicais", que tinham muitas vinculações com a Igreja através da Pastoral Operária e eram muito críticas

[8] Os contornos do que se denominou de "sindicalismo autêntico" ou de "novo sindicalismo" não são muitos precisos. O termo "autêntico" era utilizado por um grupo de dirigentes sindicais que começou a se manifestar mais aberta e firmemente em fins do governo Geisel, em defesa da reposição salarial dos 34,1% e outras reivindicações. Por sua vez, os sociólogos e analistas do movimento operário algumas vezes chamaram de "novo sindicalismo" as orientações sindicais expressas mais particularmente por Lula. Para uma análise das tendências sindicais na origem do PT, cf. Isabel Ribeiro de Oliveira, *Trabalho e política; as origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis, Vozes, 1988.



com relação à estrutura sindical corporativa.[9] Na verdade, embora houvesse consenso com relação à criação do novo partido, as divergências eram muitas porque Lula e outros dirigentes sindicais não estavam de acordo com relação à criação de um partido de tipo marxista e/ou leninista:

> O partido dos trabalhadores que nós acreditamos e um partido neutro, com ampla liberdade, com amplo pluralismo ideológico, um programa aberto, um partido de massas que tenha como fim primeiro abrir um espaço político ao trabalhador (*Lula*, 1981).[10]

Apesar da inexistência de um acordo quanto à natureza do novo partido, prosseguiram os preparativos para a sua formação. Em outubro de 1979, numa reunião de dirigentes sindicais de todo o País, foi criada uma Comissão Nacional Provisória e emitida uma Declaração Política que afirmava o PT como canal de expressão partidária e política de todos os explorados pelo capitalismo.

Após esses passos, em fevereiro de 1980, o PT foi lançando oficialmente num congresso que, segundo os observadores, reuniu de setecentas a mil pessoas. Essa reunião pode ser considerada o congresso de fundação do partido. Ao contrário de outras organizações de esquerda, o PT não surgia de pequenos grupos (clandestinos ou semiclandestinos) de intelectuais, estudantes e, às vezes, alguns operários. Ao contrário. O congresso de fundação realizou se publicamente no Colégio Sion, uma tradicional escola católica para moças, num elegante bairro de São Paulo. O evento teve ampla cobertura da imprensa. Entre os presentes estavam dirigentes sindicais, militantes de antigas organizações guerrilheiras, ex-comunistas, ativistas do movimento estudantil dos anos heroicos de fins da década de 60, militantes de organizações católicas, de movimentos

*Ver, mais adiante, o capítulo "O sindicalismo corporativo no Brasil".

[9] A Pastoral Operária surgiu em São Paulo nos primeiros anos da década de 70, como uma iniciativa da Igreja. A Pastoral dava cobertura a militantes do movimento operário durante o período mais duro da repressão e procurava organizar grupos de trabalhadores fazendo a ligação entre os movimentos de bairros e o movimento operário. A Pastoral Operária teve papel decisivo na reorganização da Oposição Metalúrgica, desarticulada entre 1974 e 1977 pela prisão de seus principais militantes. Uma excelente reconstituição das relações entre a Pastoral Operária e a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, na qual nos baseamos, é feita por Hamilton José Barreto de Faria. *A experiência operária nos anos de resistência; a oposição sindical metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário (1964-78)*. Dissertação de mestrado apresentada na PUC de São Paulo, 1986, mimeo. 2 v.

[10] Entrevista citada por Isabel Ribeiro de Oliveira, *Op. cit.*, p. 130.

populares, de pequenos grupos de orientação leninista ou trotskista, intelectuais e estudantes. Nesse público heterogêneo, os dirigentes sindicais, especialmente os do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, atraíam as atenções e ocupavam uma posição de destaque. Não só eram o que se poderia chamar de "autênticos membros da classe operária" como haviam ganhado notoriedade e respeito pela condução de magníficas greves no setor metal-mecânico, desafiando o regime militar e enfrentando as poderosas multinacionais do setor automobilístico. Porém, embora as luzes dos refletores se dirigissem mais para Lula, e os sindicalistas atraíssem mais a atenção, na penumbra, mais discreta, estava a Igreja Católica representada por numerosas organizações, como as Comunidades Eclesiais de Base, a Pastoral Operária, as "oposições sindicais", etc. Assim, o PT, embora tivesse nascido longe do Estado e das classes empresariais, surgiu a partir de duas instituições sólidas da sociedade brasileira: a Igreja e a estrutura sindical oficial.

## A ação da Igreja

Geralmente, na análise do PT, é o seu lado sindical que aparece em primeiro plano. Pouca atenção é dada às organizações católicas que tiveram um papel decisivo na viabilização do partido em todo o País, ajudando na formação dos diretórios e, posteriormente, atuando ativamente nas eleições em favor dos candidatos petistas. O apoio da Igreja e de suas organizações (embora não de modo oficial) manifestou-se desde os primeiros momentos de formação do partido. Ela teria sido estimulada, observa Rachel Meneguello, "pela ideia anteriormente existente da própria Igreja de viabilizar a construção de um partido de trabalhadores – um PT cristão".[11] Embora o grande apoio da Igreja tenha vindo dos setores progressistas e das tendências ligadas à Teologia da Libertação, Rachel Meneguello chama a atenção para o fato de que personalidades ligadas às tendências católicas mais tradicionais, vindas do antigo Partido Democrata Cristão, também aderiram ao PT. Alguns dados ajudarão a visualizar melhor as características e a extensão da ação da Igreja e dos setores católicos "progressistas". Ricardo Galletta, em sua pesquisa sobre a pastoral popular – definida como "todas as ações da Igreja no âmbito das classes populares" – indica que no Encontro das CEBs em Itaici (1981), dentre os que estavam ligados a algum partido, 66% atuavam no PT. Já no Encontro Nacional da Pastoral Operária (dezembro de 1983), 97% dos presentes manifestaram-se politicamente a favor do Partido dos Trabalhadores. Entre os 902 candidatos apoiados pela pastoral popular em todo o Brasil nas eleições de 1982,67% eram candidatos do PT.[12] Esses referem às Comunidades Eclesiais de Base, à Pastoral Operária, à Comissão Pastoral da Terra e a outras pastorais. Essas entidades estão mais ligadas ao clero "progressista" e envolvem, além dos padres, uma população leiga. Outra pesquisa, de Antônio Flávio Pierucci, tratando especificamente do envolvimento dos padres de paróquias nas eleições de 1982 em São Paulo, mostra que eles tomaram parte ativa no processo eleitoral. As preferências partidárias estavam assim distribuídas: 49% para o PT, 39% para o PMDB e o restante se dividiam entre os demais partidos. Deve-se notar que, entre os padres com 35 anos ou menos, 83% eram favoráveis ao PT e somente 13% preferiam o PMDB. "Quanto mais jovem, mais petista", conclui o autor da pesquisa.[13]

---

[11] Rachel Meneguello, *Op. cit.* p. 64.



[12] Ricardo Galletta, *Pastoral popular e política partidária no Brasil.* São Paulo, Paulinas, 1986, p. 29.
Não conhecemos informações mais precisas sobre a força das CEBs. Scott Mainwaring refere-se às estimativas de oitenta mil CEBs, com dois milhões de participantes. (Cf. *Igreja Católica e política no Brasil – 1916-1985*). São Paulo; Brasiliense, 1989. p. 127.) Antônio Flávio de Oliveira Pierucci estima que, em 1974, as CEBs seriam aproximadamente quarenta mil. Em 1979, estariam na casa dos oitenta mil. Em agosto de 1981, como informa o mesmo pesquisador, o senador Jarbas Passarinho, do PDS, declarava alarmado que elas já seriam duzentas mil. As preocupações do senador, ex- ministro dos governos militares, vinham do fato de que as comunidades estariam ligadas ao PT. Cf. Antônio Flávio Pierucci. De l'Eglise Traditionnelle aux Communautés Ecclesiales de Base. *Problèmes d'Amérique Latine*, nº 65, 3º trimestre, julho de 1982. p. 71-2. O autor estima que é difícil calcular o número exato de CEBs porque seu grau de organização e atuação efetiva varia muito. Por volta de 1980, ano em que foi criado o PT, Pierucci, em artigo publicado conjuntamente com outros pesquisadores, considera que, seguramente, haveria mais de 50 mil CEBs em todo o País. Cf. Candido Procópio Ferreira de Camargo, Beatriz Muniz de Souza e Antônio Flávio de Oliveira Pierucci. Comunidades Eclesiais de Base. In: Paul Singer e Vinícius Caldeira Brant, São Paulo: o povo em movimento, Petrópolis, Vozes – Cebrap, 1980. p. 62. Cada CEB reúne, nos bairros pobres, um grupo de pessoas – raramente mais de cinquenta –, que é organizado pelas paróquias a fim de desenvolver atividades comunitárias e de auxílio mútuo. As CEBs procuram incentivar a solidariedade grupal e a "tomada de consciência política", assim como as lutas reivindicatórias. Como ressalta Paul Singer, as CEBs retomaram reivindicações de melhorias urbanas anteriormente levantadas pelas Sociedades de Amigos do Bairro. Cf. Movimentos de Bairro. *Op. cit.*
[13] Antônio Flavio Pierucci, Democracia. Igreja e voto; o envolvimento dos padres de paróquia de São Paulo nas eleições de 1982. Tese de doutoramento apresentada no Departamento de Ciências Sociais da USP, São Paulo, 1984, mimeo., p. 227 e 237.

Ana Maria Doimo, por sua vez, chama a atenção para o relacionamento das lideranças dos movimentos populares e operários ligados à Igreja com lideranças laicas dos sindicatos. Alerta-nos para o fato de que o PT não era um projeto da Igreja como um todo, mas de setores identificados com as lutas populares. O PT representaria o "esteio político desses setores", preservando "a unidade e os limites institucionais da Igreja".[14]

Todos os dados indicam, assim, que a Igreja Católica foi um fator decisivo tanto na formação como no crescimento posterior do PT. Como veremos adiante, ela está presente nos principais escalões do partido, através de várias organizações católicas e dos movimentos populares.

## Os dirigentes sindicais

A estrutura sindical brasileira, em virtude de sua vinculação ao Estado e subordinação legal ao Ministério do Trabalho, tende a ser vista, amiúde, como uma instituição de importância secundária na política nacional.

Porém, do ponto de vista institucional, conviria lembrar que o modelo corporativo de relações profissionais (do qual os sindicatos oficiais de empregados e patrões fazem parte) passou incólume por três constituições brasileiras (talvez quatro, dependendo da interpretação). Consolidada durante o Estado Novo, quando vigorava a Carta outorgada de 37, a estrutura sindical corporativa não foi alterada nem pela Constituição de 46 nem pela de 67. A Constituição de 88 introduziu algumas alterações substanciais no que diz respeito à autonomia dos sindicatos ante os poderes públicos. Contudo, não afetou as bases do modelo corporativo ao manter a unicidade sindical, as modalidades de arrecadação compulsória (a contribuição sindical e a contribuição assistencial), o monopólio da representação profissional, o enquadramento sindical, a organização verticalista, etc. Sob muitos aspectos, a nova Constituição nada mais fez do que reforçar o sindicalismo corporativo, embora o tornasse mais independente dos poderes públicos. Uma instituição capaz de resistir não apenas às mudanças no arcabouço jurídico e político do País, mas também a transformações profundas no sistema econômico, na

[14] Ana Maria Doimo, Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade. In: Paulo Krischke e Scott Mainwaring, orgs. *A Igreja nas bases em tempo de transição.* São Paulo, LPM/Cedec, 1986, p. 113. O mesmo volume traz outros importantes artigos sobre as relações da Igreja com os chamados movimentos sociais.



estrutura social, na relação cidade-campo, não pode ser considerada uma instituição frágil e marginal.* Um indicador do peso do sindicalismo oficial na sociedade e na política brasileiras, e também nas lutas trabalhistas, é o fato de todas as lideranças sindicais, inclusive as que participaram ativamente na formação do PT e que enfrentaram os governos militares, terem saído de *dentro* do sindicalismo oficial. Foi daí que lideraram grandes movimentos grevistas. Quem quer que acompanhe minimamente o desenvolvimento do sindicalismo brasileiro pode notar as 'acirradas disputas que envolvem as diferentes facções, das mais moderadas às mais radicais, para o controle das organizações sindicais oficiais. Nenhuma tentativa mais consistente de criação de sindicatos ou de associações "paralelas" ou independentes do sistema corporativo foi empreendida pelas correntes mais "autênticas" ou "combativas": todo seu esforço foi no sentido de atenuar, ou, se possível, eliminar a subordinação dos sindicatos ao Estado, mas não de destruir o modelo.[15] Essas observações não devem ser tomadas como um juízo de valor. Elas não têm nenhum sentido crítico. Destinam-se apenas a acentuar a importância dos sindicatos oficiais nas lutas dos trabalhadores e na vida política brasileira. O processo de abertura e o desgaste eleitoral – que, cada vez mais, uma intervenção governamental nos sindicatos produzia – agiam no sentido de fortalecer os sindicatos oficiais e de aumentar a sua importância como instrumento de luta reivindicatória. Consequentemente, à medida que a transição democrática avançava, o espaço de atuação dos sindicatos e de suas lideranças se tornava maior. Desse modo, embora certamente a existência de

[15] Para sermos justos, convém dizer que setores do movimento das oposições sindicais metalúrgicas de São Paulo foram fortemente críticos com relação à estrutura sindical corporativa. No seu esforço de combate às direções consideradas moderadas e subservientes aos governos militares, procuraram levar os sindicatos para dentro das empresas através da criação de comissões de fábrica. O esforço, apesar de alguns êxitos, não frutificou. Além disso, não é possível deixar de notar que as oposições sindicais, hoje organizadas em São Paulo no MOSMSP (Movimento das Oposições Sindicais Metalúrgicas de São Paulo), vêm tentando sistematicamente conquistar as diretorias dos sindicatos oficiais, fato revelador da importância que atribuem a essa instituição. O PT, por sua vez, quando da votação sobre a estrutura sindical, em princípio, defendia a ampla liberdade de associação, o que poderia inegavelmente levar à pluralidade sindical e, assim, à destruição do modelo existente. Observe-se, no entanto, que não houve de parte da CUT ou de sindicatos ligados a ela nenhum esforço de mobilização dos trabalhadores e de pressão sobre os parlamentares diferentemente do que ocorreu com os sindicalistas ligados aos dois partidos comunistas, ao PDT, ao PMDB, e à burocracia das federações e confederações que se empenharam vivamente no sentido de manter o modelo corporativo.

um líder político de âmbito nacional possa ser interpretada como a expressão de uma "nova classe operária", cumpre não esquecer que a ascensão de Lula (assim como a de outros dirigentes sindicais) se efetuou a partir da estrutura sindical corporativa. Se as lideranças sindicais puderam ter a iniciativa da formação de um novo partido e, dentro dele, ocupar posições de relevo, sua influência esteve indissoluvelmente ligada às posições que detinham como diretores dos sindicatos oficiais. Foi a partir daí, utilizando a estrutura sindical de um modo não desejado pelo governo e pelo empresariado, que puderam se projetar como lideranças políticas. Nesse sentido, a influência dos dirigentes sindicais dentro do PT pode ser tomada como um indicador da importância que os sindicatos (corporativos) adquiriram (ou conquistaram) na sociedade e na política do País.

Além dessas duas instituições fortes, o PT contou, desde o início, com o apoio de outro segmento importante e legítimo da sociedade brasileira: a alta intelectualidade. É possível, aqui, que apenas uma parcela minoritária da *intelligentsia* nacional tenha apoiado o PT e que o grosso de seus efetivos tenha ficado com o MDB e depois com o PMDB (antes da formação do PSDB). Porém, as facções da intelectualidade nacional que aderiram ao Partido dos Trabalhadores não eram compostas de intelectuais marginais às instituições dominantes do campo cultural. Não se tratava de uma intelectualidade "maldita" ou marginal, de emprego instável e futuro incerto, isto é, dos intelectuais revolucionários típicos das primeiras fases do movimento operário. Pelo contrário. O PT contou, desde seu nascimento, com o apoio não apenas da "baixa intelectualidade", mas também com o de grandes nomes da *intelligentsia* brasileira, com posições dominantes nas principais universidades, nos meios de comunicações de massa mais importantes, no meio artístico, etc.

Os membros da alta intelectualidade pouco representavam numericamente na massa de aderentes do PT. Por si mesmos, não teriam condições de viabilizar qualquer partido. Qualitativamente, no entanto, tiveram um papel de relevo. Alguns deles chegaram a ocupar posições estratégicas nos principais organismos dirigentes do partido. No conjunto, sua adesão foi importante para dar respeitabilidade política ao PT, como indicam os manifestos de apoio ao partido, divulgados habitualmente nas ocasiões eleitorais, contendo a assinatura de nomes ilustres da intelectualidade nacional.



Além da Igreja, dos sindicatos oficiais e da intelectualidade, o PT recebeu o apoio de um grupo de parlamentares da chamada "tendência popular", que, eleitos pela legenda do MDB, trocaram esse partido pelo PT. O grupo era relativamente pequeno. Em São Paulo, principal base do PT, ele se compunha de seis deputados estaduais e um federal. A proporção de deputados de outros Estados foi ainda menor. Apesar disso, a adesão dos deputados foi importante para a legalização do partido junto à Justiça Eleitoral e para lhe possibilitar uma ação política de nível mais elevado.

Assim, o PT, ainda que tivesse surgido de fora do Estado, dos círculos políticos e parlamentares dominantes, e dos meios empresariais, pôde projetar-se rapidamente na política nacional, ocupando um amplo espaço nos meios de comunicação de massa, mesmo quando sua *performance* eleitoral foi bem inferior à alcançada nas eleições de 1988. Desse ângulo, não há nada em comum com a formação do PCB, o único partido de esquerda antes do PT a ter alguma expressão na grande política. Na reunião que marcou oficialmente a criação do PCB (chamada pomposamente de I Congresso) estavam presentes apenas nove delegados representando 73 membros de grupos comunistas. Entre os delegados, estavam dois intelectuais e sete trabalhadores, a maioria de formação artesanal. Nenhum deles ocupava posição de destaque na vida política ou cultural do País. Até aproximadamente 1934, quando militares e intelectuais aderiram em maior número ao partido, o PCB continuou como uma seita sem maior expressão na política brasileira.

### A chegada dos intelectuais e das classes médias

"Entre 1979 e 1981" informa Rachel Meneguello em seu estudo sobre o PT – "não menos de 50% dos membros das comissões nacionais provisórias pertenciam ao grupo sindicalista".[16] Tratava-se de algo inédito na história partidária brasileira. Nem mesmo no PCB, que se proclamava "o partido da classe operária", os trabalhadores tinham conseguido uma participação tão relevante nos órgãos dirigentes da organização. Convém lembrar, a propósito, que enquanto o líder máximo do PT é um operário metalúrgico e ex-dirigente sindical, no PCB os dois militantes que por mais tempo ocuparam a secretaria geral (Astrogildo Pereira e Luiz Carlos Prestes) vinham de famílias

[16] Rachel Meneguello, *Op. cit.*, p. 69.

tradicionais empobrecidas. O primeiro era jornalista e escritor; o segundo, capitão do Exército.[17] Porém, como nota ainda Rachel Meneguello,

> a partir de 1981 observa-se, a nível nacional, certa diminuição do espaço político ocupado pelos sindicalistas. A composição da Comissão Executiva Nacional, eleita em setembro de 1981, indica que, mesmo mantendo seus principais expoentes, o novo sindicalismo passou a dividir em maior grau a direção do partido com militantes dos demais grupos internos, inclusive ligados aos grupos de esquerda.[18]

Com efeito, a primeira Comissão Nacional Provisória, de 1979, tinha doze dirigentes sindicais num total de dezesseis membros. Apenas um parlamentar dela fazia parte. Entre os diretores de sindicatos, havia dois professores e um bancário. Os demais eram de sindicatos de trabalhadores manuais. Na Comissão Nacional Provisória de 1980, os sindicalistas continuavam majoritários, mas três parlamentares (num total de doze) haviam passado a integrá-la.

Já na atual Executiva Nacional, a proporção de dirigentes de classe média e alta supera a de trabalhadores manuais, embora a proporção de sindicalistas continue elevada. Assim, a Executiva eleita em janeiro de 1988 está formada por ampla maioria de profissionais liberais e professores (do ensino secundário e universitário). De um total de vinte membros (catorze efetivos e seis suplentes), somente cinco haviam sido trabalhadores manuais, três deles metalúrgicos. No conjunto, apesar da amplitude do conceito, pode-se dizer que a Executiva Nacional está composta majoritariamente por

[17] A alta liderança comunista, até aproximadamente 1930, continha vários trabalhadores, muitos deles artesãos vindos do movimento anarquista. Na década de 30, sobretudo após 1934, com a formação da Aliança Nacional Libertadora, aumentou fortemente a proporção de intelectuais e militares (na sua maioria, tenentes e capitães, mas também alguns cabos e sargentos do Exército) nas principais instâncias do partido. Desde então, os grupos de classe média continuaram dominantes, embora nenhum intelectual importante tenha feito parte do núcleo dirigente. Para uma avaliação mais ampla da composição social do PCB, cf. Leôncio Martins Rodrigues. O PCB: os dirigentes e a organização. In: Boris Fausto, org. *O Brasil republicano,* v. 10 da *História geral da civilização brasileira.* São Paulo, Difel, 1981.

[18] Rachel Meneguello, *Op. cit.*



elementos de classe média. Em termos de escolaridade, com exceção de três metalúrgicos, todos têm nível universitário.[19]

*Profissões dos membros da Comissão Executiva Nacional*
*(Eleita no V Encontro Nacional, em dezembro de 1987).*

| Profissão | Nº |
|---|---|
| Professores | 5 |
| Advogados | 4 |
| Bancários | 3 |
| Metalúrgicos | 3 |
| Jornalistas | 2 |
| Economista | 1 |
| Poeta | 1 |
| Operador | 1 |
| Total | 20 |

[19] A nossa classificação das profissões dos dirigentes petistas certamente contém os habituais problemas encontrados nas tentativas de localização das profissões. Alguns dos membros da Executiva Nacional (como acontece habitualmente com a trajetória profissional das pessoas) exerceram mais de uma profissão, ao mesmo tempo ou no transcorrer de suas vidas. É o caso, por exemplo, de Perseu Abramo, jornalista e professor universitário. Em nossa classificação, foi incluído entre os jornalistas, embora desde 1979, ao deixar de trabalhar na *Folha de S. Paulo,* venha lecionando jornalismo na PUC de São Paulo. O deputado federal José Genoíno, por sua vez, foi catalogado como professor por ter lecionado durante certo período no ensino secundário. Ocorre que Genoino começou suas atividades políticas no movimento estudantil, tendo sido presidente do diretório central dos estudantes da Universidade Federal do Ceará e vice-presidente da União Nacional dos Estudantes. Do movimento estudantil passou à luta armada, tendo participado da guerrilha do Araguaia. Preso em 1972, passou cinco anos na prisão. Foi eleito deputado federal pela primeira vez em 1982. Por outro lado, há dirigentes da Executiva que, mais propriamente, deveriam ser classificados com "militantes". Trata-se dos que se iniciaram na atividade política muito cedo e nunca exerceram outro tipo de atividade. É o caso de José Dirceu, deputado estadual de São Paulo c secretário-geral do PT, ex-estudante de Direito da Universidade de São Paulo e dirigente da União Estadual dos Estudantes. Preso durante a ditadura militar foi trocado pelo embaixador norte-americano sequestrado por uma organização de luta armada. Desde então, passou a viver em Cuba. Retornou ao Brasil com a anistia, por volta de 1980. Por ter completado seu curso de Direito, foi incluído entre os advogados, embora pudesse ser rotulado de "militante" ou "político". Os membros da Executiva de origem operária foram catalogados como "metalúrgicos" e não como dirigentes sindicais, embora estivessem afastados do trabalho fabril há muito tempo. É o caso de Lula, eleito para a diretoria do sindicato de São Bernardo em 1969. Jacó Bittar, segundo vice-presidente da Executiva, que trabalhava na refinaria de Paulínia como operador de máquina, quer dizer, numa função técnica de nível médio, aparece como "operador" e não como advogado por ter se formado tarde e não ter exercido essa última profissão.

Conviria agregar, embora este ponto escape de nossa problemática central, que onze dos vinte dirigentes nacionais, são de São Paulo (ainda que não necessariamente tenham nascido nesse Estado). Seguem-se Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com dois representantes cada. Vêm a seguir, com apenas um representante, o Distrito Federal, Sergipe, Tocantins, Paraná e Santa Catarina. Note-se que há somente um dirigente dos Estados do Nordeste e um do Centro-Oeste, dado indicativo da implantação, significativamente bem maior, do PT em São Paulo, Minas Gerais e Estados do Sul. Apesar da importância do Rio de Janeiro como segundo maior centro urbano e industrial do país, nenhum carioca ou fluminense faz parte da Executiva. A participação dos petistas do Rio de Janeiro no Diretório Nacional (62 membros) é também muito baixa: apenas três, o que significa uma participação inferior à do Rio Grande do Sul, com cinco; à do Pará, Minas Gerais e Goiás, com quatro cada um. São Paulo, por sua vez, tem nada menos do que 22 membros.

A composição da Executiva reflete a força das tendências e setores atuantes no interior do partido. Dos seus vinte integrantes, dez vieram do movimento sindical: quatro do sindicalismo operário (três foram diretores de sindicato) e seis do sindicalismo *white collar* (quatro foram diretores de sindicatos ou de associações de classe e os demais, embora militantes sindicais, não chegaram a se eleger para a diretoria). Outros quatro dirigentes da Executiva iniciaram-se na política através do movimento estudantil. Os demais adquiriram prestígio e notoriedade em outras atividades antes de aderirem ao partido e nele ascenderem, como "petistas puros" ou como representantes das tendências que operam no interior da organização.

Apesar de o PT ter ganho a prefeitura da maior cidade do País (e também a da cidade de Santos) com uma candidata do sexo feminino, nenhuma mulher integra a Executiva do partido. Entre os 62 membros efetivos do Diretório Nacional há somente duas mulheres e, entre os 21 suplentes, apenas uma.

A Igreja Católica, por sua vez, está presente através de cinco dirigentes: dois ligados à Comissão Santo Dias dos Direitos Humanos, dois da Pastoral Operária e um da Pastoral da Terra.

Deve-se notar ainda o aumento da proporção de parlamentares, fato que revela ao mesmo tempo os êxitos eleitorais do partido e o reforçamento de seu lado parlamentar, eleitoral, em detrimento de seu lado "basista", de



partido de vanguarda, de militantes. Na primeira Executiva Provisória havia apenas um deputado; na Executiva eleita em janeiro de 1988, há cinco deputados federais e dois estaduais, ou melhor, havia, porque a Executiva sofreu alterações após as eleições de alguns de seus membros.[20]

A análise da composição profissional da Executiva, órgão máximo do partido, é certamente relevante para o exame do que se poderia chamar de "natureza de classe" do Partido dos Trabalhadores. Conviria, contudo, verificar também a composição de outras instâncias partidárias importantes. Comecemos pela bancada de deputados federais.

Em 1986, nas eleições concomitantes para a Câmara Federal e Assembleia Nacional Constituinte, o Partido dos Trabalhadores elegeu dezesseis deputados (oito por São Paulo). Classificados pela profissão principal que exerciam antes de serem eleitos em 1986 ou de se dedicarem fui/time à política, quer dizer, antes de se tornarem políticos profissionais, tem-se a seguinte distribuição:

*Profissões dos deputados do PT na Câmara Federal*
*(Eleições de novembro de 1986)*

| | |
|---|---|
| Professores | 5 |
| Metalúrgicos | 2 |
| Bancários | 2 |
| Economistas | 2 |
| Médicos | 2 |
| Advogado | 1 |
| Assistente social | 1 |
| Topógrafo | 1 |
| Total | 16 |

[20] Depois das eleições de novembro do ano passado, houve alterações na composição da Executiva em razão de alguns de seus membros terem sido eleitos ou chamados a trabalhar nas prefeituras administradas pelo partido. Saíram três dirigentes de sindicatos de trabalhadores, um do setor *white collar* e dois advogados. Foram substituídos por um trabalhador rural, um jornalista, um advogado, um médico e dois professores (um do magistério superior e outro do secundário). Com isso, aumentou o peso das camadas médias e altas na Executiva do PT. A relação completa dos nomes e dos Estados está publicada no *Boletim Nacional,* órgão da Comissão Executiva do partido, nº 33 (nov., dez. de 1987, jan. de 1988). Os dados relativos aos componentes da Executiva se baseiam em nossos conhecimentos pessoais, em informações extraídas de jornais e em informações que nos foram fornecidas, por telefone, por alguns dos próprios dirigentes da Executiva ou por seus familiares.

Como se vê, a bancada do partido na Câmara Federal é composta majoritariamente por profissionais liberais e professores (três do ensino secundário e dois do ensino superior). Nota- se, contudo, a presença de profissões que não exigem nível universitário, como a dos bancários (embora, no caso, os dois bancários tenham formação universitária obtida em duas escolas de prestígio). No conjunto dos deputados federais petistas, a proporção de ex-dirigentes sindicais é forte: dos dezesseis deputados, sete eram sindicalistas (três do setor fabril e quatro do setor *white collar*). De modo geral, a exemplo da Executiva Nacional, a maior parte dos deputados federais petistas pode ser considerada de classe média. Também o número de mulheres é baixo: duas deputadas contra catorze deputados. Observe- se, porém, que a proporção do total de mulheres eleitas em 1986 para a Câmara Federal é de apenas 5%. Por outro lado, há dois negros na bancada do PT, proporção bastante baixa, mas mesmo assim maior do que a existente no conjunto da Câmara, que, praticamente, é formada apenas por brancos.[21]

Chama a atenção o grande número de professores, bem maior, proporcionalmente, ao encontrado nas bancadas de outros partidos. Alguns deles conseguiram se eleger com base num prestígio acadêmico e intelectual mais difuso; outros o conseguiram através da militância em associações de classe. Porém, qualquer que seja o caso, a elevada proporção de deputados federais petistas que exerceram o magistério secundário ou superior não constitui uma especificidade da bancada do partido na Câmara Federal. Se examinarmos as profissões dos candidatos do PT à mesma Câmara e também à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Estado que constitui a verdadeira praça forte do partido) encontraremos os professores (de todos os níveis) como o segmento profissional mais numeroso.

[21] Todos os dados relativos aos deputados federais foram retirados da pesquisa que realizamos sobre a composição da Assembleia Nacional Constituinte. Cf. Leôncio Martins Rodrigues, *Quem é quem na Constituinte.* São Paulo, OESP - Maltese, 1987.



*Profissões dos candidatos do PT à Câmara Federal*
*(Eleições de novembro de 1986)*

| | *Porcentagens* |
|---|---|
| Professores | 19,6 |
| Metalúrgicos | 11,4 |
| Médicos | 9,8 |
| Advogados | 9,8 |
| Jornalistas | 8,1 |
| Bancários | 4,9 |
| Comerciários | 3,2 |
| Comerciantes | 3,2 |
| Outras profissões * | 33,6 |
| Base | 61 |
| Sem informação | 8 |
| Total de candidatos | 69 |

* Outras profissões (um caso): funcionário público, engenheiro, sociólogo, arquiteto, radialista, geólogo, psicólogo, ajudante geral, mestre de obra, metroviário, procurador da Justiça, trabalhador rural, dentista, ferroviário, promotor de vendas, ambientalista, militante (sic), trabalhador industrial (sem identificação da profissão), geógrafo, teatrólogo, assessor (por "assessor" deve-se entender, mais provavelmente, assessor de organização sindical).
Observação: A soma das porcentagens é superior a 100% porque alguns candidatos declararam mais de uma profissão.

Também entre os candidatos a deputado *estadual*, os professores e metalúrgicos continuam a ocupar os primeiros lugares. Comparando a distribuição dos candidatos à Assembleia Legislativa com a dos candidatos à Câmara Federal, nota-se que aumenta tanto a proporção de professores como a de metalúrgicos entre os que concorreram a deputado estadual. No caso, os professores isoladamente representam 25% do total. Junto com os metalúrgicos somam 43%.

*Candidatos do PT à Assembleia Legislativa de São Paulo*
*(Eleições de novembro de 1986)*

| | *Porcentagens* |
|---|---|
| Professores | 25,2 |
| Metalúrgicos | 18,0 |
| Médicos | 9,0 |
| Jornalistas | 6,3 |
| Advogados | 6,3 |
| Bancários | 5,4 |
| Funcionários públicos | 3,6 |
| Outras profissões * | 30,6 |
| Base | 111 |
| Sem informação | 10 |
| Total de candidatos | 121 |

*Outras profissões (em porcentagem): assessor (2,7), vendedor (2,7), químico (1,8), arquiteto (1,8), assistente social (1,8), comerciante (1,8), sociólogo (1,8), escrevente (1,8), operário químico (0,9), secretário do movimento dos sem-terra (0,9), comerciário (0,9), gráfico (0,9), inspetor de alunos (0,9), publicitário (0,9), técnico eletrônico (0,9), aeroviário (0,9), engenheiro (0,9), biólogo (0,9), escriturário (0,9), economista (0,9), trabalhador rural (0,9).
Observação: A soma das porcentagens é superior a 100% porque alguns candidatos declararam mais de uma profissão.

Comparando-se a soma das profissões dos candidatos a deputado estadual com a dos que se candidataram a deputado federal, nota-se, entre esses últimos, a predominância relativa das profissões de nível mais elevado, fato indicativo de que os candidatos à Câmara Federal tendem a ter um *status* social mais elevado do que os que se candidataram à Assembleia Legislativa.

Essa distribuição das profissões se refere a 1986.[22] Dados mais recentes, sobre a composição profissional dos vereadores do partido eleitos em novembro de 1988, em São Paulo, indicam aproximadamente a mesma predominância de elementos de classe média intelectualizada. Nessa eleição, o PT elegeu dezesseis vereadores (a maior bancada da Câmara). Desses, nove eram profissionais liberais, com formação universitária; cinco eram trabalhadores fabris ou manuais, e dois de profissão de nível intermediário. Por outro lado, no secretariado da prefeita Luíza Erundina, quer dizer, na ocupação dos postos de comando, predominam de modo absoluto os intelectuais, especialmente professores, todos brancos. A mesma coisa ocorre em Campinas, apesar de o prefeito eleito ser um sindicalista. Assim, pelo perfil do secretariado de Jacó Bittar publicado pelo jornal *Expressão* (nº 0, ano I, fevereiro de 1989, órgão do Centro de Formação e Estudos Sindicais), a administração petista de Campinas está formada por dois arquitetos, dois economistas, dois professores universitários, uma advogada, um médico, um engenheiro e uma assistente social. É interessante notar que dois têm mestrado e doutorado; um tem mestrado e prepara o doutorado; outro está fazendo o doutorado; outro tem apenas o mestrado, e um tem pós-graduação na França e prepara seu doutorado na UNICAMP. Citamos esses últimos dados para enfatizar que não se trata apenas de profissionais liberais e/ou políticos, mas de pessoas com forte vinculação com a atividade intelectual e universitária, alguns deles com várias obras publicadas.

Não tivemos condições para coletar informações sobre a formação dos secretariados petistas de outras cidades e sobre os deputados e vereadores de outros Estados. Dados esparsos sugerem que, nas cidades menores do interior do País, a composição do partido tende a ser mais popular. Assim, segundo informações divulgadas pela Secretaria Rural Nacional do PT, reproduzidas pela *Folha de S. Paulo* (7/12/88), 40% dos vereadores eleitos pelo partido seriam trabalhadores rurais ou militantes da Pastoral da Terra. Em São Paulo, sempre segundo a mesma fonte, dos 241 vereadores petistas eleitos em novembro de 1988 em aproximadamente cem municípios, quinze seriam lavradores. Esses dados, veiculados logos após a apuração dos resultados eleitorais, estão ainda incompletos. Por eles, não fica claro quantos são trabalhadores rurais ("camponeses") e quantos são ativistas católicos da Pastoral da Terra que não são necessariamente lavradores. Na ausência de informações mais completas, resta a hipótese de que o *status* dos membros do PT (como provavelmente o dos membros de todos os partidos numa sociedade relativamente massificada) tende a baixar à medida que se vai das cúpulas para as bases, dos organismos centrais para a periferia, dos órgãos de decisão para os de execução, das grandes para as pequenas cidades. Em outras palavras: as instâncias partidárias superiores tendem a ser ocupadas, em maior proporção, por pessoas de classe social relativamente mais elevada em comparação com a massa de aderentes.

[22] As informações sobre as profissões dos candidatos do PT foram obtidas de várias fontes, entre as quais uma publicação do partido: *Os candidatos do PT à Assembleia Legislativa e Congresso Constituinte.* Utilizamos também os boletins de propaganda eleitoral divulgados pelos próprios candidatos, as informações obtidas através de jornais, além de nossos próprios conhecimentos sobre os militantes e dirigentes do PT.

## Um partido de assalariados

A caracterização anterior das cúpulas do PT como sendo majoritariamente de classe média vale como um primeiro esforço no sentido de determinar o que o marxismo denominaria de "caráter de classe" do partido. Não seria o caso, aqui, de iniciar qualquer discussão sobre o conceito de classe social. Todos nós sabemos das armadilhas que cercam, mais especificamente, o conceito de "classe média" ou de "classes médias". Todos nós sabemos também que no interior desse "estrato intermediário" cabe muita coisa, do pequeno proprietário (urbano ou rural) aos intelectuais, passando pelos militares. Seria proveitoso, pois, tentar uma conceituação mais precisa dos setores de classe média representados nas instâncias superiores do PT. Porém, antes conviria dizer algo sobre a categoria "classes trabalhadoras". O termo "trabalhador", embora sugira mais correntemente o assalariado manual, é bastante ambíguo para, em certas circunstâncias, abranger também os assalariados não manuais de escolaridade e renda elevadas. Tomado ao pé da letra, no sentido de indicar todos os que trabalham, pode incluir até mesmo os empresários. A tradição, no entanto, continua a associar a palavra, trabalhador, aos manuais de baixa renda, situados na hierarquia social abaixo dos estratos intermediários, ou das classes médias. Mas esse não é exatamente o caso dos operários qualificados das empresas mais modernas. Entre as grandes empresas do ramo metal-mecânico, notadamente da indústria automobilística, as camadas superiores da classe operárias aí empregadas podem tranquilamente ser incluídas entre as camadas intermediárias da sociedade, superando, em termos salariais, muitas profissões habitualmente consideradas de classe média.[23] Essas considerações se encaminham no sentido de sugerir que, tomando-se como ponto de referência a *renda* e a *escolaridade*, o peso dos segmentos de classe média (e alta) no interior dos organismos dirigentes do partido é maior do que a presença de "sindicalistas" e "trabalhadores" deixa supor. Conviria, no entanto, introduzir outra variável, ou seja, a *fonte* ou as *origens* dos rendimentos.

[23] Em pesquisa que realizamos com operários das unidades de São Bernardo do Campo e de São Paulo de uma empresa automobilística, em 1984, 51% em São Bernardo e 68% em São Paulo (onde os salários, na época, eram um pouco mais altos) possuíam automóveis. Os mais qualificados possuíam praticamente todos os objetos domésticos de consumo durável encontrados habitualmente nas residências de classe média. Ver, mais adiante, o capítulo "Trabalhadores de uma indústria automobilística: perfil social e participação sindical".



Mesmo os dirigentes petistas que os institutos de pesquisa de mercado incluiriam sem hesitação no que denominam "classe A" diferenciam-se dos membros de outros segmentos das classes altas pelo fato de serem *assalariados* de renda elevada. Apesar de alguns deles terem aparecido nas listas dos mais altos salários da burocracia pública de São Paulo, não são proprietários, nem rentistas, nem empresários, nem capitalistas, nem possuem patrimônios que possam se equiparar às grandes fortunas da "burguesia proprietária", dos grandes industriais, banqueiros, empresários rurais, etc. A classe alta representada no PT, como os dados relativos às suas profissões indicam, é formada por profissionais liberais cujos rendimentos e altos salários advêm da posse de um saber, de conhecimentos que não estão ao alcance de "qualquer um", mas somente dos que estudaram, dos que dispõem de um diploma universitário e que, por diferentes razões (capacidade individual, relações familiares e políticas, etc.), conseguiram êxito nas suas carreiras profissionais.

A partir da análise da composição das instâncias superiores do PT, julgamos mais correto caracterizar o Partido dos Trabalhadores como sendo basicamente *um partido de classe média assalariada, notadamente de profissionais liberais e outras profissões intelectuais, sendo minoritária tanto a proporção de trabalhadores manuais como a de membros das classes altas, e praticamente inexistente a de proprietários (pequenos, médios, ou grandes).*

## Professores e metalúrgicos

Como vimos, entre os parlamentares petistas da Câmara Federal e candidatos a deputado federal e estadual de São Paulo, os professores constituem a categoria profissional mais numerosa. Trata-se também da categoria de maior peso no interior da Executiva Nacional, que, em princípio, dirige o partido. A influência dos professores nem sempre é muito visível porque, frequentemente, alguns deles aparecem como dirigentes sindicais (que, de fato, são). Ocorre que, a partir mais especificamente de 1978, quando ressurgiu o movimento sindical, ganhou surpreendente força o sindicalismo *white collar*, em particular o dos professores (de todos os níveis de ensino), dos servidores públicos, dos médicos, para não falarmos dos bancários, que já tinham uma tradição de atuação sindical. Sindicatos e associações de professores, de médicos, de

sociólogos, de arquitetos e de outras profissões anteriormente refratárias às atividades sindicais foram criados. Seus dirigentes juntaram-se às lideranças de trabalhadores manuais nos congressos e reuniões sindicais. Tal como aconteceu com alguns dirigentes de sindicatos operários, muitas lideranças de associações de professores e outros setores *white collar* passaram a participar da política, através do PT principalmente, mas também através de outros partidos de esquerda. Alguns deles se candidataram com êxito a postos legislativos ou executivos.[24]

Ultrapassaria de longe os limites desse estudo, discutir o papel desempenhado pelos professores (e outros intelectuais) no PT e nos demais partidos de esquerda (que geralmente atraem mais os intelectuais do que os partidos de direita). Queremos apenas observar que os professores que ocupam posições de destaque no partido, em especial os professores universitários, deveriam, talvez mais adequadamente, ser denominados de *intelectuais*. Suas atividades profissionais não se limitam ao ensino e à pesquisa nos *campi* universitários. Muito pelo contrário. A alta intelectualidade petista (como, aliás, a de outros partidos) tem uma atuação ampla e intensa no campo político e cultural que ultrapassa de longe as fronteiras da academia. Além de publicarem livros, artigos, de participarem em congressos acadêmicos, esses intelectuais estão sempre presentes nos principais meios de comunicação de massas do País e, algumas vezes, nos palanques dos comícios e outras manifestações partidárias. No interior do

[24] Conviria citar alguns casos a título de ilustração. Por exemplo, em Minas o deputado Paulo Gabriel Godinho Delgado, professor e sociólogo, de família tradicional de seu Estado, foi um dos fundadores da União dos Trabalhadores do Ensino de seu Estado. Para sua eleição, em 1986, foi importante o apoio que recebeu dos professores de Juiz de Fora, onde residia. Ainda em Minas Gerais, o deputado Virgílio Guimarães foi presidente do Sindicato dos Economistas entre 1983 e 1986. O deputado Vitor Buaiz, que se elegeu prefeito de Vitória, no Espírito Santo, apoiado pela Igreja Católica, foi presidente da Associação Nacional dos Médicos. Em São Paulo, Luiz Gushiken, atual presidente do PT, foi presidente do Sindicato dos Bancários, onde se destacou pela hábil liderança da greve nacional de 1985. Ainda entre os bancários, Olívio Dutra, eleito prefeito de Porto Alegre em 1988, foi presidente do Sindicato dos Bancários. Tanto Luiz Gushiken como Olívio Dutra tem formação universitária: Gushiken é diplomado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo, e Dutra é formado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi também a partir da presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, depois da condução de três grandes movimentos grevistas, que Lula se tornou nacionalmente conhecido, a ponto de ter sido o deputado federal eleito com o maior número de votos em todo o País: mais de meio milhão.



PT, ao lado da tendência majoritária da “Articulação” ou nos “grupelhos”, têm importante papel na discussão da linha política, nas discussões ideológicas e na assessoria dos principais dirigentes do partido [25]. Assim, tanto pelas funções que exercem pessoalmente nos escalões superiores do partido quanto pelo espaço que ocupam nos escalões intermediários e entre a massa de militantes, os professores devem ser considerados o setor profissional mais importante do PT.

A influência dos professores no interior do aparelho partidário, assim como a elevada proporção de deputados que vieram do magistério, não deve ser explicada unicamente por certas características da profissão que os favorecem (ao lado dos advogados e padres) nas atividades políticas: facilidade da palavra, algum domínio da complicada gramática portuguesa, predisposição para o exercício de uma ação pedagógica (especialmente na relação com os trabalhadores), conhecimentos (reais ou aparentes) necessários para as polêmicas e a persuasão, etc. Essas qualificações são certamente importantes para a atuação política, em especial para as funções de assessoria e comando da máquina partidária. Mas a presença de um número elevado de professores entre os deputados e candidatos a deputados do PT, a nosso ver, deve- se mais especialmente às atividades de tipo sindical ou associativo. A agitação e a participação sindical e política do pessoal docente ampliou-se consideravelmente nos últimos anos, a um ponto tal que a categoria dos professores talvez esteja, hoje, entre as que registram os maiores índices de greve, qualquer que seja o indicador utilizado para medi-la. A atividade sindical ajuda a projetar politicamente as lideranças, a popularizar os dirigentes, aumentando suas *chances* de eleição para uma câmara de vereadores, para uma assembleia legislativa e, até mesmo, para a Câmara de Deputados. Tal como acontece com outros sindicatos, as associações e sindicatos de professores já constituem, no Brasil, um importante trampolim para iniciar, com êxito, uma carreira política. Deve-se salientar, no caso específico dos professores, que se trata de uma categoria profissional bastante numerosa, capaz de fornecer uma base eleitoral ampla para as lideranças de suas associações. No magistério primário existe atualmente cerca de um milhão de professores; no magistério secundário,

[25] Em março de 1989, Lula empreendeu uma longa viagem pelos principais países da Europa, onde manteve contatos com círculos políticos importantes. Sua comitiva compunha-se de *um* dirigente metalúrgico (secretário do Sindicato de São Bernardo) e *quatro* intelectuais: um jornalista e três professores das mais importantes universidades de São Paulo.

duzentos mil e, no superior, 120 mil.[26] As mesmas observações poderiam ser estendidas a outras categorias de assalariados de classe média, notadamente dos servidores públicos, que, a partir dos anos 80, vêm desenvolvendo intensa atividade sindical.[27]

Os metalúrgicos são o único setor da classe operária a ocupar um espaço verdadeiramente importante dentro do Partido dos Trabalhadores. Embora não se possa excluir que uma parte (difícil de dimensionar) dos que se apresentam como "metalúrgicos" são, ou foram, empregados de escritórios de empresas metalúrgicas,[28] não há dúvida de que muitos deles são, ou foram, de fato, trabalhadores manuais, entre os quais se sobressaem os ferramenteiros, os controladores de qualidade, etc. O tamanho da categoria nos principais centros industriais, a importância das empresas do setor metal-mecânico, a elevada concentração de trabalhadores em alguns grandes estabelecimentos, além dos níveis salariais e educacionais mais elevados, criam as condições favoráveis para dar aos metalúrgicos um lugar de relevo não somente no movimento sindical, na política brasileira como no interior do PT. Além desses fatores, conviria citar outro ponto não desprovido de importância: a força e o ativismo dos sindicatos de metalúrgicos aumentam a influência de seus líderes no interior do partido, tanto mais que todos eles possuem fortes vínculos com o movimento sindical e com a Central Única dos Trabalhadores. Assim, depois dos professores, é possível situar os metalúrgicos como a segunda categoria de maior peso dentro do PT. Mas sua importância não deve ser medida apenas por esse lado quantitativo. São eles e suas lideranças que dão ao PT um *charme* diferente, novo e, em muitos sentidos, fascinante para a intelectualidade de esquerda. São eles que contrabalançam o ar "radical chique" que o partido adquire em

[26] *Anuário Estatístico do Brasil,* 1986. O *Anuário* traz o número das *funções* existentes no magistério. Como o mesmo professor pode exercer mais de uma função docente, o número efetivo de professores é inferior ao indicado.

[27] Estudo de Maria Hermínia Tavares de Almeida mostrou que os trabalhadores de classe média foram responsáveis por aproximadamente 25% de todas as greves ocorridas entre 1978 e 1986. Como salienta a autora, 72% das greves consideradas de classe média ocorreram no setor público, empreendidas por funcionários e professores da rede pública de ensino. Cf. Difícil caminho: sindicatos e política na construção da democracia. In: Fábio Wanderley Reis e Guillermo O'Donnell, orgs. *A democracia no Brasil; dilemas e perspectivas*. São Paulo, Vértice, 1988.

[28] Pela legislação sindical brasileira, empregados de escritório, técnicos e até gerentes podem, eventualmente, filiar-se ao mesmo sindicato de trabalhadores manuais.



certos meios. Sem os metalúrgicos e a liderança carismática de Lula, o PT provavelmente não seria mais do que um dos múltiplos pequenos grupos marxistas existentes no País ou um partido católico, democrata cristão ou, talvez mais provavelmente, social-cristão.

## Conclusão

Achamos que o Partido dos Trabalhadores efetivamente apresenta aspectos inusitados na imensa constelação dos partidos políticos que já surgiram no Brasil. Também em comparação com outros partidos de esquerda formados em outros países, se o PT não é o único exemplo, certamente apresenta algo de diferente. Seu traço peculiar, segundo entendemos, vem, no plano social, da junção de setores de trabalhadores industriais, das classes médias e altas assalariadas, professores notadamente, e trabalhadores rurais. Com exceção dos pequenos proprietários rurais, as classes proprietárias são praticamente inexistentes no interior do PT. A presença de intelectuais e trabalhadores numa mesma organização partidária não é algo inusitado na História. Pelo contrário. Intelectuais e trabalhadores constituíram sempre um par constante nos partidos de esquerda. Por outro lado, a partir de fins do século passado, começaram as tentativas de aproximação da Igreja Católica com as classes trabalhadoras. O resultado dessa orientação da Igreja em direção ao proletariado foi o surgimento de um sindicalismo católico e de partidos social-cristãos. O lado singular do PT é a união, numa mesma organização, de católicos e marxistas de diferentes tendências. Institucionalmente, há algo também pouco comum: a presença concomitante de associações católicas ao lado dos sindicatos que integram o sistema corporativo de relações de trabalho. No plano ideológico, o resultado é a existência de concepções socialistas muito vagas e difíceis de definir e que terão muita dificuldade de adquirir contornos mais precisos porque a opção, numa ou noutra direção, arrisca a aumentar o coeficiente de conflito interno e, no limite, põe em risco a unidade do partido.

Em termos sociais, o PT, como partido de assalariados, com forte peso de um setor de trabalhadores industriais e com uma liderança de sindicalistas e de intelectuais de classe média não é algo inusitado na história europeia. Porém, para o Brasil, um partido dirigido por setores das classes médias e dos trabalhadores fabris certamente é uma novidade. Desse ângulo, o fato de o PT não pretender ser um "partido da classe operária",

mas um partido de assalariados sem uma ideologia socialista rígida amplia as suas bases de recrutamento e lhe possibilita uma maior integração na sociedade brasileira, ao contrário do que acontecia com outros partidos de esquerda que adotavam o marxismo como ideologia oficial.



## PARADOXOS DO SINDICALISMO

A expansão e consolidação do sindicalismo, tal como existe atualmente nos países capitalistas desenvolvidos da América do Norte e da Europa Ocidental, requereram algumas condições econômicas, sociais, políticas e ideológicas que só se deram plenamente nessas partes do globo: uma industrialização sob economia de mercado, conduzida por uma classe de empresários privados, no interior de um sistema político democrático, fundado ideologicamente no liberalismo. Desse modo, a industrialização criou as bases sociais sobre as quais se assenta o sindicalismo, isto é, uma classe de trabalhadores fabris; a economia de mercado equiparou a força de trabalho a uma mercadoria cujo preço de venda e modo de utilização (salários e condições de trabalho) poderiam ser negociados pelos trabalhadores; a propriedade privada dos meios de produção criou o adversário ante o qual as associações de trabalhadores procuraram afirmar-se; a democracia política, ao se ampliar, possibilitou a organização da classe operária em partidos e sindicatos, quer dizer, permitiu sua expressão autônoma; as doutrinas liberais, por fim, ainda que inicialmente utilizadas pelos empregadores para obter a proibição das associações trabalhistas, criaram um quadro ideológico e valorativo que deslegitimava as formas de intervencionismo do governo visando ao controle dos sindicatos operários e legitimando os esforços dos trabalhadores para maximizar suas vantagens. Assim, paradoxalmente, o credo liberal das classes proprietárias acabou por favorecer a livre associação dos trabalhadores, permitindo certo grau de conflito social.

Mas a consolidação do sindicalismo foi facilitada pela introdução de princípios e práticas de tipo socialista (intervencionismo estatal, leis sociais, limitações ao direito de propriedade, etc.) no interior de economias fundadas na competição e na propriedade privada. Foi nessa moldura, originalmente dominada pelas concepções do liberalismo, e posteriormente marcada por elementos socializantes, que as associações operárias encontraram o terreno mais propício para seu crescimento.

O sindicalismo surge, assim, com o capitalismo privado, como todo mundo sabe. Questão mais complexa é saber se poderia existir sem ele. Em outras palavras: o desaparecimento do capitalismo implica necessariamente a morte do sindicalismo? Estariam os dirigentes sindicais – no seu esforço

para aumentar a influência e a força dos sindicatos e, consequentemente, enfraquecer o capitalismo e o poder patronal praticando um lento haraquiri, ao destruir o único hábitat que possibilita a sobrevivência do sindicato?

Esse tipo de indagação não preocupou as lideranças sindicais nas fases iniciais de desenvolvimento do sindicalismo, quando este buscava se afirmar em confronto com a ordem burguesa, agitando bandeiras de transformações sociais que deveriam levar ao fim do capitalismo. Os grupos de trabalhadores qualificados, que lideravam o movimento operário, queriam precisamente a destruição do hábitat natural do sindicalismo, que era a economia de mercado. Dificilmente poderia ser de outro modo. Nesses anos – que para a Inglaterra poderíamos localizar no início do século XIX –, a industrialização nada mais significava do que mais lucros para os proprietários e mais trabalho para os operários; a democracia, numa época de sufrágio censitário, permitia a participação eleitoral apenas das classes altas; o liberalismo e o individualismo, por sua vez, eram invocados pelos proprietários, mas cada vez com menos êxito, para a obtenção de leis que proibissem a formação de associações que interferissem no livre jogo de mercado de trabalho, isto é, a oferta e a procura de mão de obra.

Consequentemente, nas décadas de estruturação da sociedade e da economia capitalistas (que constituem as décadas de luta pelo desenvolvimento das associações trabalhistas), toda a lógica e a prática da vivência operária faziam crer que a "libertação da classe trabalhadora" tinha como condição *sine qua non* a abolição da propriedade privada. Nesses anos, os dirigentes das frágeis associações operárias, às vezes clandestinas, às vezes apenas toleradas pelos poderes públicos, estavam muito longe da criação de vínculos de interesses com a sociedade capitalista.

Porém, à medida que o capitalismo se expandia, crescia também o sindicalismo. As primitivas associações de trabalhadores, que organizavam uma minoria da classe, transformaram-se em organizações de massa, com enorme poder no interior das empresas, na economia e no sistema político das democracias capitalistas desenvolvidas. Os dirigentes sindicais passaram a administrar complexas máquinas burocráticas, com imensos recursos e força suficiente para afetar os rumos da política econômica e a gestão da sociedade e do Estado. Nesse passo, na medida em que os sindicatos se transformaram em instituições fundamentais da ordem industrial competitiva e democrática, seus dirigentes adquiriram também um poder sem paralelo em qualquer outro



regime. Consequentemente, passaram a associar seus interesses à continuidade do sistema. O resultado foi o abandono das concepções socialistas e revolucionárias de destruição do hábitat capitalista, que possibilita a existência e o poderio da instituição sindical. Desse modo, o fortalecimento do sindicalismo, em toda parte, levava-o a se afastar do socialismo revolucionário. (Se, na Europa Ocidental, os grandes sindicatos se mantiveram aliados aos partidos socialdemocratas, isso ocorreu porque também esses partidos abandonaram as ideias de estatização da economia e passaram a defender uma política de bem-estar social e de melhorias para os assalariados nos quadros de uma economia predominantemente de mercado.) Na medida em que ambos pareciam provir da mesma fonte – a classe operária – e que ambos lutavam contra um mesmo inimigo – a propriedade privada –, o socialismo e o sindicalismo tenderam a se confundir nos inícios do movimento operário. Porém, tão logo os sindicatos foram aumentando sua força e ampliando seu espaço no interior da sociedade capitalista, começou um longo e às vezes penoso processo de distanciamento orgânico entre eles e os partidos socialistas. A história do movimento operário está marcada por conflitos e acusações recíprocas entre dirigentes sindicais e dirigentes socialistas, conflitos tanto mais agudos quanto mais "radicais" fossem os primeiros.

Deve-se notar que, especialmente no interior da socialdemocracia europeia (onde sindicato e partido começaram unidos por um mesmo ideal), os dirigentes sindicais, nas disputas entre "reformistas" e "revolucionários", tenderam geralmente a apoiar as facções socialistas moderadas. Ocorre que os sindicatos são instituições de trabalhadores, enquanto o socialismo é uma elaboração ideológica de intelectuais. Os primeiros visam defender os interesses dos trabalhadores; seu fortalecimento amplia o poder das lideranças sindicais. O segundo serve para a ascensão dos intelectuais ao poder enquanto "classe para si". O socialismo, como movimento de massas, é o resultado de um movimento operário liderado por intelectuais organizados num partido. Sem o apoio da classe operária, em particular, e das camadas populares, em geral, a *intelligentsia* (quer dizer, a intelectualidade radical) não pode chegar ao poder. Mas, para tanto, é necessário "reeducar" a classe operária, desviar os trabalhadores de sua orientação "economicista" e, fundamentalmente, retirá-los da influência de dirigentes sindicais preocupados unicamente com a obtenção de vantagens que só interessam aos trabalhadores assalariados e que não servem à destruição do sistema capitalista.

Nas primeiras fases da industrialização, a aliança entre líderes operários e intelectuais revolucionários se fez possível porque as lideranças sindicais eram fracas e porque o proletariado, de origem camponesa recente, necessitava das habilidades propagandísticas e organizatórias dos intelectuais, geralmente jovens estudantes ou ex-estudantes.

Como regra geral, nos países em que a classe operária ou algumas de suas camadas ou frações tiveram melhores condições de se organizar autonomamente, a influência dos intelectuais foi menor. Especialmente entre os trabalhadores qualificados, de formação artesanal (que criaram os primeiros sindicatos de ofício), os salários mais elevados, a maior consciência grupal e um nível de instrução mais alto permitiram a ascensão de lideranças sindicais saídas do próprio meio operário que rechaçaram a interferência externa dos intelectuais socialistas nas "suas" bases. (A intelectualidade não perdoou essa fração da classe trabalhadora e a alcunhou, pejorativamente, de "aristocracia operária".).

Em alguns países de antiga industrialização, de tipo liberal (como a Inglaterra e os Estados Unidos), não houve a formação de uma *intelligentsia*, no sentido russo do termo. Os intelectuais rapidamente se profissionalizaram, aproveitando as oportunidades oferecidas pelo mercado, e a intelectualidade, enquanto grupo ou camada social, manteve-se afastada do movimento sindical e da política. Desse modo, a classe operária foi pouco afetada pelas ideologias socialistas, e o sindicalismo tomou feições mais moderadas e conservadoras.

### Leninismo e classe operária

Em alguns outros países da Europa, em especial na Rússia czarista, a formação precoce de uma *intelligentsia*, mais dependente do emprego público do que da economia de mercado, fez com que o socialismo, como ideologia, precedesse o capitalismo e, consequentemente, nada tivesse a ver com o proletariado industrial.[1]

[1] Antes do marxismo, na segunda metade do século XIX, o socialismo já estava bastante difundido na intelectualidade russa através do movimento "populista", de onde saíram, aliás, os primeiros teóricos marxistas da Rússia. As concepções dos "populistas" e marxistas russos são facilmente acessíveis aos leitores brasileiros através de duas obras importantes: *Dilemas do socialismo*, coleção de textos de autores populistas e marxistas, com introdução



Lênin, apoiado em Kaustsky, é um dos que mais cruamente acentua a separação entre o socialismo e a classe operária:

> [...] a doutrina do socialismo surgiu das teorias filosóficas, históricas e econômicas que foram elaboradas pelos representantes instruídos das classes possuidoras, pelos intelectuais [...] Exatamente do mesmo modo, a teoria da socialdemocracia [leia- se hoje: do socialismo marxista] surgiu na Rússia com absoluta independência do desenvolvimento espontâneo, do movimento operário, como resultado natural e inevitável do desenvolvimento do pensamento entre os intelectuais revolucionários socialistas.[2]

Os "intelectuais revolucionários", aqui, eram os estudantes, pois, como assinala Lênin, na última década do século XIX, na Rússia, a teoria marxista constituía a "paixão universal dos jovens instruídos".[3]

Todo o *Que fazer?*, que em princípio é dirigido contra os "economicistas", é uma exaltação dos intelectuais socialistas, uma rejeição do sindicalismo e um menosprezo implícito à classe operária empírica, a qual, sem a direção dos intelectuais, seria incapaz de avançar para formas superiores de consciência (socialista) e, consequentemente, de ser uma classe revolucionária:

> O movimento operário espontâneo não pode criar por si mesmo mais do que trade-unionismo (e inevitavelmente o cria), e toda política trade-unionista da classe operária é precisamente a política burguesa da classe operária. A participação da classe operária na luta política, e mesmo na revolução política, não transforma, de modo algum, a sua política em política socialdemocrata.[4]

Segundo Lênin, os trabalhadores, sem os intelectuais, são capazes de entender apenas "que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, conseguir do governo a promulgação dessa ou daquela lei necessárias para os operários, etc."[5] A classe operária, deixada a si mesma,

de Rubem César Fernandes (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982) e "Socialismo Russo e populismo", Andrzej Waliki. In: Eric Hobsbawn, org. *História do marxismo* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, v. 3, segunda parte: "O marxismo na época da Segunda Internacional").

[2] Lênin, Que fazer? *In*: *Obras escolhidas*. Moscou, Ed. em Línguas Estrangeiras, 1941, t. 1, p.172.

[3] Ib., p. 171.

[4] Id., ib. p. 225.

[5] Ib., p. 173.

prossegue Lênin, luta apenas por medidas "cujo fim é remediar os males de sua situação", quer dizer, segundo nossa interpretação, luta apenas por aquilo que interessa aos operários enquanto operários, mas não luta por aquilo que interessa à *intelligentsia*. Consequentemente, segundo Lênin,

> o objetivo da socialdemocracia consiste em *combater a espontaneidade*, consiste em *desviar* o movimento operário desta tendência espontânea do trade-unionismo de abrigar-se sob as asas da burguesia e atraí-lo para a asa da socialdemocracia revolucionária.[6]

Se nos regimes capitalistas a convivência entre o socialismo e o sindicalismo foi-se tornando problemática, nos regimes socialistas ela se revelaria impossível. Muito cedo, a Revolução Russa evidenciou que o sindicalismo, como instituição de representação autônoma dos trabalhadores, era incompatível com o socialismo, quer dizer, com a ascensão da *intelligentsia* revolucionária ao poder, com a estatização e a centralização da economia e com a eliminação da economia de mercado.

Antes da tomada do poder, os bolcheviques não tinham uma ideia precisa das funções a serem desempenhadas pelos sindicatos numa economia e num Estado dirigidos pelo "proletariado", ou pelo "seu" partido. Nos primeiros meses que se seguiram à tomada do poder, os principais dirigentes do Partido Comunista divergiram no tocante à política que o partido deveria adotar diante dos sindicatos, que, na verdade, nunca haviam sido instituições importantes na sociedade russa. Apesar disso, na maioria da liderança comunista, foi-se consolidando a convicção de que eles não só deveriam ser subordinados ao partido, como também deveriam ser "estatizados". Assim, já no I Congresso dos Sindicatos de toda a Rússia, em janeiro de 1918, foi aprovada uma resolução estabelecendo que, com o avanço do socialismo, "os sindicatos transformam-se, inevitavelmente, em organismos do Estado socialista, nos quais a participação de todas as pessoas empregadas numa indústria constitui parte de seu dever para com o Estado".[7] Nesse mesmo congresso, foi aprovada outra resolução que incorporava as comissões de fábrica (surgidas depois da Revolução de Fevereiro e da queda da autocracia czarista) ao "sistema centralizado dos sindicatos". Esses, por sua vez, ficavam encarregados de zelar pela

[6] Ib., p. 180. Sublinhado no original

[7] E. H. CARR. *La Revolución Bolchevique;* 1917-1923. Madrid, Alianza Editorial, 1972. v.2, p. 117-23.



disciplina no trabalho e de estabelecer normas de produtividade para cada ofício ou categoria de trabalhadores.[8]

Durante a fase que ficou conhecida como "Comunismo de Guerra" (verão de 1918 – primavera de 1921), os sindicatos foram transformados num dos principais instrumentos de recrutamento dos trabalhadores para o esforço militar, ocupando-se da distribuição da mão de obra nos setores considerados mais importantes.

## A militarização dos trabalhadores

Em fins de 1920, uma longa discussão envolveu a cúpula do Partido Comunista relativamente à atitude a ser adotada ante os sindicatos e a força de trabalho. Como se sabe, a posição mais dura foi defendida vigorosamente por Trotski. Este, apoiado então por Bukharin, recomendava a "militarização do trabalho", quer dizer, a imposição da organização e da disciplina militar aos operários, o que parcialmente foi feito. Ã medida que se aproximava o fim da guerra civil, as tropas em disponibilidade foram sendo transformadas em "exércitos revolucionários do trabalho". Trotski queria que os problemas da indústria soviética, arruinada pelos efeitos da revolução e da guerra civil, fossem enfrentados da mesma forma, ou seja, através da militarização da classe operária:

> A militarização do trabalho é impensável sem a militarização dos próprios sindicatos, sem o estabelecimento de um regime em que cada operário se sinta um soldado do trabalho que não pode dispor de si mesmo livremente; quando recebe uma ordem para transladar-se, tem que cumpri-la: se não o fizer será um desertor que deve ser castigado. Quem deve ocupar-se disso? O sindicato. Ele cria o novo regime. Isto é a militarização da classe operária.[9]

Bukharin, por sua vez, teorizando sobre a fase de transição que a União Soviética atravessava (o chamado período de acumulação socialista primitiva), fazia as seguintes considerações:

> [...] no próprio nome de uma real e não fictícia liberdade da classe operária, é necessário abolir a "liberdade de trabalho" (isto é, a

[8] Id., ib., p.121.

[9] Discurso de Trotski no IX Congresso do Partido, em março de 1920. Citado por E. H. CARR, *Op. cit.*, p. 225.

liberdade de mudar de emprego). Ela não mais se adapta a uma "economia planejada" regularmente organizada e a uma correspondente distribuição da força de trabalho. Consequentemente, um regime de trabalho obrigatório e de distribuição estatal da força de trabalho, sob a ditadura do proletariado, já expressa um grau de organização relativamente elevado de todo o aparelho e de estabilidade do poder proletário como um todo.[10]

No polo oposto às posições defendidas por Trotski e Bukharin, no interior do próprio Partido Comunista, estava a facção que ficou conhecida sob o nome de "Oposição Operária", chefiada por Alexandra Kollontai e Shlyapnkov. Enquanto a maior parte da liderança bolchevique entendia que, para combater a miséria e a desorganização econômica, seria preciso ampliar o elenco de medidas coercitivas sobre os trabalhadores, a Oposição Operária entendia que, ao contrário, a reorganização da economia deveria passar por uma maior participação dos operários na gestão das empresas e pela entrega da direção geral da economia aos sindicatos operários. Embora a Oposição Operária não contestasse o papel dirigente do Partido Comunista e a repressão a outras facções políticas, as teses de Kollontai e sua facção foram consideradas "sindicalistas" e contaminadas por concepções "anarquistas". No X Congresso do Partido, em março de 1921, as teses da Oposição Operária obtiveram somente dezoito votos, enquanto as de Trotski-Bukharin receberam cinquenta votos e a "Resolução dos Dez", chefiados por Lênin, foi aprovada com 336 votos.[11]

Na concepção de Lênin, que foi a da esmagadora maioria dos dirigentes comunistas, os sindicatos continuavam como instituições auxiliares do Estado e do partido, colaborando para o aumento da produção e da produtividade. Dizia Lênin:

> Os sindicatos devem ser o colaborador mais ativo e imprescindível do poder estatal, cuja direção, em todo o seu trabalho político e econômico, está a cargo da vanguarda consciente da classe operária, do Partido Comunista.[12]

[10] Nicolai Bukharin, *Economics of the transformation period.* New York, Bergman Publishers, 1971, p. 158. (1ª ed., 1920.) Nicolai Bukharin chega a afirmar que um "sistema universal de trabalho obrigatório" que sob o capitalismo significa a "escravidão das massas de trabalhadores [...] na ditadura do proletariado nada mais é do que a auto-organização do trabalho pelas massas" (p. 118).
[11] E. H. CARR, *Op. cit.*, p. 238.



Para tanto, segundo Lênin, os sindicatos deveriam contribuir para evitar greves e conflitos, preparar administradores de origem operária, realizar uma tarefa de propaganda e de educação dos trabalhadores em favor do aumento da produção, elaborar tarifas e normas de abastecimento, ocupar-se da manutenção da disciplina no trabalho através de "tribunais disciplinares" e, especialmente, procurar fazer com que as amplas massas de trabalhadores tivessem boas relações com os técnicos e especialistas burgueses, quer dizer, com a chefia das empresas estatizadas:

> Custe o que custar, devemos conseguir que os técnicos, como camada social particular que continuará a sê-lo até que se atinja o mais alto grau de desenvolvimento da sociedade comunista, vivam melhor sob o socialismo que sob o capitalismo.[13]

Mesmo não advogando explicitamente a "militarização" dos sindicatos e da classe operária, as ideias de Lênin estavam muito próximas das de Trotski. Embora devessem procurar agir principalmente através da educação e persuasão dos trabalhadores, os sindicatos, dizia Lênin, "como participantes do Poder estatal, não podem se negar a participar da coerção [...] devendo trabalhar em estilo militar".[14]

A concepção leninista do papel dos sindicatos se relacionava com a via pela qual a quase totalidade dos dirigentes bolcheviques imaginava reorganizar a economia e chegar ao socialismo: a restauração da grande indústria era considerada necessária para a "libertação da classe operária do jugo do capitalismo e para o triunfo do socialismo". Isso, na conjuntura da época, como Lênin deixava perfeitamente claro, exigia a "concentração integral de todo o Poder em mãos das administrações das fábricas" que deveriam ser exercidas segundo o "princípio da direção unipessoal das empresas".[15]

Para que a "direção unipessoal das empresas" tivesse o "máximo de liberdade e de manobra" para "aumentar a produção sem perdas e com lucros" – prosseguia Lênin –, "toda a intervenção direta dos sindicatos na

[12] Lênin "O papel e as tarefas dos sindicatos nas condições da NEP". *Obras escolhidas,* Buenos Aires, Problemas, 1946. v. 4. p. 601-2.
[13] Ib., p. 607.
[14] Ib. p. 605.
[15] Ib., p. 601.

administração das empresas, nessas condições", deveria "ser considerada indiscutivelmente nociva e inadmissível".[16]

As teses sobre "o papel e as tarefas dos sindicatos nas condições da nova política econômica", redigidas por Lênin entre 30 de dezembro de 1921 e 12 de janeiro do ano seguinte, foram posteriormente aprovadas pelo Comitê Central do Partido Comunista. De modo geral, elas estabeleceram o modelo das funções reservadas aos "sindicatos" (e, consequentemente, às lideranças sindicais) nas economias socialistas. O resultado da estatização da economia e do regime político de partido único implicou a liquidação do movimento sindical e a subordinação dos novos "sindicatos" e da classe trabalhadora aos "empresários estatais", numa extensão que só poderia se aproximar da situação dos sindicatos sob-regime fascista e nacional-socialista.

## Conclusão

Por ironia da História, o sindicalismo se mostrou mais compatível com o capitalismo do que com o socialismo, com o qual originalmente apareceu associado. Ocorre que, paradoxalmente, tudo o que o movimento operário inicialmente combatia quando da formação do capitalismo revelou-se condição, necessária para o desenvolvimento do sindicato, ou seja, é preciso que haja liberdade de trabalho, que a força de trabalho seja considerada uma mercadoria e que os trabalhadores possam negociar as condições de sua venda. Para tanto, cumpre que o sistema de valores dominantes na sociedade e os fundamentos da ordem jurídica aceitem a legitimidade do lucro. É dessa condição, rejeitada pelas concepções antiliberais, que nasce a possibilidade desta contrapartida do poder patronal e da lógica do lucro que é o sindicalismo. Nas economias estatais (e em outras formas de dirigismo econômico, como no fascismo), teoricamente a empresa produz para atender aos objetivos da coletividade. Ela tem funções sociais, como um serviço destinado a atender aos interesses gerais. Essa concepção do papel da empresa e da atividade econômica, que parece moralmente justa, tem uma consequência: se a empresa não está orientada para o lucro, se não "explora" seus empregados, se não há mais proprietários e assalariados, se seu objetivo é "servir à comunidade" e se, no conjunto, toda a economia está "racionalmente" planejada, não só o

[16] Ib., p. 601.



trabalho se transforma num dever como não cabe aos trabalhadores e suas associações procurarem maximizar suas vantagens específicas prejudicando a "coletividade". Consequentemente não há lugar para o movimento sindical e para o conflito.

A sobrevivência do sindicalismo enquanto instituição depende, pois, de sua habilidade de desenvolver ações em defesa de seus associados, ou dos trabalhadores em seu conjunto, quer dizer, de ações antipatronais, mas sem que isso, no limite, conduza à destruição do adversário. Em outras palavras: os sindicatos, para garantir sua sobrevivência, devem ser antipatronais, mas, não anticapitalistas, o que significa dizer também que o limite do poder sindical é a sobrevivência da empresa e da economia de mercado.

# O SINDICALISMO CORPORATIVO NO BRASIL

## As origens

Vitorioso o movimento revolucionário da Aliança Liberal que levou Getúlio Vargas ao poder, um dos primeiros atos do governo provisório foi a criação, em novembro de 1930, do Ministério do Trabalho. O gaúcho Lindolfo Collor, então deputado federal e grande inspirador da política trabalhista, foi indicado ministro. Recém-empossado, Lindolfo Collor veio a São Paulo para seu primeiro contato com as principais lideranças sindicais paulistas. Em suas memórias, Everaldo Dias assim descreve o resultado do encontro:

> Na reunião levada a efeito no vasto salão da Associação das Classes Laboriosas, ele [Lindolfo Collor] se apresentou cheio de imponência, acompanhado de uma numerosa coorte de "protetores" dos operários, aves de arribação da República Nova, à espera de cargos bem remunerados, apreciável número de policiais do Dops, além dos que já lá estavam fardados e armados, e outras figuras suspeitíssimas, tomando assento e lotando todo o procênio, à espera dos fotógrafos e das ovações proletárias. A plateia e as galerias regurgitavam de operários, e nas primeiras filas encontrava-se um grupo bem numeroso de velhos militantes do proletariado, que vinham escutar a palavra oracular do representante do governo provisório. [O novo ministro não foi feliz em seu primeiro contato com as lideranças paulistas:] A reunião acabou com o desembainhar de sabres pela soldadesca e o espancamento dos menos afoitos em fugir, enquanto o pano de boca descia rápido, escondendo o ministro e sua camarilha.[1]

Apesar do início aparentemente pouco promissor, o modelo sindical, que começava a ser implantado com a criação do Ministério do Trabalho, não deixou de prosperar. Criticado na época pelos socialistas, anarquistas, comunistas e liberais e visto com suspeição pelas classes empresariais, o novo modelo de organização das relações profissionais e de resolução dos conflitos trabalhistas acabou por revelar-se uma das instituições mais estáveis da sociedade brasileira.

[1] Everaldo Dias, *História das lutas sociais no Brasil.* São Paulo, Edaglit, 1962. p. 179-80.



Logo após a criação do Ministério do Trabalho, já em março do ano seguinte, aparecia o primeiro decreto relativo às modalidades de organização dos sindicatos operários (Decreto 19.770). O ato ministerial iniciava o controle estatal sobre as associações profissionais, estabelecendo, entre outras coisas, a unicidade sindical e a obrigatoriedade do reconhecimento do sindicato por parte das autoridades públicas. Na Exposição dos Motivos do Decreto 19.770, o ministro Lindolfo Collor esclarecia que se tratava de "incorporar o sindicalismo ao Estado e as leis da República".

Em julho de 1934, novo decreto, de número 24.294, viria substituir o anterior, procurando adaptar a legislação profissional à Constituição de 1934, que estava para ser promulgada. A mudança mais importante foi a introdução de um limitado pluralismo sindical, permitindo, teoricamente, três sindicatos e, na prática, dois sindicatos de uma categoria numa mesma localidade. Além disso, os sindicatos obtinham uma margem maior de autonomia diante do poder público. Embora o Ministério do Trabalho continuasse a estabelecer as modalidades de organização e funcionamento dos sindicatos, a penalidade maior, passível de ser imposta a eles, era o fechamento da entidade por um prazo nunca superior a seis meses.

O período de limitada autonomia e pluralidade sindical durou tão pouco quanto a Constituição de 1934. O golpe de novembro de 1937, que instaurou o Estado Novo, preparou o terreno para uma mais completa integração do sindicato ao Estado. Já a nova Carta de 1937 estabelecia que somente o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado teria o direito da representação legal dos que participavam da respectiva categoria de produção. Como notou Evaristo de Moraes Filho,[2] o artigo 138 da Carta de 1937 constituía uma tradução quase literal da Declaração III da Carta del Lavoro da Itália de Mussolini. Porém, somente dois anos mais tarde é que Getúlio Vargas se preocuparia com o estabelecimento de novas regras de funcionamento para as organizações profissionais e produtoras. Elas vieram com o Decreto-lei 1.402, de julho de 1939, regulador da organização sindical, ao qual seguiram o Decreto-lei de julho de 1940, relativo ao enquadramento sindical, assim como outros referentes a arrecadação, recolhimento e aplicação do imposto sindical. A nova regulamentação restabelecia a unidade sindical e, como seria de esperar, tornava mais rígido o controle exercido pelo Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. Em

[2] *O sindicato único no Brasil.* São Paulo, Alfa-Ômega, 1978. (Ed.: 1958.)

1943, toda a vasta legislação relacionada à organização sindical, à previdência social, à proteção ao trabalhador e à justiça do trabalho foi reunida na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Decretada no dia 1º de maio, a CLT entrou em vigor no dia 10 de novembro, em comemoração ao golpe que instituiu o Estado Novo. Desde então, essa legislação e a instituição sindical por ela criada não sofreram alterações relevantes, embora numerosos outros dispositivos lhes tenham sido agregados. Se tomarmos como ponto de referência o ano de 1931, em cujo 29 de março aparece o famoso Decreto 19.770, teremos mais de cinquenta anos de intervencionismo estatal na área sindical. Se, mais modestamente, considerarmos o ano de implantação da CLT (1943) teremos um período ligeiramente menor, mas no qual, literalmente, o modelo corporativo permaneceu sem qualquer alteração significativa.

Para que melhor se avalie a longevidade do modelo, lembremos que a CLT surgiu no bojo de um regime de exceção, fato que nos poderia levar a considerá-la como o resultado lógico, no plano das relações de trabalho e da representação de interesses profissionais, da existência de um regime político autoritário. Ocorre, no entanto, que o sindicalismo corporativo conviveu com a Constituição de 1946 e a pluralidade partidária, com o "bipartidarismo" dos regimes militares posteriores a 1964 e com o pluripartidarismo de nossos dias. Mudam as constituições da República e os partidos, mas a CLT permanece.

O modelo sindical e o sistema de relações de trabalho criados no período de Vargas não somente sobreviveram a mudanças de caráter institucional ou político relacionadas à forma de governo, mas também conseguiram suportar transformações sociais, econômicas e culturais relativamente profundas. No período, a população brasileira quadruplicou; a industrialização prosseguiu em ritmo acelerado, alterando quantitativa e qualitativamente o peso dos trabalhadores industriais e das camadas assalariadas na PEA; a população rural decresceu; surgiu o problema urbano e ecológico; as relações de mercado se estenderam para outros setores da economia e regiões brasileiras; mas o modelo corporativo de organização sindical e de relações de trabalho permaneceu inalterado. Parece claro, a esta altura, que uma instituição capaz de sobreviver a tantas e variadas mudanças, conseguindo conviver com o Estado Novo, com o nacional populismo, com os regimes militares e as constituições de 1937, de 1946, de 1967 e com a de 1988, não deixa de ter raízes profundas em nossa vida política e social.



## A década de 30 e a expansão do corporativismo

A organização sindical brasileira, de tipo corporativo, carrega o insuportável epíteto de "fascista". Sabemos da influência que, na época, a Carta del Lavoro italiana exerceu sobre os nossos técnicos do Ministério do Trabalho. O fascismo italiano esteve fortemente impregnado de concepções corporativas e sindicalistas, trazidas por antigos militantes do movimento socialista e anarcossindicalistas desiludidos com o marxismo. O lado sindicalista constitui uma das vertentes do fascismo. Outra é constituída pelos *arditi* e outros veteranos de guerra. A História conservou o lado militarista e burlesco do fascismo, entendido pelas gerações atuais de modo muito simplista como o movimento de um bando de rufiões a serviço do capital financeiro e dos grandes proprietários. O lado sindicalista do fascismo italiano foi esquecido.[3] Esse lado, que se vincula com as origens de parte dos militantes e teóricos fascistas italianos, levou à identificação entre fascismo e corporativismo. Mas nem todo fascismo – ou "totalitarismo de direita" – é, ou foi, corporativo. A ideia de um Estado corporativo não foi desenvolvida na Alemanha nazista. Entretanto, outros regimes corporativos, como o salazarismo, não foram fascistas, se usarmos o termo com mais rigor sociológico. Tampouco o foi o Estado Novo, apesar do apelo às doutrinas fascistas para justificar o padrão sindical. Mas convém relembrar que as práticas corporativas não surgiram em 1937 com a implantação de um regime autoritário. Esse aspecto nem sempre é levado em consideração. Uma vez que a CLT foi promulgada durante o Estado Novo, tende-se a esquecer que as tendências corporativas e as medidas relacionadas com o controle governamental das associações operárias são anteriores. Elas foram implementadas a partir da vitória de Vargas por um grupo de intelectuais que

[3] O caso de Mussolini, ex-socialista, é o mais conhecido; mas muitos outros fascistas importantes vieram do movimento sindical. Por exemplo, Edmondo Rossoni e Michele Bianchi, antes de aderirem ao fascismo, foram dirigentes da *Unione Sindicale Italiana,* de tendência anarquista. No Brasil, alguns movimentos pré-fascistas, que antecederam a formação da Ação Integralista Brasileira, de Plínio Salgado, tiveram uma inspiração sindicalista e procuraram uma implantação no meio operário. É o caso da Legião Cearense do Trabalho, organizada pelo tenente Severino Sombra, e do Partido Nacional Sindicalista, idealizado pelo jornalista mineiro Olbiano de Melo, que mais tarde seria alto dirigente integralista. Mais detalhes em: Hégio Trindade. *Integralámo.* São Paulo, Difel, 1974. p.111-2. Sobre o integralismo no Ceará e a atuação do tenente Severino Sombra, cf. também: Josênio C. Parente. *Anauê;* os camisas verdes no poder. Fortaleza, UFC, 1986; e João Alfredo de Souza Montenegro. O *integralismo no Ceará;* variações ideológicas. Fortaleza, Imprensa Oficial do Estado, 1986.

iria dar origem a uma de nossas primeiras formações tecnocráticas. Fora de qualquer controle partidário ou legislativo, e com amplos poderes, o grupo que viria a assessorar o novo ministro, Lindolfo Collor (paradoxalmente um representante da oligarquia gaúcha), reunia intelectuais, políticos, jornalistas e advogados com um passado de atividades de lutas sindicais e de defesa dos trabalhadores. Por sua atividade política e intelectual "crítica", esses profissionais podem ser considerados autênticos membros da *intelligentsia* brasileira. Tal é o caso, por exemplo, de Evaristo de Moraes, advogado e primeiro consultor jurídico do Ministério do Trabalho; de Joaquim Pimenta, que foi assessor jurídico de Collor, com um passado de atividade sindical em Pernambuco; de Agripino Nazareth, assessor do Departamento Nacional do Trabalho, que havia sido preso, na Bahia, em 1919, por atividades grevistas; de Deodato Maia, deputado federal por Sergipe, com trabalhos publicados sobre a questão social na Primeira República. Alguns dos técnicos que viriam a elaborar as principais leis trabalhistas na década de 30, como Joaquim Pimenta e Evaristo de Moraes, tinham pertencido ao grupo *Clarté*.[4] Essa organização, uma espécie de "Internacional do Pensamento" havia sido formada na França, em 1919, por iniciativa de Henry Barbusse, Raymond Lefebvre, Paul Vaillant-Couturier e outros intelectuais franceses. A ideia se estendeu para outros países e também para a América do Sul. No Brasil, o grupo se constituiu em 1921. Como notam Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall, os membros do *Clarté* brasileiro tinham inclinações corporativas e estatizantes. O programa da "Liga Internacional para Triunfo da Causa Internacional", grupo *Clarté,* seção Brasil, defendia a representação profissional das entidades produtivas, a "administração técnica e a eliminação dos políticos", a "posse gradativa e coletiva dos grandes meios de produção pelos produtores tecnicamente organizados".[5]

Os intelectuais do grupo que foram chamados a integrar o Ministério do Trabalho tinham, ou tiveram, convicções anarquistas, socialistas ou

---

[4] Uma análise dos primeiros anos do Ministério do Trabalho e da atuação de Collor e seus principais assessores se encontra em: Rosa Maria Barboza de Araújo. O *batismo do trabalho;* a experiência de Lindolfo Collor. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981. Sobre os intelectuais que compuseram o grupo *Clarté* no Brasil, veja-se: Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall. O grupo *Clarté* no Brasil: da revolução nos espíritos ao Ministério do Trabalho. In: Antônio Arnoni Prado, org. *Libertários no Brasil.* São Paulo, Brasiliense, 1986.

[5] Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall. *A classe operária no Brasil;* 1889-1930; documentos. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979. (v. 1: "O movimento operário"), p. 247-8.



sindicalistas. A preocupação com a proteção ao trabalho (aliada à hostilidade ao capitalismo e à economia liberal) orientava-os em direção a um Estado forte e centralizado. Hoje, seriam denominados de "progressistas". Investidos de amplos poderes durante o período da gestão de Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho, foram os principais responsáveis pela legislação que reconhecia e subordinava as associações operárias ao Estado.

As concepções corporativas encontraram também outros defensores fora da área estritamente sindical. Embora os "tenentes" se opusessem fortemente a Collor, o programa do Clube Três de Outubro já continha a tese da representação política das profissões. Eminentes representantes do tenentismo defenderam a representação "classista" na Câmara dos Deputados federais, propondo uma organização corporativa do sistema político. Entre os "tenentes" que apoiaram a representação classista estiveram Hercolino Cascardo e Pedro Ernesto (o primeiro, como se sabe, seria um dos dirigentes da Aliança Nacional Libertadora; o segundo, embora prefeito do Rio de Janeiro apoiaria também o movimento aliancista, dirigido pelo PCB). Além deles, outros "tenentes" e políticos, insuspeitos de simpatias pelo fascismo, foram também defensores do princípio corporativo de representação classista: João Mangabeira, na subcomissão do Itamaraty, e depois os representantes paulistas do Partido Socialista Brasileiro – que faziam oposição à "Chapa Única" de São Paulo – foram favoráveis a ele. Do mesmo modo, Juarez Távora foi um dos articuladores da União Cívica Nacional, que, ao lado do Clube Três de Outubro, defendeu firmemente a representação profissional no Parlamento [6].

Queremos ressaltar que – embora muitos "tenentes", como Severino Sombra, Jeovah Motta, Belmiro Valverde, Severo Fournier, fossem integralistas – muitos dos que incorporavam certas ideias corporativas não eram fascistas. Na época, o corporativismo estava "no ar" e inspirava várias correntes políticas. Para muitos, o corporativismo aparecia como a única maneira de, nas condições da sociedade brasileira, realizar-se o ideal popular-democrático. A representação classista nos organismos legislativos, num país sem tradição de vida partidária, seria a via mais adequada para uma efetiva representação dos interesses dos cidadãos. A realização da

---

[6] Cf. o minucioso estudo de Ângela Maria de Castro Gomes. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: – et alii. *Regionalismo e centralização política, partidos e constituinte nos anos 30.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

democracia implicaria, principalmente, a eliminação do sistema de representação liberal. Na década de 30, corporativismo, autoritarismo, centralismo, antiliberalismo e nacionalismo constituíam componentes de uma "ideologia de Estado"[7] assumida pelas diferentes forças políticas emergentes, dos integralistas aos comunistas, passando pelas várias facções tenentistas e pelos getulistas. O Estado Novo, nesse aspecto, só fez reforçar tendências ideológicas já existentes, em maior ou menor grau, nas forças políticas que se opuseram as "elites oligárquicas".

Embora na Ação Integralista Brasileira as concepções corporativas estivessem profundamente vinculadas à ideologia fascista mais abrangente, achamos que, em muitos outros casos, o encanto pelas concepções corporativas vinha do fato de o corporativismo ser, como notou Evaldo Amaro Vieira, "um componente responsável pela legitimação do crescimento e domínio da burocracia estatal após 1930".[8]

Talvez por se identificar estreitamente com o reforçamento do poder público, a organização corporativa do trabalho pôde sobreviver ao desaparecimento do sistema político sem-partido do Estado Novo e adaptar-se ao sistema pluripartidário e competitivo estabelecido pela Constituição de 1946.

Apesar da longa vigência do sindicalismo corporativo entre nós, os pesquisadores brasileiros deram pouca atenção ao problema teórico do corporativismo. No caso dos estudos sobre a organização sindical – apesar de o controle governamental sobre a associação operária ser geralmente enfatizado (criticamente) e a influência da Carta del Lavoro ser constantemente relembrada (também criticamente) – a designação "corporativa" para a estrutura sindical brasileira só se difundiu a partir de fins da década de 70,

[7] O conceito é utilizado no sentido conferido por B. Lamounier. O autor destaca os seguintes componentes de uma "ideologia de Estado": predomínio do princípio "estatal" sobre o princípio de "mercado"; visão orgânico-corporativa da sociedade; objetivismo tecnocrático; visão autoritária do conflito social; não organização da "sociedade civil"; não mobilização política; elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política; o Leviatã benevolente. Cf. Bolívar Lamounier. Formação de um pensamento político autoritário. In: Boris Fausto, org. *O Brasil republicano, v. 9 da História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1977.

[8] Evaldo Amaro Vieira, *Oliveira Vianna e o Estado corporativo*. São Paulo, Grijalbo, 1976, p.121.



com o surgimento de correntes sindicais que passaram a assumir uma posição crítica com relação ao modelo.[9]

Pesquisadores que vieram de sociedades com tradições mais liberais, no entanto, salientaram com mais precisão e ênfase as características corporativas de nosso sistema de relações de trabalho e da sociedade brasileira no seu conjunto. Nesse sentido, um dos primeiros escritos relevantes foi o de Roberto Rowland, que discute as condições políticas que envolveram, nos inícios da década de 30, as primeiras medidas intervencionistas na esfera das relações de trabalho.[10] Com relação especificamente ao sindicato, um dos estudos mais importantes que analisa o sindicalismo brasileiro, de suas origens até a década de 70, é o de Kenneth Paul Erickson: *The brazilian corporative state and working-class politics*.[11]

Outra obra, mais geral, sobre os padrões da vida associativa e de representação política, que chama a atenção para os componentes corporativos em nosso país é a de Philippe Schmitter: *Interest conflict and political change in Brazil*[12], que infelizmente não encontrou tradução para o português. Ao contrário de seus colegas norte-americanos, os sociólogos e cientistas políticos brasileiros, até muito recentemente, preferiram chamar a atenção mais para a problemática do autoritarismo do que para a do corporativismo. Não é que não tenhamos estudos e pesquisas sobre as organizações sindicais; não é que a sujeição dos sindicatos ao Estado não seja observada (e seguidamente denunciada). Ocorre que, a nosso ver, a questão do intervencionismo estatal no domínio das relações de trabalho

[9] Entre os pesquisadores do País que analisaram o sistema sindical brasileiro especificamente em termos da problemática corporativa, cumpre mencionar o estudo de Luiz Werneck Vianna: Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; e a pesquisa de Amaury Guimarães de Souza: *The nature of corporatist representation: leaders and members of organized labor in Brazil.* Tese de doutorado apresentada no Massachusetts Institute of Technology, 1978. Mimeo.

[10] Classe operária e Estado de compromisso. *Estudos Cebrap,* São Paulo (8), abr./maio/jun. 1974.

[11] University of California Press, 1977. O livro foi traduzido no Brasil e publicado sob o título *Sindicalismo no processo político no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1979), suprimindo-se a referência ao corporativismo contida no título original.

[12] Stanford University Press, 1971. Curiosamente, Timothy Harding, autor da mais detalhada história do sindicalismo brasileiro que conhecemos, dá pouca atenção aos componentes corporativistas de nossa organização sindical. Cf. *The political history of organized labor in Brasil.* Stanford University, 1973. Tese de doutorado.

tendeu a não ser equacionada nos termos, mais amplos, de um dado modo *corporativo* de representação de interesses. Ou, mais precisamente, trata-se de algo que todo mundo sabe perfeitamente que deve ser denominado de "corporativo", mas que não convém explicitar demasiadamente. Afinal de contas, o conceito está carregado de conotações pejorativas que os menos informados entendem como uma forma de fascismo. Porém, como procuraremos mostrar mais adiante, essa estrutura, no que tem de essencial, não foi integralmente rejeitada pelas principais forças e correntes políticas existentes no interior do sindicalismo brasileiro, inclusive pelas que se dizem de esquerda. Para falar de modo menos, vago: criticam-se certos componentes da estrutura corporativa (o controle governamental sobre os sindicatos, por exemplo), mas se aceitam outros (o monopólio da representação e a unicidade sindical, por exemplo). Assim sendo, não seria politicamente conveniente usar o conceito de corporativismo (que os valores liberais, democráticos ou socialistas rejeitam) para definir uma modalidade de representação de interesses da qual não se é adversário resoluto.

### As modalidades de corporativismo

Como ocorre com outros (e fundamentais) conceitos das ciências sociais, variam as definições de corporativismo. Geralmente, o conceito é entendido como uma forma de organização das classes sociais, ou das "forças produtoras", através de uma ação reguladora do Estado, que busca integrar os grupos profissionais representativos do Capital e do Trabalho em organizações verticais e não conflitivas. As associações de representação de interesses existem em virtude do reconhecimento que lhes é outorgado pelo Estado, que lhes fixa as modalidades de atuação e relacionamento mútuo, de modo que o funcionamento das "partes" e suas demandas excessivas sejam contidos e "harmoniosamente" integrados em benefício de todo o organismo. Cumpriria reconhecer os "grupos naturais" que se estabelecem na sociedade, relacionando-os de modo a evitar tanto os "excessos" do liberalismo individualista quanto os do socialismo estatista. O Estado reconhece a existência das classes sociais e de seus interesses, mas procura reduzir ou eliminar o conflito.

As modalidades de corporativismo são muitas. Algumas vezes os autores as associam à tradição cultural e política da civilização ibérica, latina ou católica. O corporativismo seria um tipo de resposta do governo, ou das



classes dominantes tradicionais, ao perigo, suposto ou real, representado pela emergência do proletariado e das classes baixas nas regiões de industrialização retardada. Desse ângulo, o corporativismo seria uma alternativa eminentemente conservadora, elitista, burocrática e imobilista em países cujo princípio de separação dos poderes nunca se estabeleceu plenamente, como em Portugal e na Espanha.[13] Outros autores entendem o corporativismo como uma resposta intelectual ao surgimento do capitalismo industrial, julgando-o, no entanto, mais antiliberal do que anticapitalista.[14]

Uma discussão mais aprofundada do conceito nos levaria muito longe da temática principal deste estudo. Queremos salientar apenas que – tanto na sua versão tradicional e católica (da qual Portugal e Espanha oferecem exemplos) como na sua versão radical, populista e dirigista (da qual a Itália fascista pode ser um exemplo) – o corporativismo não foi um fenômeno que desapareceu com a derrota, na Segunda Guerra, dos países que manifestamente levantavam sua bandeira. Ele reapareceu e se desenvolveu na América Latina no interior de movimentos nacionalistas e antiliberais, de cunho popular (ou populista). Assim, o corporativismo contemporâneo (geralmente sob formas disfarçadas) no Terceiro Mundo não estaria relacionado às elites tradicionais e ao pensamento conservador, mas sim a "elites modernizantes" (nacionalistas, populares, antioligárquicas, dirigistas, etc.), cumprindo funções integrativas de mobilização controlada das classes populares. Desse ângulo, o corporativismo seria uma das vias possíveis de integração e organização das classes sociais numa dada etapa "intermediária" de industrialização e modernização. Seu êxito viria de sua capacidade de reduzir os conflitos sociais e de acomodar interesses num momento de declínio do poder oligárquico, de ascensão de novas camadas empresariais e de pressão das camadas populares. Triunfante no Brasil na década de 30, tenderia a surgir hoje em outros países em estágio inferior de desenvolvimento econômico, como no Peru, depois do golpe militar de outubro de 68 que levou o general Alvarado ao poder.[15] Se assim for, o

---

[13] Howard J. Wiarda. Corporatism and development in the iberic-latin world: persistent strains and new variation. In: Frederick B. Pike e Thomas Stritch, orgs. *The new corporatism*. University of Notre Dame, 1974.

[14] Por exemplo, Peter J. Williamson. *Varieties of corporatism*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

[15] James M. Malloy. Authoritarianism, corporatism and mobilization in Peru. In: Frederick B. Pike e Thomas Stritch, orgs. *Op. cit.*

corporativismo não deveria ser considerado, uma força retrógrada, uma defesa das estruturas arcaicas, mas uma força de modernização relacionada a elites políticas ascendentes e a novas formações sociais originadas pelo avanço do estatismo (burocracia pública, tecnocracia, etc.).

Ocorre, no entanto, como já salientamos, que a discussão sobre o papel exercido pelas concepções e práticas corporativas na história dos diferentes países é despida de valor heurístico se não especificamos as modalidades de corporativismo às quais nos referimos. Esse ponto requer um esforço de conceituação sem o qual o conceito de corporativismo pode significar quase tudo e, consequentemente, deixa de ser operacional.

Nesse sentido, é útil nos determos um pouco mais nas considerações de Philippe Schmitter, um dos principais analistas contemporâneos do corporativismo. Segundo ele, o corporativismo deve ser definido como

> um sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes são organizadas num número limitado de categorias singulares, compulsórias, não competitivas, hierarquicamente ordenadas e funcionalmente diferenciadas, reconhecidas ou permitidas (se não criadas) pelo Estado, às quais se outorga o monopólio de uma representação deliberada no interior das respectivas categorias em troca da observância de certos controles na seleção de seus líderes e na articulação de suas demandas e apoios.[16]

Schmitter enfatiza mais a modalidade de representação de interesses do que os conteúdos doutrinários ou ideológicos do corporativismo. De sua caracterização do corporativismo, convém destacar os seguintes pontos: o número limitado de unidades constitutivas do sistema; a filiação compulsória; a ausência de competição entre setores compartimentados e hierarquicamente ordenados de sua estrutura interna; o reconhecimento *de facto* ou *de jure* pelo Estado que concede o monopólio da representação do exercício da representação funcional; e o controle, formal ou informal, da seleção das lideranças e da articulação de interesses das respectivas categorias.

A essa definição de corporativismo, Schmitter contrapõe o conceito de *pluralismo,* entendido como

[16] Philippe Schmitter, Still the century of corporatism? In: Frederick B. Pike e Thomas Stritch, orgs. *Op. cit.*, p. 93-4.



> um sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes estão organizadas num número não determinado de categorias múltiplas, voluntárias, competitivas, não ordenadas hierarquicamente e autodeterminadas (segundo o tipo ou o objeto de interesse), categorias que não são especialmente autorizadas, reconhecidas, subsidiadas, criadas ou, de algum modo, controladas pelo Estado na seleção da liderança ou articulação de interesses e que não têm o monopólio da atividade representativa no âmbito de suas respectivas categorias.[17]

Inspirado numa classificação de Mihail Manoilesco,[18] Schmitter distingue também dois subtipos de corporativismo: um "corporativismo societário" (*societal corporatism*) e um "corporativismo estatal" (*state corporatism*). O primeiro existiria em países onde a vida associativa atingiu alto grau, de tal modo elevado que o sistema de representação, embora não patrocinado pelo Estado no seu início, encontra-se, nos dias de hoje, regulado por instituições únicas, não competitivas, que possuem o monopólio da representação. À força de exercerem por décadas a representação de amplos setores da população, essas instituições adquiriram o direito quase legal de falar em nome dela, influenciando diretamente o sistema de governo e contornando o próprio parlamento. Transformaram-se em agentes da autoridade governamental, agindo em nome do Estado em amplos setores da atividade pública. Empiricamente, esse tipo de "corporativismo societário" seria exemplificado pelos casos da Suécia, Suíça, Holanda, Noruega e Dinamarca. O autor nota que vários países habitualmente considerados democráticos e pluralistas estariam progressivamente marchando para esse tipo de corporativismo: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental e outros países desenvolvidos do mundo ocidental em que a vida associativa se encontra muito desenvolvida e institucionalizada.

[17] Ib., p. 97.

[18] Mihail Manoilesco distingue um "corporativismo puro" de um "corporativismo subordinado". No caso do primeiro, a legitimidade e o funcionamento do Estado estariam baseados, fundamentalmente, em corporações "singulares, não competitivas e hierarquicamente ordenadas". No caso do segundo, as corporações seriam criadas e mantidas como um elemento auxiliar de um Estado que fundamenta sua legitimidade e seu efetivo funcionamento em outras bases. Há uma antiga edição brasileira da obra de Manoilesco, *O século do corporativismo,* com tradução e prefácio de Azevedo Amaral, e publicada pela José Olympio em 1938. (A edição original é de 1934.)

O "corporativismo estatal" corresponderia, empiricamente, aos casos da Itália fascista, de Portugal salazarista, da Espanha franquista, e também do Brasil, ou seja, de países em que habitualmente se costuma aplicar, sem grandes polêmicas, o designativo de "corporativismo" ao modo de representação de interesses.[19]

### A expansão do "corporativismo societário" na Europa Ocidental

Partindo da análise das estruturas e funções dos sindicatos em países da Europa Ocidental, alguns analistas do movimento sindical observaram que o desenvolvimento de padrões corporativos de representação de interesses tem suas bases não só no monopólio virtual da representação profissional, resultado da unicidade sindical, como também na assunção, pelas organizações sindicais, de funções de administração estatal de serviços sociais que manipulam imensos recursos. Além disso, principalmente depois da última guerra, aumentou consideravelmente a participação dos sindicatos, ao lado dos representantes patronais e governamentais, nas principais comissões estatais ou semiestatais relacionadas ao planejamento econômico, política de rendas, saúde pública, educação, etc. Na medida em que essas comissões e organismos, públicos ou privados, tendem crescente conciliação dos interesses do Capital e do Trabalho, e que diminui o lado conflitivo e a propensão para a greve nas negociações coletivas, fortalecem-se os aspectos corporativos da representação sindical. Vale notar que essas comissões bipartites, ou tripartites, passam a adotar importantes decisões de política econômica e social que, amiúde, passam ao largo do Parlamento e do sistema partidário, comunicando-se diretamente com o Poder Executivo. Essas práticas ajudam a levar as tendências corporativas para além das organizações sindicais, em direção ao próprio aparelho estatal, alcançando os diferentes níveis de tomadas de decisão. Aqui, cumpre acrescentar que, ao lado das pressões corporativas originárias "da base", isto é, do movimento associativo "voluntário", há outras que partem "de cima", ou seja, do próprio desenvolvimento da burocracia pública, do intervencionismo econômico, do controle do desemprego e da inflação, da regulamentação dos salários, da orientação dos investimentos, e de outras medidas que redundam na ampliação do papel do Estado, particularmente no que diz respeito à regulação dos conflitos.[20] Assim, a formação dos Estados de Bem-Estar se acompanha do fortalecimento de estruturas corporativas.

Com tais observações não se quer prognosticar um avanço inelutável do corporativismo nos principais países do Ocidente. Portugal e Espanha há alguns anos atrás, em razão de transformações políticas, assistiram ao rompimento das estruturas sindicais corporativas e à implantação do pluralismo sindical. Do mesmo modo, o incremento da taxa de conflito, resultante da diminuição do ritmo de crescimento econômico, pode *eventualmente* enfraquecer as tendências favoráveis a esse tipo de corporativismo societário.[21]

Com essas observações quisemos enfatizar a existência, fora do Brasil, de certos elementos corporativos disfarçados que se originam não de uma ação estatal no sentido de controlar as demandas sindicais e pôr fim à autonomia das ações operárias, mas que, pelo contrário, advêm do próprio

---

[19] O conceito de "corporativismo estatal" de Schmitter é criticado por Stepan por "não levar em conta as políticas extremamente diferentes seguidas pelos regimes dentro dessa categoria". Nota Stepan que sob o rótulo de "corporativismo estatal" podem-se englobar, de um lado, os regimes militares implantados no Brasil, em 1964, ou no Chile, em 1973, e, de outro, os regimes de Cárdenas, no México, durante a década de 30, e o de Getúlio, no Brasil, entre 1930 e 45. Por isso, Stepan propõe distinguir um "corporativismo inclusivo", no interior do qual a elite política que controla o Estado tentaria incorporar parcelas importantes dos assalariados, e um "corporativismo exclusivo", em que o equilíbrio político seria buscado através de medidas coercitivas de desmobilização da classe trabalhadora. Teríamos, desse modo, um "corporativismo progressista" e outro "conservador" no interior da modalidade do corporativismo estatal. Alfred Stepan. *Estado, corporativismo e autoritarismo.* São Paulo, Paz e Terra, 1980 (ver especialmente o cap.: A instauração dos regimes corporativistas: estrutura analítica e análise comparativa).

[20] Ver, por exemplo: Colin Crouch. The changing role of the state. In: Colin Crouch e Alessandro Pizzorno. *The ressurgence of class conflict in West Europe since 1968.* London, The Macmillan Press, 1978. v. 2.

[21] Alguns autores acham que as situações de crise econômica podem atuar no sentido do enfraquecimento das estruturas corporativas na medida em que favorecem o incremento da militância de base. O sistema de relações industriais tenderia a se fundar menos na cooperação entre o Capital e o Trabalho e mais nas negociações baseadas em relações de força, mesmo nas condições de um sistema descrito como altamente corporativo, como o da Holanda. Cf.: Tinie Akkermans e Peter Grootings. From corporatism to polarisation: elements of the development of Dutch industrial relations. In: Colin Crouch e Alessandro Pizzorno. *Op. cit.* v. 1. Pensamos, contudo, que não se deve esquecer o fato de que os impulsos intervencionistas e de controle do conflito tendem a ser maiores nas situações de crise econômica, como mostram as políticas keynesianas e de *welfare state* aplicadas em decorrência da crise de 29.

fortalecimento do sindicalismo no interior das economias de mercado semidirigidas dos países desenvolvidos da Europa Ocidental e América do Norte na sua fase de *welfare state.*

## O modelo brasileiro

Combinando as conceituações de Schmitter e de Stepan, o corporativismo brasileiro pode ser caracterizado como um corporativismo estatal que assumiu, ao longo de sua história, aspectos de um "corporativismo inclusivo" (1930-45) e de um "corporativismo exclusivo" (1964-78). O primeiro e mais importante aspecto a caracterizá-lo é, obviamente, o papel desempenhado pelo Estado no estabelecimento das estruturas sindicais e na organização compulsória das "classes produtoras". O Estado não faz das entidades associativas órgãos de sua administração, como poderia acontecer nas formas estatais de socialismo, mas confere-lhes representatividade e estabelece as modalidades de funcionamento. Os sindicatos são incorporados ás "leis da República", mas não são organismos estatais. Mais precisamente, o Estado concede aos sindicatos (de empregados e empregadores) o direito de representar os interesses dos grupos profissionais e econômicos, quer dizer, das categorias. Trata-se, pois, de uma representatividade legal, em que as normas de funcionamento das associações são fixadas pelo poder público.

O segundo elemento a constituir uma das pilastras de sustentação do sistema, e a caracterizar o corporativismo, é o monopólio da representação que se expressa na existência do sindicato único ou, mais exatamente, na unicidade sindical. Embora, abstratamente, a subordinação do sindicato ao Estado não tenha necessariamente de significar unicidade sindical (tal como é possível o sindicato único fora do controle estatal), historicamente a ingerência do poder público no domínio da vida associativa tem acarretado o monopólio da representação e a eliminação da competição entre as diferentes associações. No caso brasileiro, a instituição da unicidade sindical, como se sabe, inspirou-se doutrinariamente no fascismo italiano, embora, contraditoriamente, se exaltasse o "caráter nacional" da solução para o problema social. Assim, em 1943, J. Segadas Vianna, que seria ministro do Trabalho de Getúlio Vargas entre fins de 1951 e meados de 1953, escrevia: "Minha experiência é de que o sindicato múltiplo significa, em nosso país, luta de sindicatos, cisão dentro da classe, conflito de



grupos".[22] E, polemizando contra os argumentos católicos a favor da pluralidade, procurava reforçar sua posição citando o teórico italiano Pennachio: "[...] é fato incontroverso que a unidade sindical é condição indispensável para uma tutela eficaz dos interesses de classe".[23]

A unicidade sindical e o monopólio da representação imposta pelo Estado, o qual estabelece as bases do modo de organização das associações profissionais de empregados e patrões, constituem dois componentes essenciais do sistema corporativo de representação de interesses. Além deles, caberia mencionar a concepção doutrinária que presidiu a criação da estrutura corporativa, fundada na eliminação do conflito e na afirmação da colaboração entre as classes e delas com o Estado. Como afirmava Getúlio Vargas logo após assumir o poder: os sindicatos, "em vez de atuarem como força negativa e hostil ao poder público", deveriam "tornar-se, na vida social, elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado". Ou, como dizia Segada Vianna, referindo-se à Carta de 1937:

> Assegurando ao sindicato regularmente reconhecido pelo Estado o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção para que foi organizado, a Constituição de 1937 instituiu o regime sindical mais consentâneo com as nossas condições de país que evoluía da fase agrária para a industrial, evitando que a pluralidade resultasse em lutas de classes e em lutas de interesses dentro das próprias classes.[24]

Porém, faltaram ao sistema brasileiro alguns elementos que habitualmente reforçam o padrão corporativo. A legislação fixou com minúcias o modo de enquadramento sindical, estabelecendo simetricamente a que sindicato de "categoria econômica" deveria relacionar-se um sindicato de "categoria profissional", isto é, o sindicato patronal e o sindicato de empregados. Contudo, faltaram as "câmaras bilaterais" compostas de

[22] J. Segadas Vianna, *Organização sindical brasileira.* Rio de Janeiro, Empresa Gráfica "O Cruzeiro", 1943. p. 50-1.
[23] Pennachio. *Lo stato corporativo fascista,* 1928. Apud Segadas Vianna. *Op. cit.* p. 50. Três páginas adiante escrevia o futuro ministro do Trabalho: "O que torna singular a ação do presidente Vargas é exatamente a brasilidade com que resolve todos os problemas. Desde que o industrialismo trouxe o problema social, e era necessário resolvê-lo, o Estado não podia ignorar a existência das classes e, conhecendo-as, não podia deixar de dar-lhes um sistema. Um sistema brasileiro". Ib., p. 53.
[24] Ib., p. 42.

representantes dos trabalhadores e dos empresários. Mais ainda, o patronato ganhou representação em muitos conselhos e comissões econômicas enquanto os empregados nelas não tiveram assento.

Devemos mencionar também o *caráter voluntário da filiação,* indicativa da intenção de reduzir a influência do sindicato ao deixar de fora dele a grande massa de trabalhadores. Esse objetivo foi reforçado pelo fato de os aumentos salariais e outras vantagens conseguidas pelos sindicatos serem automaticamente estendidos a todos os trabalhadores da categoria, sindicalizados ou não, o que desestimula a adesão ao órgão de "classe". Para compensar as desvantagens financeiras trazidas pelo caráter voluntário da sindicalização, a legislação instituiu o imposto, hoje "contribuição sindical", já aí de natureza compulsória, e beneficiando, na prática, apenas a minoria que frequenta o sindicato e que se utiliza dos seus serviços assistenciais.

Pensamos ainda que o lado corporativo do sindicalismo brasileiro é debilitado também pela influência, muito fraca, que as federações e confederações possuem sobre os sindicatos. Mais precisamente, apesar do caráter vertical da estrutura sindical, ela é frouxamente centralizada e hierarquizada. As federações e confederações, onde existem sindicatos fortes, não têm funções importantes na negociação, barganha e encaminhamento das demandas e nem possuem meios de controle sobre os sindicatos que constituem o local por onde passa o que existe de vida sindical entre nós.

### Fatores de persistência do sindicalismo corporativo

Como explicar a longevidade desse corporativismo estatal que não encontra, *abertamente*, defensores nem à esquerda nem à direita?

Entre os fatores que geralmente levam à constituição de novos padrões de relações profissionais estão os acontecimentos políticos de maior magnitude. Em artigo publicado há certo tempo sobre as tendências de evolução das relações profissionais na Europa Ocidental, Jean-Daniel Reynaud observava que, na mudança dos sistemas profissionais, os acontecimentos políticos são, amiúde, mais relevantes do que os fatores econômicos.[25]

[25] Jean-Daniel Reynaud, L'avenir des relations professionelles en Europe Occidentale: perspectives et hypothèses. *Bulletin*, Institut International d'Études Sociales (4): 76-7, fev. 1968.



Efetivamente, a considerar o caso brasileiro, vemos que, na raiz do sindicalismo corporativo, esteve a Revolução de 1930. A consolidação das tendências corporativas relaciona-se, obviamente, com a instauração do Estado Novo, ou seja, com outro fato político. Mas as determinações políticas que são importantes para explicar a *origem* das estruturas corporativas não bastam para explicar a sua *continuidade* em outros contextos políticos-institucionais. Relembremos que entre 1946 e 1964 coexistiram, sem fortes atritos, o sistema corporativo, no plano das relações de trabalho, e o pluralismo partidário, no plano político. (Cumpriria, na verdade, não exagerar as características pluralistas e competitivas do regime instituído pela Constituição de 1946, pois muitas estruturas, e práticas, desenvolvidas no período anterior continuaram a existir após a queda do Estado Novo. Entre os elementos de continuidade está, nas palavras de Maria do Carmo Campelo de Souza, a "extensa máquina burocrática não controlável por um legislativo ou por qualquer tipo de organismo representativo da sociedade civil"[26])

Além da persistência de certos elementos políticos-institucionais, a estabilidade do sistema corporativo deve ser examinada também à luz de um contexto social que diz respeito às características da estrutura de classes. Nesse nível, a hipótese mais pertinente, apesar de mais comum e geral, aponta para a debilidade das classes sociais modernas diante do Estado burocrático. A afirmação da fraqueza das classes sociais é um dos pontos de partida do pensamento autoritário brasileiro para legitimar o papel tutelar do poder público sobre a "sociedade civil". Os defensores da organização sindical corporativa, a começar pelo seu grande teórico, Oliveira Vianna, enfatizavam a inexistência de "classes organizadas", a falta de "tradições e sentimentos de solidariedade" a exigir a ação corporativa do Estado. Embora esses elementos sejam aventados a fim de justificar o controle dos sindicatos, as mudanças que, na época, ocorriam no interior da classe operária parecem favorecer a análise dos "teóricos autoritários". Na década de 30, acentuaram-se certos processos que vinham atuando anteriormente e que resultaram no enfraquecimento da coesão interna dos grupos de trabalhadores e de sua capacidade de pressão. Pensamos, mais especificamente, na crescente oferta de mão de obra rural no mercado de trabalho e na substituição dos operários de origem europeia pelos "nortistas". Esses processos, em conjugação com

[26] Maria do Carmo Campeio de Souza. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo. Alfa-Omega, 1976. p. 103.

mudanças na tecnologia fabril, tornavam mais difícil a organização autônoma dos trabalhadores na medida em que atuavam no sentido da desqualificação da força de trabalho e do aumento da sua oferta. A situação do mercado de trabalho tendeu, assim, a evoluir de modo favorável aos empregadores, que passaram a ter à sua disposição uma massa operária de origem agrária desprovida de experiência de luta sindical, de vida associativa e de participação política fora dos quadros do clientelismo rural. Por outro lado, as transformações da tecnologia industrial, especialmente a introdução do trabalho parcelado e de máquinas especializadas, facilitaram a absorção dos migrantes rurais, assim como o emprego de mulheres e menores em larga escala. Nesse contexto, nossa hipótese é de que o sistema corporativo e a legislação paternalista revelaram-se mais capazes de garantir massa de trabalhadores, especialmente aos menos qualificados, mais vantagens e proteção do que um sindicalismo independente voltado para a pressão e negociação com o patronato.

A situação e posição das classes empresariais diante da ação tutelar do Estado encontram-se atualmente bem estudadas por um conjunto de pesquisas [27]. De modo geral, os diferentes estudos mostram que a iniciativa da montagem do novo sistema não partiu do patronato. Este tratou de se adaptar a um sistema que lhe foi imposto pela nova elite política, procurando retardar a aplicação de certos dispositivos, atenuar outros e, em alguns casos, burlar a legislação. Nesse aspecto, pensamos que é possível aceitar a tese de que a fraqueza das classes industriais e comerciais no conjunto da economia nacional e a necessidade de proteção e favores governamentais para sobreviver diante da concorrência estrangeira tenham favorecido o intervencionismo estatal de modo geral, e o sindicalismo corporativo, de modo particular.

[27] Além do trabalho já citado de Luiz Werneck Vianna, cumpriria mencionar as seguintes pesquisas: Eli Diniz. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; Ângelo. Maria de Castro Gomes. *Burguesia e trabalho, política e legislação social no Brasil;* 1917-1937. Rio de Janeiro, Campus, 1979; e a tese de doutorado, ainda não publicada, de Maria Hermínia Tavares de Almeida. *Estado e classes trabalhadoras no Brasil.* São Paulo, 1978. Mimeo. Mais recentemente, Sérgio Amad Costa esmiuçou o papel de três componentes da estrutura corporativa no controle da classe trabalhadora: as federações e confederações, o imposto sindical e a proibição da formação de centrais sindicais. Cf. *Estado e controle sindical no Brasil.* São Paulo, T. A. Queiroz, 1986.



Queremos, no entanto, chamar a atenção para outro aspecto que parece não ter sido suficientemente explorado. Pensamos na *origem étnica* da nascente classe empresarial. A hipótese aqui é de que o fato de a industrialização ter sido conduzida amplamente pelo capital estrangeiro e por imigrantes, ou por seus filhos, culturalmente ilegítimos e politicamente marginalizados, enfraqueceu a capacidade de pressão e de controle da burguesia industrial sobre o aparelho estatal. Houve uma separação entre a elite, ou as elites, que controlavam o poder político e os novos grupos industriais de origem estrangeira, os "italianinhos", "judeuzinhos" ou "turquinhos" que montavam "indústrias artificiais". Provavelmente, a força da nova classe empresarial e sua influência sobre o sistema de poder seriam outras se os novos dirigentes industriais tivessem saído do interior das velhas e tradicionais famílias oligárquicas. Nesse sentido, é muito ilustrativo o caso das classes proprietárias nordestinas. Num processo que poderia ser classificado de oposto ao dos imigrantes enriquecidos, as elites agrárias do Nordeste conservaram, por muito tempo, uma influência política desproporcional à importância do setor econômico que geriam. Como é sabido, a continuidade de sua influência deveu-se ao fato de associarem o domínio da terra ao domínio dos aparelhos de Estado e ao controle sobre segmentos importantes da burocracia, como as Forças Armadas, o Itamaraty, universidades, etc., aos quais a nova burguesia, de origem imigrante, não teve acesso.

Essas considerações servem para introduzir outra dimensão na análise dos elementos que concorreram para o estabelecimento e permanência do sistema corporativo. Essa dimensão se refere à extensão do poder burocrático em termos do fortalecimento, ou continuidade do poder, prestígio e influência da "ala pobre" das famílias tradicionais de origem oligárquica, especialmente as das regiões decadentes e pouco desenvolvidas. No contexto de uma economia de mercado e de uma sociedade capitalista mais competitiva, a obtenção de posições importantes num aparelho estatal reforçado constituía, para os membros das famílias agrárias tradicionais, uma estratégia de manutenção de *status* e poder diante dos grupos empresariais imigrantes que, no Sul, especialmente, enriqueciam através de atividades comerciais e industriais. Enquanto uns procuravam ascender através da acumulação capitalista, outros procuravam fazê-lo através do Estado e da política.

A "solução" do problema social gerado pela industrialização e pela formação de novas classes, obviamente, poderia ser tentada de diferentes

maneiras. Significativamente, o caminho seguido pela nova elite política – qualquer que fosse o grau de consciência de seus próprios interesses – resultou na criação de estruturas burocráticas que reforçavam suas próprias posições diante das classes empresárias e operárias. Claro está que, abstratamente, em termos da domesticação do conflito e da integração do proletariado industrial, outras soluções poderiam ser tentadas. No caso, a via corporativa não foi a que servia aos interesses capitalistas (isto é, dos "italianinhos" e outros imigrantes) nem necessariamente atendia "objetivamente" aos requisitos de expansão da economia capitalista, mas sim a que resultava na hegemonia da nova tecnocracia estatal recrutada da intelligentsia da época, formada principalmente pelos membros das famílias tradicionais decadentes.

Mas, *uma vez montado o sistema corporativo, múltiplos segmentos da sociedade passaram a ter seus interesses vinculados à continuidade da nova instituição*. O modelo corporativo, envolvendo o Ministério do Trabalho, com seus departamentos regionais, a Justiça do Trabalho, os sindicatos, as federações e confederações de empregados e empregadores, em primeiro lugar, gerou milhares de novos empregos. Não só os bacharéis das boas famílias recém-saídos das faculdades de Direito encontraram um lugar nos novos ramos do funcionalismo público (Ministério do Trabalho, delegacias regionais, tribunais do Trabalho, etc.), com todas as vantagens na época outorgadas aos empregados do Estado, como também o sistema corporativo, com sua visão "legalista" das relações profissionais, possibilitou um florescente ramo de atividade advocatícia privada. As classes médias e baixas receberam também o seu quinhão. A extensão da Justiça do Trabalho e a criação do Ministério do Trabalho e seus diferentes órgãos requereram não só advogados e técnicos, mas também fiscais, escriturários, arquivistas, datilógrafos, motoristas, serventes, etc., empregados em regime de meio período e selecionados de acordo com as regras clientelísticas habituais no funcionalismo público brasileiro.

O corporativismo serviu igualmente aos membros das classes populares que conseguiram um emprego de "dirigente sindical" nas centenas de sindicatos então criados, legalizados, garantidos e sustentados pelo poder público (para não falar nos juízes classistas...). Aliás, não somente os membros da extensa camada de dirigentes sindicais passaram a extrair seu ganha-pão dos sindicatos oficiais. Estes deram emprego a advogados, médicos, dentistas, contadores, etc. Assim, uma das forças do sistema reside no fato de ser gerador de empregos.



É bem verdade que a expansão da burocracia sindical – a constituição de uma coorte de técnicos, advogados, estatísticos, sociólogos, economistas, etc., assessorando os grandes sindicatos – é fenômeno geral que acompanha, em toda parte, o fortalecimento e a institucionalização do sindicalismo. Entretanto, no caso brasileiro, a burocratização e institucionalização não estiveram correlacionadas à consolidação dos sindicatos entre as camadas trabalhadoras, mas sim à ação tutelar do Estado. Na medida em que todos os serviços oferecidos pelos sindicatos – e correlatamente os empregos que criaram – não poderiam ser mantidos sem a contribuição sindical e, hoje, sem a contribuição assistencial, compreende-se que um amplo, variado, mas nem sempre explícito conjunto de interesses se associou, desde o início, à continuidade de uma instituição capaz de garantir o sustento de tanta gente.

Embora as classes empresariais não tivessem sido responsáveis pela instauração da instituição corporativa, não pensamos que haja muitas evidencias de que ela lhes foi especialmente desvantajosa. Seria possível discutir indefinidamente a hipótese de que, "objetivamente", o intervencionismo estatal na questão operária serviu aos interesses dos empresários, ainda que estes não tivessem sido seus autores. Na realidade, é difícil calcular se o sistema corporativo, em comparação com o liberal, favoreceu ou prejudicou o lucro privado e o progresso do capitalismo brasileiro. Olhando a questão mais concretamente, do ângulo da relação de forças numa dada conjuntura, achamos que em alguns momentos o sistema foi mais favorável aos empregadores, e, em outros, aos empregados. Além disso, cumpre notar que muitas campanhas salariais e mobilizações de envergadura foram conduzidas pelas lideranças comunistas e/ou trabalhistas por intermédio dos sindicatos oficiais, como é o caso das greves paulistas de 1953 e 1957. Na época do chamado nacional-populismo, o sindicalismo corporativo (então aceito sem restrições pela esquerda) foi um dos principais instrumentos governamentais de mobilização dos trabalhadores em favor das "reformas de base". Em contrapartida, depois de 1964, certas disposições da CLT, existentes desde 1943, possibilitaram aos regimes militares intervir nos sindicatos sem que, para isso, fosse criada uma legislação de exceção. Aliás, diga-se de passagem, foi na área trabalhista que os governos posteriores a 1964 menos inovaram, limitando-se a manter e utilizar em seu proveito a estrutura corporativa.

O caráter ambíguo de nosso sistema sindical deriva não só dos diferentes usos que dele podem fazer os donos do Poder, mas também do

uso que, em certas ocasiões, dele podem fazer os próprios trabalhadores. Lembremos que o movimento grevista e as lideranças que se projetaram em fins da década de 70 vieram de *dentro* da estrutura sindical corporativa e não de *fora* dela. Note-se, porém, que o mesmo sistema que serviu de expressão de protesto dos trabalhadores, nas grandes greves do ABC, serviu também para o seu controle, possibilitando ao Ministério do Trabalho, em abril de 1980, intervir legalmente nos sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e de Santo André e destituir toda a diretoria.

De modo geral, pensando nos efeitos da estrutura corporativa sobre as relações entre patrões e empregados, tendemos a acreditar que, no cômputo final, o sistema funcionou no sentido de uma atenuação dos conflitos trabalhistas, particularmente intensos nas fases iniciais da industrialização. O sistema conteve um "excesso" de demanda da classe operária ao mesmo tempo em que lhe garantia, mesmo nas conjunturas políticas e econômicas adversas, certas vantagens ou direitos básicos (férias, jornada de oito horas, pagamento de horas extras, etc.). Nesse sentido, pensamos que o sindicalismo corporativo, em consonância com a legislação de proteção ao trabalhador e a Justiça do Trabalho, tende a apresentar mais vantagens para as camadas e grupos operários menos qualificados e que dispõem de menor capacidade de pressão e organização autônomas. Para esses setores, a via legal parece claramente mais vantajosa do que a via contratual. Esta requer a existência de grupos de trabalhadores com capacidade de pressão, em condições de negociar' em situação de relativa igualdade com o patronato.

Em termos, ainda, da análise dos fatores de continuidade do modelo corporativo, é necessário considerar também a autonomia relativa, ou limitada, das organizações sindicais. Parece descabido falar de autonomia, mesmo limitada, nas circunstâncias em que o governo tinha prerrogativas de intervenção nos sindicatos. Porém, a vitalidade do sindicalismo corporativo dificilmente é compreendida se supusermos que os sindicatos oficiais não tinham *nenhuma* autonomia (e *nenhuma* representatividade). Na verdade, o Estado outorgava aos sindicatos certo grau de autonomia capaz de se ampliar ou diminuir de acordo com a conjuntura política, com a região do País e com a capacidade de pressão de cada categoria profissional. Embora, antes da Constituição de 1988, o Ministério do Trabalho pudesse destituir de seu emprego um dirigente sindical sem prestar contas a ninguém, na prática, dependendo das circunstâncias, a intervenção num sindicato



poderia ser um ato penoso e politicamente desgastante. Desse modo, os sindicatos acabavam, por vezes, possuindo um poder de pressão e de atuação maior do que a simples letra da lei deixaria supor.

As instituições quanto mais antigas mais probabilidades têm de continuar existindo. Mas nem por isso devem ser eternas. Vimos, depois de algumas dezenas de anos, o esboroamento de instituições corporativas sólidas, como as da Espanha e de Portugal.

A situação do Brasil, com a elaboração e entrada em vigor da Constituição de outubro de 1988, tem algumas semelhanças políticas com a situação de Portugal e da Espanha, onde regimes democráticos sucederam regimes autoritários implantados há várias décadas. Também aí vigorava, na área das relações de trabalho, um modelo corporativo. Nesses países, contudo, o fim do regime autoritário seguiu-se da pluralidade sindical e da eliminação dos aspectos mais repressivos do corporativismo. Mas, especialmente no que concerne ao sistema trabalhista e sindical, a transição brasileira tem sido mais lenta e mais incompleta. Com efeito, a nova Carta atendeu a algumas das reivindicações há tempos levantadas pelos dirigentes sindicais, como o fim do direito de intervenção governamental nos assuntos internos dos sindicatos e a ampliação do direito de greve. Porém, por vias astuciosas, permaneceram outros elementos que compõem o edifício corporativo, como o sindicato único, o monopólio da representação acompanhado, agora, como já acentuou Amaury de Souza,[28] do direito de tributação sobre a massa de trabalhadores não sindicalizada (a contribuição assistencial, que, tal como o antigo imposto sindical, transformou- se em direito constitucional). Na verdade, com a Constituição de 1988, os sindicatos adquiriram *autonomia,* mas os trabalhadores não adquiriram *liberdade* de organização.* Por outro lado, apesar de a Constituição introduzir a figura do árbitro, "frustrada a negociação coletiva", continuou a Justiça do Trabalho com seus poderes de julgar os dissídios individuais e coletivos entre "trabalhadores" (sic) e empregadores e de "estabelecer normas e condições". Além disso, a nova Carta garantiu também a continuidade dos juízes classistas, ponto final de uma exitosa e hábil carreira na estrutura corporativa. No final, a Constituição entrelaçou

[28] Amaury de Souza, "Do corporativismo ao (neo) corporativismo. Dilemas da reforma sindical no Brasil". Comunicação apresentada no *Seminário sobre Modernização Econômica e Política*. Rio de Janeiro, 23 a 25 de novembro de 1988. Mimeo.

elementos de uma concepção liberal- democrática (amplo direito de greve, autonomia das organizações sindicais ante os poderes públicos) com a permanência de outros de nítidas feições corporativas (unicidade sindical, estrutura verticalista, etc.). Na medida em que muitos dos dispositivos constitucionais relacionados à organização sindical e ao sistema de relações de trabalho ainda aguardam regulamentação, o momento presente se caracteriza pela inexistência de um marco legal mais preciso que organize as relações entre empresas e sindicatos. Ao que parece, vivemos uma conjuntura que poderia ser designada de *transição* se tivéssemos um quadro mais claro das linhas de evolução mais prováveis. Claramente, tendências de tipo democrático e liberal conflitam com outras de natureza corporativa, exprimindo as discrepâncias de nível de industrialização, de modernização e de organização observadas nas diferentes regiões, nos ramos industriais e segmentos das classes assalariadas. Claramente, no interior de uma Assembleia Nacional Constituinte em que as camadas proprietárias e empresariais passaram a estar minoritariamente representadas, as facções de esquerda e centro-esquerda concederam aos dirigentes sindicais muito mais do que eles poderiam conseguir mediante um confronto direto com as empresas privadas e estatais. No momento, é notório um esforço de parcelas importantes das classes empresariais e do governo no sentido de reduzir o poder outorgado pela maioria dos constituintes aos dirigentes da estrutura sindical corporativa. Não desejamos fazer um prognóstico dos desenvolvimentos possíveis de nosso sistema sindical e trabalhista. Queremos, apenas, destacar alguns fatores que atuam seja no sentido de enfraquecer o edifício corporativo seja no sentido de fortalecê-lo.

### O fim da década de 70 e as críticas ao modelo

Inicialmente, convém assinalar que o sistema corporativo sofreu, pela primeira vez depois de longos e longos anos, um ataque frontal, levado a efeito pelo militantismo sindical que teve seu ponto máximo de expressão na região do ABC.[29] Não só o direito de intervenção do Ministério do

* Paradoxalmente, a maioria dos constituintes, sob pressão dos sindicatos de trabalhadores e de *entidades patronais,* contemplou uma antiga reivindicação do PCB. Em nome da manutenção da unidade sindical, os comunistas sempre se opuseram à liberdade de organização sindical, embora defendessem a autonomia dos sindicatos ante o Ministério do Trabalho. Por isso, sempre foram contra a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho.



Trabalho nos assuntos internos dos sindicatos foi desafiado abertamente, mas também as facções mais militantes e radicais do movimento sindical chegaram mesmo a levantar a ideia da substituição da CLT por um Código do Trabalho, da abolição do imposto sindical, etc. Nesse sentido, foi importante, especialmente em São Paulo, a ação das Oposições Sindicais, valorizando as comissões de fábrica e fortalecendo as organizações de trabalhadores no interior das empresas.[30] Igualmente importante foi a ação dos sindicalistas "autênticos", em fins da década de 70, e da ala "lulista", propugnando por negociações diretas com as empresas e por um maior afastamento do Estado nas questões concernentes às relações entre o Capital e o Trabalho. Essas pressões vindas "de baixo" foram importantes, porém cumpre ressaltar também as mudanças que começaram a ocorrer do lado patronal e que se encaminharam no sentido de buscar um relacionamento direto com os sindicatos sem mediação da Justiça do Trabalho. Um resultado desse processo foi a notável ampliação das pautas de negociação e das conversações entre lideranças dos empregados e dos empregadores, tanto a nível de empresa como a nível das respectivas entidades representativas.

Assim, considerando apenas o contexto econômico das regiões mais desenvolvidas, as condições dos últimos anos parecem bastante favoráveis à emergência de um movimento sindical que se defina mais em função do patronato privado do que do Estado, que procure organizar os trabalhadores no interior das empresas (comissões de fábrica, delegados sindicais, etc.).[31]

Porém, fora de São Paulo e de alguns outros Estados mais desenvolvidos, cumpre reconhecer que a situação do mercado de trabalho e as características do sistema de estratificação social não ajudam a formação de um sindicalismo autônomo e de um modelo de relações de trabalho de

[29] Uma reconstituição e uma análise detalhada das greves de 1978, 79 e 80 na região do ABC encontram-se em: Ricardo Antunes. *A rebeldia do trabalho.* São Paulo, Ensaio/Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

[30] Cf. Hamilton José Barreto de Faria. *A experiência operária nos anos da resistência; a oposição sindical metalúrgica de São Paulo – 1964-78*. Dissertação de mestrado apresentada na PUC de São Paulo em 1986.

[31] Para uma análise em profundidade do funcionamento de uma comissão de fábrica numa importante indústria automobilística paulista, cf.: Iram Jácome Rodrigues. *A afirmação do trabalho*. Dissertação de mestrado apresentada no Departamento de Ciências Sociais da USP. São Paulo, 1987. Mimeo. Uma avaliação geral das comissões de fábrica no Brasil e das formas de participação na gestão em outros países encontra-se em: José Henrique de Faria. *Comissões de fábrica; poder e trabalho nas unidades produtivas*. Curitiba. Criar Edições, 1986.

natureza mais contratual. Faltam os atores básicos para a constituição de um sistema autônomo de relações trabalhistas, isto é, falta uma classe empresarial e uma classe operária desenvolvidas. Em contraposição, sobra um ator que tende a favorecer o corporativismo e a subordinação do sistema ao Estado: a burocracia.

Por outro lado, considerando a questão de um prisma menos "estrutural" e atentando para as forças políticas que atuam no meio operário e sindical nos dias de hoje, melhor será engavetar os prognósticos que, no início da década de 80, previam um esboroamento relativamente rápido do corporativismo nas condições de legalidade democrática.

As facções mais radicais do movimento sindical, que anteriormente se mostravam bastante críticas com relação à estrutura sindical corporativa, perderam muito do fervor crítico ao conquistarem direções e posições no sindicalismo oficial. Nesse sentido, a Constituição de 1988, ao limitar drasticamente o poder de intervenção do Ministério do Trabalho nos assuntos internos dos sindicatos, eliminou um dos aspectos que os dirigentes sindicais consideravam mais negativos no modelo corporativo. Consequentemente, arrefeceu os ímpetos mudancistas e aumentou a importância dos sindicatos oficiais como um instrumento de pressão dos trabalhadores, de ascensão social e política dos diretores de sindicatos e de emprego para os burocratas das federações e confederações. Paradoxalmente, a Constituição reforçou as estruturas corporativas ao lhes conceder autonomia ante o Estado. De nossa parte, não podemos deixar de indagar por quanto tempo durará essa autonomia que não resultou basicamente do aumento da capacidade de pressão dos trabalhadores, mas sim das manobras de bastidores, dos acordos, dos lobbies concertados com uma Assembleia influenciada pelos ventos democráticos que seguiram a decomposição dos regimes militares. É nesse ponto que entra a questão da liberdade sindical. Na medida em que as lideranças sindicais rejeitam a liberdade de organização sindical, por temor de que ela conduza à pluralidade, sempre necessitarão da tutela e do intervencionismo do Estado, porque é justamente a vontade do Estado que garante a unicidade e o monopólio da representação. Consequentemente, nossa hipótese é de que, na ausência de uma liberdade de organização e da pluralidade que daí pode advir, dificilmente a autonomia será mantida por muito tempo. Na verdade, nada indica que a grande maioria dos dirigentes sindicais seja contra a pluralidade sindical por receio de um eventual (e discutível) enfraquecimento



da capacidade de pressão dos trabalhadores, mas sim porque só poderão gozar do monopólio da representação e da proteção estatal através da instituição do sindicato único. Mas esse é também o caminho da servidão.[32]

[32] Armando Boito, um dos mais contundentes críticos da estrutura sindical corporativa, insiste, a nosso ver com razão, em que a "unicidade, seja qual for a forma concreta de sua existência, implica sempre a dependência do sindicato diante do Estado". O autor considera que mesmo as correntes sindicais mais "à esquerda" têm apenas um discurso ideológico contrário ao sindicalismo corporativo (que o autor denomina de "sindicalismo de Estado"). A prática real seria a da aceitação e apego à estrutura corporativa. Cf. *O sindicalismo de Estado no Brasil.* Tese de doutoramento apresentada no Departamento de Ciências Sociais da Unicamp. Campinas, 1988. Mimeo.

## Lênin e o Problema da Burocracia na URSS

A intenção deste trabalho é discutir algumas das ideias de Lênin sobre o avanço do processo burocrático logo nos primeiros anos da consolidação do poder soviético. Pretendemos mostrar que, embora Lênin aparentemente tenha sido, desde muito cedo, um dos mais vigorosos críticos da burocracia que se formava no interior do partido bolchevique e do Estado soviético, sua concepção autoritária sobre a organização do trabalho fabril e sobre a sociedade contribuíam para consolidar o poder da burocracia. Mais exatamente, entendemos que muitos dos aspectos mais negativos do regime soviético, que atualmente são atribuídos ao longo reinado de Stalin, têm suas origens nas próprias concepções de Lênin sobre o tipo de socialismo a ser implantado na União Soviética. No centro dessas concepções está o ideal, não explicitado, de uma sociedade dirigida com mão de ferro por uma tecnocracia ilustrada, armada de poderes ditatoriais sobre os trabalhadores.

No plano do sistema político, o partido único era a expressão desta tecnocracia, que exercia seu poder em nome dos próprios dominados, da massa de operários e camponeses aos quais deveria conduzir para a civilização, quer dizer, para o socialismo. As vigorosas críticas de Lênin à burocracia – que tanto encantam as tendências de esquerda antisstalinistas – dirigem-se à burocracia apenas na medida em que ela é sinônimo de ineficiência e atraso, mas não na medida em que ela é sinônimo de administração competente, de dominação racional-burocrática. Em larga medida, o drama de Lênin (e da facção mais ocidentalizada e culta da liderança bolchevique) é que a burocracia que se consolidava no solo fértil da economia estatal nada mais era senão a expressão do que de mais atrasado, de bárbaro e asiático existira na Rússia czarista. Livre da presença das classes proprietárias era a burocracia de tipo czarista (e não prussiana) que começava, já na época de Lênin, a desalojar a *intelligentsia* revolucionária europeizada. Preso às suas concepções autoritárias de organização da sociedade e da economia, Lênin assiste, impotente, nos últimos anos de vida, ao irreversível avanço da "Rússia bárbara".



### Burocracia: um produto do capitalismo?

Como se sabe, em sua obra *O Estado e a revolução* (escrita em agosto de 1917 e deixada inacabada porque, segundo o autor, "seria mais agradável e proveitoso viver a experiência da revolução do que escrever sobre ela"), Lênin dedicou algumas linhas à burocracia e ao exército permanente, duas instituições que ele considerava mais características do "poder estatal centralizado da sociedade burguesa". Nessa época, Lênin era muito otimista com relação ás possibilidades de pôr fim à burocracia. Tal como então acreditava, a "cultura capitalista da grande indústria" teria simplificado o exercício do poder estatal. Suas funções poderiam ser reduzidas a operações tão simples de "registro, contabilidade e controle", que ficariam "totalmente acessíveis a todos os que sabem ler e escrever", podendo ser executadas pelo "salário habitual de um operário".[1] Para acabar com a burocracia, Lênin recomendava, além da equiparação dos ordenados dos burocratas aos de um operário, estabelecer a "completa elegibilidade e revogabilidade, a qualquer momento, e sem exceção, de todos os funcionários".[2]

Não seria o caso, no decurso deste estudo, de nos determos nas ideias de Lênin expostas em *O Estado e a revolução*. Queremos salientar apenas que o partido, instituição central do leninismo, é pouquíssimas vezes, mencionado nessa obra, sendo que somente uma vez há referência às suas funções no novo regime. Como se sabe, em *O Estado e a revolução* – escrito muito pouco tempo antes da tomada do poder –, o modelo é a Comuna parisiense. Somente nas linhas finais do livro é que aparece uma menção aos sovietes, quando Lênin insiste na necessidade de substituir o parlamentarismo burguês por uma República democrática do tipo da Comuna ou uma República de Sovietes de Deputados Operários e Soldados (aqui não há menção aos deputados camponeses). O que interessa reter, nesse livro, é o otimismo quanto à eliminação da burocracia. A necessidade de combatê-la já aparecia no artigo "As tarefas do proletariado na atual revolução", publicado pela primeira vez no órgão do partido bolchevique, *Pravda*, em 7 de abril de 1917, artigo mais conhecido sob o nome de "Teses de abril". Aí, Lênin defende o rompimento total com o governo provisório e a luta por uma República de Sovietes de Deputados Operários, Trabalhadores Agrícolas e

[1] El Estado y La revolución. *Obra escolhidas*, v.3. Buenos Aires, Problemas, 1946. P. 237.
[2] Ib., p.237. Sublinhado no original.

Camponeses (aqui não há menção aos soldados). Nas "Teses", Lênin reclama a supressão da polícia, do exército e da burocracia, e a eleição dos funcionários públicos. Estes deveriam ser removíveis a qualquer momento e receber um ordenado equivalente ao salário médio de um operário.[3]

A crença numa rápida destruição da burocracia, uma das obsessões de Lênin, manter-se-ia durante os primeiros meses da tomada do poder. Em junho de 1918, Lênin ainda escrevia:

> Os operários e camponeses possuem maior habilidade construtiva do que se poderia esperar. Uma das realizações da revolução foi varrer o velho aparelho administrativo [...] Apesar de que apenas oito meses se tenham passado, a Revolução Russa provou que a nova classe que tomou a administração em suas mãos é capaz de realizar sua tarefa.[4]

As avaliações otimistas de Lênin terminariam muito rapidamente, sendo substituídas por um pessimismo crescente... e impotente. No "Esboço do programa do partido", apresentado ao VIII Congresso (18-23 de março de 1919), Lênin insistiria em que a luta contra a burocracia não estava terminada. Pelo contrário, a burocracia está tentando retomar algumas de suas posições e está tirando vantagem, por um lado, do nível cultural insatisfatório da massa do povo e, por outro lado, do tremendo e quase sobre-humano esforço de guerra do setor mais desenvolvido dos operários urbanos. A continuação da luta contra a burocracia, assim, é absolutamente necessária, é imperativa a fim de assegurar o sucesso futuro do desenvolvimento socialista.[5]

Uma das dificuldades para combater o fenômeno burocrático advinha do fato de os bolcheviques não poderem viver sem esse aparelho. Como dizia Lênin:

> Cada ramo do governo cria a necessidade de tal aparelho [...] Os burocratas czaristas começaram a entrar nas instituições soviéticas e a pôr em prática os seus métodos burocráticos; eles começaram a assumir a cor comunista, a ter mais êxito nas suas carreiras, a obter a carteira de membros do Partido Comunista. Assim, foram mandados embora pela porta, mas engatinham de volta pelas janelas.[6]

[3] *Obras escolhidas*, v.3, p. 13-4
[4] "Discurso o Congresso dos Presidentes de Sovietes de Província". *Obras completas*, v.28, p.35. Moscou, Progress Publishers, 1967.
[5] *Obras completas*, v.29, p.109.
[6] "Relatório sobre o programa do partido", 19 de março de 1919. *Obras completas*, v.29, p.182-3.



## A burocratização do partido e do Estado

Em fins de 1920, novembro mais exatamente, Lênin constataria a ampliação do fenômeno burocrático, atingindo também o aparelho partidário:

> [...] tem havido um renascimento de métodos burocráticos contra os quais uma luta sistemática deve ser travada. É natural que os métodos burocráticos que reaparecem nas instituições soviéticas tenham efeitos perniciosos mesmo sobre as organizações do partido, uma vez que os escalões superiores do partido são, ao mesmo tempo, os escalões superiores do aparelho estatal. São uma única e mesma coisa.[7]

Aos poucos, Lênin começava a chegar à conclusão de que não eram os comunistas que dirigiam o país, mas a burocracia. Em 13 de novembro de 1922, escreveria:

> Na prática, acontece frequentemente que, na cúpula, onde temos o poder político, a máquina funciona de alguma maneira; porém, embaixo, os funcionários têm o completo controle e o exercem de tal maneira que anulam nossas decisões.[8]

Para ilustrar essa situação, Lênin recorria à imagem de um automóvel que "caminha não na direção desejada pelo motorista, mas na direção que outra pessoa deseja".[9] O pior é que a máquina burocrática, este "monte gigantesco", na expressão de Lênin, que dirigiria os comunistas, não parava de crescer. O líder bolchevique lembraria, a propósito, que um censo do governo soviético de agosto de 1918 havia encontrado 231 mil funcionários em Moscou; em outubro de 1922, realizaram outro censo e encontraram 243 mil. "Tal foi" – concluiria Lênin pessimistamente – "o resultado de toda a redução de pessoal que realizamos".[10] Outros cálculos indicam, no primeiro semestre de 1919, que o número de funcionários para todo o território soviético era de 529.851. Em fins de 1920, chegava a 5.880.000.[11] A causa do aumento da burocracia e do número de funcionários era, sobretudo,

[7] "Nossa situação externa e interna e as tarefas do partido", 21 de novembro de 1920. *Obras completas*, v. 31, p.421-2.
[8] "Cinco anos de Revolução Russa e as perspectivas da revolução mundial". Relatório ao IV Congresso Internacional Comunista, 13 de novembro de 1922. *Obras completas*, v. 33, p.428.
[9] "Relatório político do CC no XI Congresso". *Obras completas*, v. 33, p. 288.
[10] "Discurso na IV Sessão do Comitê Central Executivo Pan-Russo", 31 de outubro de 1922. *Obras completas*, v. 33, p. 394.
[11] Marcel Liebman. *O leninismo sob Lenine*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976. V. 3, p. 234.

o desemprego e a fome. Em dezembro de 1920, Zinoviev declarava no Congresso Nacional dos Sovietes: “As resoluções que votamos de nada servem porque é impossível combater a expansão da burocracia quando há centenas de milhares de pessoas à procura de trabalho”.[12]

De uma feita, tomado de total irritação quanto aos complicados trâmites burocráticos que resultaram no atraso da compra de conservas para a população de Moscou que passava fome, Lênin chegaria a propor (março de 1922) que

> todos os membros dos departamentos governamentais de Moscou – exceto os membros do Comitê Executivo Central, os quais, como todo mundo sabe, gozam de imunidades – deveriam ser encarcerados na pior prisão de Moscou por seis horas, e os membros do Comissariado do Povo para o Comércio Exterior, por 36 horas. Porém, ocorre que ninguém pôde achar os culpados e, pelo o que eu lhes falei, é evidente que os culpados nunca serão encontrados.[13]

Pouco tempo depois, diria Lênin de modo mais brutal:

> Temos uma úlcera burocrática [...] As práticas burocráticas de nosso sistema estatal tornaram-se uma doença tão grave que tivemos que tratar disso em nosso programa do partido.[14]

Em 1922, para Lênin, o pior inimigo interno seria “o burocrata: o comunista que ocupa uma posição soviética responsável (ou irresponsável) e que goza de respeito universal como homem consciencioso”.[15]

Em 2 de março de 1923, em seu último artigo, denominado “Melhor poucos mas bons”, Lênin chegaria à conclusão de que todos os esforços para melhorar o aparelho estatal soviético só tinham demonstrado “sua ineficácia, sua inutilidade e inclusive sua nocividade”.[16] Nesse artigo, em duas passagens Lênin diria claramente que “há burocratas não somente em nossas instituições dos sovietes, mas também nas do partido”.[17] Aliás, pouco antes, em dezembro de 1922, num artigo intitulado “A questão das nacionalidades ou ‘autonomização’”, Lênin diria que o Estado soviético

[12] Id.. Ib., p.235.
[13] “Relatório político do CC ao XI Congresso”. *Obras completas*, v. 33, p. 295-6.
[14] “Relatório sobre o trabalho político do CC do PC(b)”, março de 1921. *Obras completas*, v.32, p.190-1.
[15] “A situação externa e interna da República Soviética”, 6 de março de 1922.
[16] *Obras completas*, v.33, p. 489.
[17] Ib., p. 494.



parecia o velho aparelho czarista “benzido com o óleo soviético” e diria com franqueza: “agora, temos que ter a consciência de admitir [...] que aquilo que chamamos de nosso aparelho nos é inteiramente estranho; trata-se de uma salada burguesa e czarista”.[18]

Essa avaliação de Lênin é mais radical, porque chega a negar o caráter operário do Estado soviético, que anteriormente, em 19 de janeiro de 1921, havia definido, numa discussão com Bukharin, como um “Estado operário com deformações burocráticas”.[19]

### As causas da burocracia

As críticas de Lênin à burocracia do Estado soviético – habituais em praticamente todos os seus escritos posteriores à tomada do poder, especialmente depois de 1921 – não se encontram sistematizadas. Suas denúncias do avanço da burocracia estão espalhadas em parágrafos, às vezes em páginas inteiras, de seus numerosos escritos e palestras, mas não há um artigo ou um trabalho de maior fôlego destinado unicamente ao exame da natureza do fenômeno da burocratização num Estado em que, oficialmente, a classe operária, ou, mais exatamente, o partido que se dizia a vanguarda da classe havia tomado o poder.

As conclusões e observações de Lênin não são totalmente coerentes e foram se modificando muito rapidamente entre 1921 e 1923. Às vezes, o termo burocracia parece se referir mais a um modo ineficiente de fazer as coisas, como um excesso de administração e de “papelada”; outras vezes, o termo parece indicar uma camada social mais definida. Nos seus primeiros escritos, essa camada parece formada por antigos funcionários czaristas que os bolcheviques foram obrigados a utilizar na administração; já nos últimos escritos, os burocratas são os próprios comunistas, ou antigos burocratas czaristas que entraram para o partido.

Deve-se notar que o partido bolchevique sofreu profunda transformação após a tomada do poder, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo.

[18] 30 de dezembro de 1922. *Obras completas*, v. 36, p. 605.
[19] “A crise partidária”, 19 de janeiro de 1921. *Obras completas*, v.32, p. 48. Poucos dias antes, na resolução “Sobre os sindicatos”, de 30 de dezembro de 1920, Lênin repetiria a mesma definição do Estado soviético como um Estado operário com “uma” deformação burocrática. *Obras completas*, v.32, p. 24.

Em janeiro de 1917, o partido tinha aproximadamente 24 mil membros; em março de 1920, 612 mil e, em março de 1921, 723 mil.[20] Em outras palavras: apenas 3% dos membros do partido, em 1921, haviam militado antes da revolução de fevereiro. Do ponto de vista de sua composição social, houve um forte aumento do número de operários. Em 1917, eles totalizavam catorze mil, subindo para 270 mil em 1920, e para trezentos mil em 1921. O número de camponeses cresceu ainda mais fortemente. Em 1917, era de 1.800 apenas, subindo para 200 mil em 1921. De certo modo, o Partido Comunista se tornara mais proletário, mais camponês, quer dizer, mais popular. Porém, mais exatamente, aumentara a proporção de militantes de *origem* operária e camponesa, mas não de trabalhadores propriamente ditos. Segundo Bettelheim, em 1919, 61% dos membros do partido trabalhavam na administração do Estado, dos sindicatos e do partido, e nada menos de 25% se encontravam no Exército Vermelho, geralmente em postos de comando político ou militar. Em 1919, calcula-se que somente 11% dos membros do partido trabalhavam em fábricas.[21]

Na mesma direção vão os dados de outro historiador do bolchevismo, Marcel Liebman.[22]

O próprio Lênin, não dava muita importância a esse aumento de militantes de origem operária e especialmente camponesa que haviam acorrido para o partido. Em 26 de março de 1922, Lênin afirmaria:

> Se não fecharmos os nossos olhos a realidade, deveremos admitir que atualmente a política proletária do partido não é determinada pelo caráter de seus membros, mas pelo prestígio enorme e indivisível de que goza o pequeno grupo que pode ser chamado de velha guarda. Um pequeno conflito no interior desse grupo será suficiente, se não para destruir esse prestígio, pelo menos para enfraquecer o grupo a tal ponto que lhe tirará o poder de impor sua política.[23]

Feitas essas observações, um pouco laterais, mas importantes, voltemos à análise das causas da burocracia no pensamento de Lênin. De modo geral, duas são indicadas várias vezes: o atraso econômico, a pobreza, a miséria,

[20] Charles Bettelheim. *Les luttes de classes em URSS*. Paris, Seuil/Maspero, 1974. v.1, p.258.
[21] Id., ib., p.172-4 e 282-7.
[22] Macel Liebman, *Op. cit.*, p. 200-87.
[23] "Condições para a admissão de novos membros no partido". Carta a Molotov. *Obras completas*, v. 33, p. 257.



de um lado, a falta de cultura dos comunistas, sua incapacidade administrativa, de outro lado. Com relação as primeiras, escreveria Lênin numa obra importante mas bem pouco conhecida, O imposto em espécie (abril de 1921): "As práticas burocráticas" (na União Soviética), ao contrário do que aconteceria sob o capitalismo,

> têm outras raízes econômicas, especialmente o caráter disperso e atomizado do pequeno produtor, com sua pobreza, seu analfabetismo, falta de cultura, ausência de estradas e de trocas entre a agricultura e a indústria, a falta de conexão e ligação entre elas. Isso, em grande parte, é resultado da Guerra Civil.[24]

Com relação à falta de preparo dos comunistas para dirigir a administração e a economia do novo Estado, diria Lênin: "[...] os comunistas não sabem como dirigir a economia e, nesse aspecto, são inferiores a um empregado capitalista qualquer que tenha sido treinado em grandes fábricas e em grandes firmas".[25]

Nesse mesmo artigo Lênin lembraria que os capitalistas, "apesar de saquear e roubar", sabiam alimentar os trabalhadores, enquanto os comunistas não o sabiam:

> Durante o ano passado mostramos muito claramente que não sabemos dirigir a economia. Esta é a lição fundamental. No próximo ano, ou demonstramos o contrário ou o Poder soviético não será capaz de sobreviver.[26]

### A luta contra a burocratização

Este ponto nos permite passar à análise das medidas preconizadas por Lênin para combater a burocracia. Diante da sua incapacidade administrativa e de sua falta de cultura, os comunistas deveriam elevar seu nível cultural e adquirir novos conhecimentos. Como dizia Lênin no seu último artigo "Melhor poucos, mas bons": para melhorar o aparelho estatal soviético, a tarefa fundamental seria "primeiro estudar; segundo, estudar; terceiro, estudar".[27] Os administradores comunistas deveriam "aprender tomando as

[24] *Obras completas*, v. 32, p. 351.
[25] "Relatório político do CC ao XI Congresso", 1922. *Obras completas*, v. 33, p. 275.
[26] Ib., p.272.
[27] *Obras completas*, v. 33, p. 488.

realizações da ciência, insistindo na verificação dos fatos, localizando e estudando os erros. Precisamos [continuava Lênin] de mais conhecimento factual e menos debates sobre os princípios ostensivos do comunismo".[28]

Localizadas as causas estruturais da burocracia na miséria e no atraso da Rússia soviética e na falta de cultura e habilitação dos bolcheviques para administrar a economia e o novo Estado, Lênin porá ênfase na necessidade de desenvolver e modernizar o país, civilizá-lo, ocidentalizá-lo, como ele gostava de dizer. Tudo isso deveria ser realizado em circunstâncias muito adversas: a economia russa estava totalmente arrasada por anos de guerra contra a Alemanha, pela revolução e pela guerra civil que se prolongou de meados de 1918 até a primavera de 1921. Politicamente, os bolcheviques estavam mais isolados do que nunca, tendo contra si a hostilidade da população camponesa e dos trabalhadores das grandes cidades, além naturalmente das classes médias.

Conviria dar alguns dados sobre esse ponto, uma vez que muita gente desconhece a miséria, a fome e a ruína que marcaram os primeiros anos do regime soviético. Para que se tenha uma ideia mais precisa da inacreditável extensão da catástrofe econômica, talvez sem precedente em qualquer outro país, seria interessante citar algumas cifras. A produção total de manufaturados em 1920 representava 12,9% da de 1913.[29] Em 1919, as fábricas recebiam um décimo do combustível que habitualmente recebiam antes da guerra. Em razão do Tratado de Paz com os alemães, a Rússia soviética passou a dispor somente 8% do carvão e 24% dos seus minerais ferrosos. Mais de 60% de suas locomotivas estavam fora de uso. Em 1917, a Rússia possuía 3.024.000 operários industriais. Em 1922, havia apenas 1.243.000.[30] As fábricas Putílov, que antes da guerra tinham de trinta a quarenta mil operários, em fins de 1920 não tinham mais do que seis mil. A ração de pão, distribuído pelo governo aos trabalhadores mais beneficiados, era de duzentos gramas para dois dias (havia quatro categorias de trabalhadores nessa época: a quarta recebia apenas cinquenta gramas). Os operários mais favorecidos recebiam rações cujo valor energético variava

[28] "Plano econômico integrado", 21 de fevereiro de 1921. *Obras completas*, v. 32, p. 144.
[29] E. H. Carr. *La Revolución Bolchevique;* 1917-1923. Madrid, Alianza Editorial, 1973. 2. ed., v. 2, p. 323. Informa Carr que a recuperação industrial foi muito desigual. A pequena indústria rural e artesanal recuperou-se mais rapidamente: em 1922, atingia 54% do nível existente em 1912. A grande indústria, no entanto, recuperou-se muito lentamente: em 1922, representava apenas 20% da produção de 1912 (p. 322).
[30] Marcel Liebman, *Op. cit.*, p. 290-1.



entre 1.200 e 1.900 calorias. Alguns trabalhadores eram obrigados a se contentar com rações entre setecentas e mil calorias.

O dinheiro havia desaparecido; no inverno, as pessoas congelavam, adoeciam e morriam por falta de combustível para o aquecimento; o sistema de transporte estava arruinado. Entre 1917 e 1922, calcula-se que 22 milhões de pessoas haviam morrido dessa doença. Entre 1918 e 1920, as epidemias, a fome e o frio mataram 7,5 milhões de russos, enquanto a guerra com os alemães havia matado outros quatro milhões. Em 1922, os salários operários representavam aproximadamente 30% do que havia sido em 1913.

Ao final da guerra civil, Petrogrado perdera 57,7% de sua população; Moscou perdera um pouco menos: 44,5%.[31] Ocorre que, na situação de guerra civil, havia prioridade total para a luta contra os generais brancos. Em 1920, o Exército Vermelho absorvia metade da produção industrial, 60% do açúcar, 40% das gorduras, 90% do calçado masculino, 40% do sabão e 100% do tabaco.[32] No interior do país, registravam-se seguidos levantes camponeses contra comissários vermelhos que vinham efetuar a requisição forçada de cereais. Em Petrogrado, no começo da primavera, estouraram greves operárias e, por fim, o evento mais importante e mais perigoso para a continuidade do governo bolchevique, pedindo autonomia para os sindicatos, liberdade de reunião para os operários e camponeses, libertação dos presos políticos de esquerda e um governo dos sovietes "sem os bolcheviques". (Em 16 de março, depois de uma sangrenta batalha, os bolcheviques, chefiados por Trotski, conseguiram finalmente tomar a fortaleza.)

Novamente, e sem meias-palavras, Lênin admitiria a gravidade da situação. Analisando, em 1922, o que ocorrera em 1921, Lênin diria:

> [...] em 1921, depois de ter superado a etapa mais importante da guerra civil – e de tê-la superado vitoriosamente –, sentimos o impacto de uma grave – julgo que foi a mais grave – crise política interna da República soviética. Essa crise interna trouxe à luz o descontentamento de uma parte considerável dos camponeses e também dos operários. Foi a primeira vez, e espero que seja a última,

[31] E. H. Carr, *Op. cit.*, p. 207.
[32] Marcel Liebman, *Op. cit.*, p. 289.

> que largas massas de camponeses estiveram contra nós, não de modo consciente mas instintivo.[33]

Considerando a necessidade essencial de reorganizar a economia e constatando a incapacidade administrativa dos operários e dos comunistas, Lênin defendia uma solução que consistia na utilização maciça dos técnicos da burguesia, concedendo-lhes altos salários e outras vantagens, dando-lhes poderes ditatoriais sobre os trabalhadores. Assim, diria Lênin, em março de 1920:

> Vocês sabem [...] que não somos contrários a colocar operários na direção [das empresas], mas dizemos que essa questão deve ser resolvida segundo os interesses da produção. Não podemos esperar. O país está tão terrivelmente arruinado, calamidades – fome, frio e uma carência geral – atingiram tal ponto que não podemos mais continuar dessa maneira. Nenhuma devoção, nenhum sacrifício próprio pode nos salvar se não mantivermos os operários vivos, se não os abastecermos com pão, se não conseguirmos obter grandes quantidades de sal, de maneira a recompensar os camponeses através de uma troca adequada e não através de pedaços de papel colorido que não nos permitirá sobreviver muito tempo [...] Assim, tratem da questão da administração como homens práticos [...] Aprendam de sua experiência prática, aprendam também da burguesia [...] O poder só poderá ser mantido adotando toda a experiência do capitalismo culto, tecnicamente avançado, progressista, e pela utilização dos serviços dessa gente (os técnicos burgueses) [...] A experiência ensina que qualquer um que tenha uma cultura burguesa, uma ciência burguesa e uma tecnologia burguesa, deve ser valorizado. Sem ele, nós não seremos capazes de construir o comunismo.[34]

A via recomendada por Lênin para a recomposição da economia implica muito claramente fazer dos técnicos burgueses a camada dirigente da nova economia, camada dotada de poderes ditatoriais sobre os trabalhadores. No plano do consumo, na situação de miséria da Rússia, as recomendações de Lênin significavam também fazer dos técnicos uma camada privilegiada entre trabalhadores famintos. Diria Lênin num importante artigo intitulado "Papel e funções dos sindicatos": "[...] devemos, a todo custo, chegar a uma

[33] "Cinco anos de Revolução Russa e as perspectivas da revolução mundial", 13 de novembro de 1922. *Obras completas*, v. 33, p. 421.
[34] "Discurso no III Congresso Pan-Russo dos Trabalhadores de Transporte de Água", 15 de março de 1920. *Obras completas*, v. 30, p. 428-9 e 431.



situação na qual os técnicos – como um estrato social particular que continuará a existir até que atinjamos o mais alto estágio do desenvolvimento da sociedade comunista – possam gozar de melhores condições de vida sob o socialismo do que sob o capitalismo". Caberia aos sindicatos, como uma de suas principais tarefas, "o árduo trabalho quotidiano de influenciar as amplas massas no sentido de ter relações justas com os técnicos". Ademais, os sindicatos deveriam se abster de qualquer intervenção na administração das empresas: "Toda intervenção direta nos sindicatos na administração das empresas (deve) ser considerada claramente prejudicial e inadmissível".[35] Nesse mesmo trabalho, Lênin especificaria:

> O mais rápido e sólido êxito na restauração da grande indústria é a condição sem a qual nenhum êxito pode ser alcançado na causa geral da emancipação do trabalho do jugo do capital e na garantia da vitória do socialismo. Para alcançar esse resultado na Rússia, na presente situação, é absolutamente necessário que toda a autoridade, na fábrica, deva estar concentrada nas mãos da direção.[36]

Essas frases são de janeiro de 1922, quando a situação da Rússia soviética, como vimos, era de completa desagregação, de retorno a uma economia natural, de volta ao campo e às torças diretas de produtos. Porém, a ideia de "todos os poderes aos técnicos" já estava presente em Lênin *logo após* a revolução, quando a situação econômica, embora difícil, não chegará ainda aos níveis de decomposição alcançados em 1921. Nesse sentido, é instrutiva a leitura de outro artigo de Lênin, escrito entre março e abril de 1918: "As tarefas imediatas do poder soviético". Já aí se encontra uma forte defesa dos técnicos burgueses. Dizia Lênin:

> Sem a direção dos especialistas dos diversos ramos da ciência, da técnica, da experiência, é impossível a transição para o socialismo porque o socialismo exige um movimento de avanço consciente e de massas para uma produtividade de trabalho superior ã do capitalismo e sobre a base do que o capitalismo alcançou.[37]

Para tanto, para atrair os "grandes especialistas burgueses", esses deveriam – palavras de Lênin – "receber uma remuneração muito elevada". Lênin reconhecia que isso significava um desvio dos princípios igualitários

[35] 12 de janeiro de 1922. *Obras completas*, v. 33, p. 194.
[36] Ib., p.189.
[37] *Obras escolhidas*, v. 3, p. 449.

do socialismo, mas não via outra solução. Entendia também, no mesmo artigo, que "indiscutivelmente os altos salários exercem uma influência desmoralizadora, tanto sobre o poder soviético [...] como sobre as massas operárias".[38] Mas a questão não se limitava aos desníveis salariais (os quais, na realidade, não eram tão fortes, embora outras mordomias existissem além dos salários diferenciados). A concessão mais forte, a nosso ver, era a ideia de que a esses técnicos e aos que estavam no comando da economia deveriam ser dados poderes ditatoriais sobre os trabalhadores. Esses poderes ditatoriais deveriam ter caráter unipessoal, quer dizer, estar concentrados nas mãos de uma só pessoa. Essa tese aparece repetida várias vezes no artigo "As tarefas imediatas do poder soviético". A ideia de Lênin é de que "não há absolutamente nenhuma contradição de princípio entre o democratismo soviético (quer dizer, socialista) e a aplicação do poder ditatorial por determinadas pessoas".[39] Ocorre que, na visão de Lênin,

> toda a grande indústria mecanizada, que constitui precisamente a origem e a base material da produção socialista, exige uma unidade de vontade estrita e rigorosa que dirija o trabalho comum de centenas, milhares e dezenas de milhares de pessoas.

Consequentemente, como dizia Lênin, "a *subordinação incondicional* a uma única vontade é absolutamente necessária para a eficiência dos processos de trabalho organizado segundo o tipo de grande indústria mecanizada".[40] Diria Lênin:

> A revolução acaba de destruir as cadeias mais antigas, mais fortes e mais pesadas que o regime do chicote havia imposto às massas. Mas isso foi ontem. Hoje, essa mesma revolução exige a *subordinação incondicional* das massas à vontade única dos *dirigentes do processo de trabalho*.[41]

Esses dirigentes, como repete Lênin, várias vezes, deveriam ser "um ditador nas horas de trabalho".

Não se trata de frases ou de reflexões isoladas, frutos do desespero. Toda a concepção do socialismo de Lênin se identifica com a necessidade da concentração dos poderes (nas fábricas) nas mãos dos técnicos, dos que

[38] Ib., p. 452.
[39] Ib., p. 472. Sublinhado no original.
[40] Ib., p. 471 e 472. Sublinhado no original.
[41] Ib., p. 472. Sublinhado no original.



detêm um saber e uma cultura burguesa, aos quais os operários, submetidos a uma disciplina férrea, deveriam prestar obediência incondicional. Como dizia Lênin em abril de 1920: "Poderes ditatoriais e direção unipessoal não são contraditórios com a democracia socialista".[42] A disciplina aplicada com mão de ferro e a concessão de poderes ditatoriais aos diretores das empresas nacionalizadas são apresentadas por Lênin como uma das conquistas da revolução, como se pode ver nesse escrito:

> Foi preciso a vitória de Outubro dos trabalhadores sobre os exploradores, foi preciso toda uma etapa histórica de discussão inicial das novas condições de vida e das novas tarefas pelos trabalhadores para que se tornasse possível uma transição estável às formas superiores de disciplina do trabalho, a uma assimilação consciente da ideia da necessidade da ditadura do proletariado, a uma subordinação incondicional às ordens pessoais dadas nas horas de trabalho pelos representantes do poder soviético".[43]

Não deixa de ser estranho que os "representantes do poder soviético", sejam os técnicos da burguesia. Porém, o que interessa ressaltar é outra questão: por que os técnicos devem ter o poder absoluto nas fábricas e nas empresas? A explicação oferecida por Lênin (e que, de certo modo, corresponde à realidade) é de que esses técnicos detêm um saber, uma cultura, uma ciência, que, se acompanharmos seu raciocínio, nada tem em comum com o marxismo. Lembremos suas palavras: "Precisamos de mais conhecimento factual e menos debates sobre os princípios ostensivos do comunismo" e "qualquer um que tenha uma cultura burguesa, uma ciência burguesa e uma tecnologia burguesa deve ser valorizado". Os técnicos, os cientistas, os administradores fazem parte do que se poderia denominar a *intelligentsia.* É a essa "camada social particular" que o novo regime deve conceder os poderes econômicos e melhores condições de vida. A posição dominante da *intelligentsia* se justifica em nome do saber, do conhecimento, da cultura. Podemos ver aí uma relação com as ideias de Lênin contidas no *Que fazer?* (escrito entre fins de 1901 e início de 1902 e publicado em março de 1902). Aí já se encontra a valorização dos intelectuais diante da classe operária. Naquela altura, era a *intelligentsia* revolucionária que deveria injetar nos trabalhadores, através de seu saber, a consciência de classe revolucionária;

[42] "Discurso no III Congresso Pan-Russo dos Sindicatos", 7 de abril de 1920. *Obras completas*, v. 30, p. 503.
[43] "As tarefas imediatas do poder soviético''. *Obras escolhidas*, v. 3, p. 474.

agora, uma vez liquidado o capitalismo, caberia à *intelligentsia* técnica, substituindo a burguesia privada, comandar os trabalhadores, não mais para a revolução, mas para o aumento da produção e da produtividade. À *intelligentsia* que, dirige o processo revolucionário e a aniquilação da ordem capitalista deve caber a direção da nova sociedade, do capitalismo de Estado e do socialismo. O leninismo pode, assim, ser interpretado como uma *teoria do poder intelectual,* da supremacia dos intelectuais (entendidos num sentido amplo) tanto sobre a burguesia como sobre os operários.

### Da concepção de socialismo em Lênin e das vias para alcançá-lo

Muitas das medidas visando à eliminação do controle operário nas empresas e à instituição da chefia unipessoal com poderes ditatoriais foram justificadas como fruto de uma conjuntura difícil (guerra civil, fome, etc.). Sem negar a gravidade da crise econômica, pensamos, ao contrário, que essas medidas foram preconizadas e adotadas *justamente porque estavam embutidas numa concepção geral de tipo autoritário* (que prepararia a via para o totalitarismo stalinista) que era compartilhada por Lênin e pela maior parte dos dirigentes do partido bolchevique. De modo mais preciso, há em Lênin (para ficarmos só *nele)* uma concepção de socialismo envolvendo, também e consequentemente, uma concepção do regime econômico a ser implantado na Rússia, uma concepção do Estado que não pode ser entendida como simples resposta a circunstâncias excepcionalmente difíceis.

A análise do pensamento (e da ação) de Lênin mostra uma visão tecnocrática, autoritária e economicista do socialismo, a ser construído por uma vanguarda clarividente que o imporá à massa dos trabalhadores e a o conjunto da população. Esses dois aspectos aparecerem de modo inequívoco em dois escritos de Lênin relacionados à definição do tipo de socialismo e ao modo de construí-lo. Em maio de 1918, poucos meses depois da tomada do poder, Lênin diria:

> O único socialismo que podemos imaginar é aquele baseado em todas as lições aprendidas através da cultura capitalista em largar escala. Socialismo sem serviços postais e telegráficos, sem máquina, é uma frase vazia.[44]

[44] "Réplica ao debate do relatório sobre as tarefas imediatas", escrito entre 30 de abril e 3 de maio de 1918. *Obras completas*, v. 27, p. 310.



Poucos dias depois, Lênin daria uma definição ainda mais precisa do tipo de socialismo que imaginava para o seu país.

> O socialismo é inconcebível sem a grande técnica capitalista baseada na última palavra da ciência moderna, [é inconcebível] sem uma organização planificada do estado que subordine dezenas de milhões de pessoas ao mais estrito cumprimento de normas únicas de produção e distribuição.[45]

Outra afirmação de Lênin na mesma linha:

> A possibilidade de realizar o socialismo está precisamente determinada pelo grau em que consigamos combinar o poder soviético e a forma soviética de administração com os últimos progressos do capitalismo. Devemos organizar, na Rússia, o estudo e o ensino do sistema Taylor, sua experimentação e adaptação sistemática.[46]

Inútil multiplicar as citações: o socialismo, para Lênin, é seguidamente identificado com a tecnologia e a cultura ocidental a serem impostas autoritariamente, de cima para baixo. Não é à toa que Lênin insiste na necessidade de "aprender do capitalismo de Estado dos alemães, de tomá-lo com *todas as nossas forças*, de não poupar meios ditatoriais para apressar a introdução da cultura ocidental na Rússia bárbara, sem recusar meios bárbaros na luta contra a barbárie".[47]

### O capitalismo de Estado

De modo mais geral, de nossas leituras da obra de Lênin e de outros analistas e historiadores da Revolução Russa, julgamos que, a partir mais especialmente da NEP (Nova Política Econômica), Lênin entenderia que, num "país bárbaro" como a Rússia, e nas condições adversas em que se encontrava, seria necessária, no plano econômico, uma "estação intermediária", uma "antessala" do socialismo, que seria um *capitalismo de Estado de tipo especial,* o qual já estaria se formando na República soviética. No plano

[45] "O infantilismo esquerdista e a mentalidade pequeno-burguesa", 9 de maio de 1918. *Obras completas*, v. 27, p. 335.

[46] "As tarefas imediatas do poder soviético". *Obras escolhidas*, v. 3, p. 461.

[47] Esta frase de Lênin consta de um folheto "A tarefa principal de nossos dias: sobre o infantilismo 'esquerdista' e a mentalidade pequeno-burguesa", publicado em maio de 1918. Trechos do folheto foram depois incluídos, como introdução, na obra *O imposto em espécie.* Cf. *Obras escolhidas*, v. 4, p. 514.

político, seria necessária uma ditadura da vanguarda esclarecida dos trabalhadores, isto é, uma ditadura do partido (ou de seus dirigentes) capaz de – com mão de ferro, "castigando sem piedade" e "usando meios bárbaros" – "ocidentalizar", "civilizar" um país bárbaro, prepará-lo para o socialismo.

As ideias de Lênin sobre o capitalismo de Estado se encontram espalhadas ao longo de muitos escritos, artigos e conferências. Citamos os mais importantes:

1. "O infantilismo esquerdista e a mentalidade pequeno- burguesa", 9 de maio de 1918;
2. "A nova política econômica e as tarefas dos departamentos de educação política", 17 de outubro de 1918;
3. "A importância do ouro agora e depois da completa vitória do socialismo", 5 de novembro de 1921;
4. "Quarto aniversário da Revolução de Outubro", 14 de outubro de 1921;
5. "Discurso de encerramento sobre o relatório político do CC no XI Congresso", 28 de março de 1921;
6. O *imposto* em *espécie,* 13-21 de abril de 1922;
7. "Relatório político do CC no XI Congresso", 27 de março de 1922;
8. "Cinco anos de Revolução Russa", 15 de novembro de 1922;
9. "Sobre a cooperação", 4 de janeiro de 1923.

Em todos esses escritos há referências à forma de capitalismo de Estado que estaria sendo implantado na União Soviética. Porém, o conceito de capitalismo de Estado está mais bem desenvolvido no livro *O imposto em espécie*, mencionado anteriormente, e no "Relatório político do CC no XI Congresso".

Nesse relatório diz Lênin:

> Nenhuma teoria, nenhuma literatura analisa o capitalismo de Estado na forma em que ele existe aqui, pela simples razão de que todos os conceitos usuais relacionados a esse termo estão associados com a dominação burguesa numa sociedade capitalista. A nossa sociedade é uma sociedade que saltou dos trilhos do capitalismo, mas ainda não encontrou novos trilhos [...] Nunca na História houve uma situação em



> que o proletariado, a vanguarda revolucionária, possuísse suficiente poder político e o capitalismo de Estado coexistisse com ele.[48]

Um dia depois, Lênin voltaria ao assunto dizendo que nem Marx nem Engels poderiam prever o capitalismo de Estado que teria surgido na Rússia:

> O tipo de capitalismo de Estado que introduzimos em nosso país é de natureza especial. Ele não coincide com a concepção comum de capitalismo de Estado [...] Nosso capitalismo de Estado difere de outros capitalismos de Estado no sentido literal do termo pelo fato de que o nosso Estado proletário possui não só a terra como também os ramos vitais da indústria.[49]

Essas concepções de Lênin já tinham sido esboçadas pouco antes da tomada do poder, no ensaio "A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la", escrito de 10 a 14 de setembro de 1917. Nesse trabalho, Lênin entendia que

> a guerra, ao acelerar gigantescamente a transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado, põe com isso a humanidade extraordinariamente perto do socialismo: tal é, precisamente, a dialética da História.[50]

"O socialismo" – de acordo com Lênin – "não seria mais do que o monopólio capitalista de Estado *aplicado em proveito de todo o povo*".[51] Obviamente, isso pressuporia substituir um Estado capitalista por um Estado democrático-revolucionário. O socialismo, na compreensão de Lênin, estaria na ordem do dia, não porque as condições *econômicas* estivessem maduras, mas porque o capitalismo monopolista de Estado seria a sua antessala, "a sua preparação *material* mais perfeita".[52]

Depois da tomada do poder, especialmente após a NEP, Lênin deixaria de falar em capitalismo *monopolista* de Estado para se referir simplesmente a capitalismo de Estado, ou, mais precisamente, a um *novo*

[48] *Obras completas*, v. 33, p. 282.
[49] "Cinco anos de Revolução Russa", 15 de novembro de 1922. *Obras completas*, v.33, p.427-8.
[50] *Obras escolhidas*, p. 149-50. Sublinhado no original.
[51] Ib., p. 149. Sublinhado no original.
[52] Ib., p. 151. Sublinhado no original. Nesta obra, escrita antes da tomada do poder, Lênin entenderia que o "socialismo já assoma por todas as janelas do capitalismo" e que o "trabalho geral obrigatório" representaria "um passo gigantesco para o socialismo", desde que fosse "implantado, regulamentado e dirigido pelos sovietes dos deputados operários, soldados e camponeses" (p. 150-1).

tipo de capitalismo de Estado que seria diferente do capitalismo porque o Estado não seria burguês, mas proletário.

A questão do caráter do Estado exige algumas reflexões. Por que o Estado seria proletário se, no plano econômico, o que existiria seria uma nova forma de capitalismo, e os técnicos e diretores de empresas, recrutados das antigas classes burguesas, teriam o controle ditatorial sobre os trabalhadores? Como uma classe operária submetida incondicionalmente à férrea disciplina dos ditadores da empresa pode ser a classe politicamente dominante no plano do Estado e do poder político em geral?

As concepções de Lênin são pouco claras a esse respeito. Uma coisa, contudo, não deixa margem a dúvidas. Lênin não imaginava que o *conjunto* da classe operária exerceria o poder, mas sim a *vanguarda* da classe, ou, mais precisamente, o *partido*. No "Relatório político do CC ao XI Congresso", Lênin resumiria o caráter de classe do Estado soviético deste modo: "O Estado é a classe operária, é a parte mais avançada dos trabalhadores, é a vanguarda. Nós somos o Estado".[53] Assim, *o partido era o Estado*. É curioso que essa identificação dos interesses da classe com a vanguarda, ou, mais especificamente, com o partido, ou com a Velha Guarda (que, como vimos, representava a política proletária do partido), é cada vez mais enfatizada por Lênin, *no mesmo momento em que ele aumenta as críticas à burocracia que estaria tomando conta do partido, dos sovietes e do Estado*. Com relação aos sovietes, Lênin diria:

> Sendo por seu programa órgãos da administração exercida *pelos trabalhadores,* são, na prática, órgãos da administração *para os trabalhadores,* exercida pela camada de trabalhadores que constitui a vanguarda e não pelos trabalhadores em seu conjunto.[54]

Mais tarde, polemizando com os membros da chamada Oposição Operária, Lênin explicitaria que

> a ditadura do proletariado não pode ser exercida através de uma organização que abrange o conjunto dessa classe [os sindicatos, no caso] [...] ela somente pode ser exercida por uma vanguarda que tenha absorvido as energias revolucionárias da classe [...] Tal é o mecanismo básico da ditadura do proletariado e a essência da transição do capitalismo para o comunismo.[55]

[53] *Obras completas*, v. 33, p. 278.
[54] "Sobre o programa do partido – informe ao VIII Congresso do PC (b)", 19 de março de 1919. *Obras completas*, v. 29, p. 183. Sublinhado no original.



Lênin defende aqui, de fato e conscientemente, a ditadura de uma pequena, muito pequena minoria sobre o conjunto da população russa ou, mais precisamente, sobre os trabalhadores e os camponeses, pois as velhas classes proprietárias – latifundiários, aristocratas, comerciantes, industriais e banqueiros privados – haviam sido eliminadas. Contra quem, portanto, se exerceria a ditadura de uma pequena minoria?

## Os dilemas de Lênin

Como vimos, localizadas as causas estruturais da burocracia no atraso econômico e na falta de cultura dos comunistas, Lênin veria o desenvolvimento econômico e cultural, técnico e científico do país como a única solução de fundo capaz de eliminar a crescente expansão e influência da burocracia. Para tanto, nas condições específicas da Rússia pós-revolucionária, seria preciso apelar para a tecnologia ocidental (há um esforço, sem êxito, de atrair capitais estrangeiros), para os técnicos burgueses, concedendo-lhes plenos poderes na administração das empresas e eliminando todas as formas de participação dos trabalhadores na gestão que se haviam instaurado após a queda do czarismo. No plano político mais geral, a partir da guerra civil especialmente, houve a centralização dos processos decisórios nas mãos do partido e dos órgãos do Estado, que eliminou as iniciativas e a autonomia de sovietes e outros organismos participativos (como os sindicatos) não só nas empresas como também nos bairros, cidades e aldeias.

Essas medidas, de restrição da participação e da democracia conquistada a partir de fevereiro, foram sempre justificadas em nome das necessidades da luta contra a restauração branca e da recuperação da economia. Notemos, contudo, que as críticas de Lênin à crescente burocratização do novo regime se fazem mais violentas na própria medida em que o regime se torna mais fechado e autoritário. A proibição do partido menchevique, dos socialistas-revolucionários, de esquerda e de direita, dos anarquistas, torna-se definitiva depois do X Congresso (1921), quando também, pela primeira vez na história do partido, é proibida a existência de

[55] "Sobre os sindicatos", 30 de dezembro de 1920. *Obras completas*, v. 32, p. 21.

facções (entre outras medidas destinadas a reforçar o poder do Comitê Central). A essa altura, a contrarrevolução branca estava vencida e não havia, em todo o mundo, nenhuma força militar capaz de enfrentar o Exército Vermelho.

Aceitando as observações de Lênin sobre a burocratização do regime soviético, podemos concluir que a burocracia progredia à medida que o regime se tomava mais autoritário, fato demonstrativo de que *o aumento da coerção e da repressão, no plano político e no plano fabril, não era capaz de frear o processo acelerado de burocratização que invadia o partido, o Estado, os sovietes e toda a vida do país*. Porém, as concepções autoritárias e economicistas que envolvem a ideia de socialismo em Lênin (e em toda a liderança bolchevique) não permitem que ele estabeleça qualquer relação entre o avanço da burocracia e o autoritarismo. Para Lênin, se a burocratização tem suas raízes no atraso da "Rússia bárbara", na desorganização da produção, na falta de cultura dos dirigentes comunistas (quer dizer, na expressão de Lênin, da "nova classe"), então a solução estaria em buscar o desenvolvimento econômico, mesmo através de medidas coercitivas e do apelo aos especialistas da "velha classe".

Ora, a industrialização, a criação das "bases materiais" para o socialismo, a consolidação do capitalismo de Estado não seriam metas passíveis de serem alcançadas a curto ou a médio prazo, especialmente sem o auxílio do proletariado de outros países. Malogradas as tentativas de revolução no Ocidente, que medidas adotar imediatamente contra esse mal que, segundo Lênin, era mais difícil de ser vencido do que a burguesia e o czarismo?

No plano imediato, Lênin preconizou algumas medidas: expurgo do partido e sua "proletarização", especialmente através da introdução, em seu Comitê Central, de cinquenta a cem operários, retirados das fábricas ou da base do partido. Propôs também a criação de um organismo destinado especialmente a controlar a burocracia, ou seja, a Inspeção Operária e Camponesa, a Rabkrin, criada em 7 de fevereiro de 1920.

Reflitamos um pouco sobre as propostas de Lênin. Que efeito positivo poderia ter na luta contra a burocracia o aumento no CC do número de operários pinçados da base? A medida, se posta em prática, significaria violar as normas habituais de ascensão no aparelho partidário. De todo jeito, parece duvidoso que pudesse dar algum resultado. Se velhos revolucionários não conseguiam resistir ao avanço da burocratização, como



esperar que simples operários, aos quais subitamente se outorgava o máximo de poder, pudessem se comportar de modo diferente? Não foi o próprio Lênin que afirmara' seguidamente que os operários não estavam capacitados para dirigir a economia e o Estado? Se assim era, estariam eles preparados para comandar o partido que dirigia o Estado e a economia? Mas a proposta de puxar trabalhadores diretamente para o Comitê Central leva a outra reflexão: ela é indicativa da falta de confiança de Lênin no próprio CC, o qual, ele mesmo dissera pouco tempo antes, era o guardião da política proletária do partido. Estaria o CC também corrompido? Se assim não fosse, por que introduzir mais cinquenta ou cem operários da base na instância máxima do partido?

Na mesma direção vai a sugestão de Lênin de colocar operários e camponeses controlando a Rabkrin:

> [...] devemos ter gente sem partido controlando os comunistas. Por isso, grupos de trabalhadores e camponeses sem partido, de comprovada honestidade, devem ser convidados, por um lado, a tomar parte na Inspeção Operária e Camponesa e, por outro lado, na verificação informal dos trabalhos, independentemente de qualquer indicação oficial.[56]

Sugestão inútil. A Inspeção Operária e Camponesa, que deveria possibilitar um controle de massas sobre o aparelho estatal, tornou-se uma letra morta. Colocada sob a direção de Stalin, rapidamente se transformou em mais um organismo burocrático, servindo apenas para dar emprego a cerca de doze mil pessoas.[57] O próprio Lênin escreveria em seu último artigo, numa crítica à atuação de Stalin, que "não existe outra instituição mais mal organizada do que a Inspeção Operária e Camponesa [...] nada podendo ser esperado deste comissariado do povo".[58]

A introdução de operários e camponeses em alguns organismos do partido e do Estado é o máximo de concessão às massas sem partido que Lênin é capaz de aceitar em termos de controle da "sociedade" sobre o aparelho estatal e outras instituições do poder. Essas medidas, obviamente, não afetam o monopólio do poder do partido. Trata-se apenas de tentar controlá-lo, na maior parte das vezes, *de dentro*. Do rol das medidas

[56] "Sobre os sindicatos", 30 de dezembro de 1920. *Obras completas*, v. 32, p. 21.
[57] Marcel Liebman, *Op. cit.*, p. 237-8.
[58] Melhor poucos mas bons", 2 de março de 1923. *Obras completas*, v. 33, p. 490.

preconizadas por Lênin para um combate imediato à burocracia, em nenhum momento se encontra a sugestão de alguma medida democrática que escape do controle do partido, como, por exemplo, a revitalização dos organismos dos trabalhadores, dos sovietes e dos sindicatos, dos comitês de fábrica e outras organizações operárias. Também não há nenhuma proposta no sentido de reativar as discussões no interior do próprio partido bolchevique, de permitir a organização de facções, para não falar de um retorno à liberdade de expressão, de organização de partidos, etc. Para a luta imediata contra a burocracia, que tomava conta do novo Estado, e que o mortificava, Lênin sugere apenas medidas autoritárias, que somente significavam o reforço das próprias tendências burocráticas que ele tanto odiava. Em outras palavras, as sugestões de Lênin vão no sentido de *combater burocraticamente a burocracia*. Consequentemente, estavam de antemão condenadas ao fracasso.

Neste ponto, para finalizar, cabem algumas observações. A "civilização" que Lênin pensa introduzir na "Rússia bárbara", o aspecto do mundo ocidental que ele admira, é a organização e a tecnologia, a grande indústria, que "disciplina dezenas de milhares de pessoas". Vem daí a sua admiração pelo capitalismo de Estado alemão, o qual, como ele mesmo diz, colocado a serviço de todo o povo, seria o socialismo. Mas Lênin não tem nenhuma simpatia por outras instituições do mundo ocidental que foram, em ampla medida, não somente uma criação da burguesia, mas também das classes médias e dos trabalhadores, tais como os direitos civis, o pluralismo político, a democracia parlamentar, o sindicalismo, o respeito à vontade da maioria e aos direitos da minoria, etc.

O ódio de Lênin se dirige à burocracia somente na medida em que ela é sinônimo de burocratismo, de ineficiência, morosidade, corrupção, etc., mas não na medida em que é sinônimo de administração eficiente, quer dizer, no sentido weberiano de burocracia. Tal como pretende colocar as fábricas e as empresas sob a autoridade ditatorial e unipessoal dos técnicos, Lênin gostaria de ver, no governo do Estado, administradores capazes. Em outras palavras: Lênin é crítico da burocracia soviética na medida em que ela se assemelha à burocracia czarista, mas nenhum de seus escritos permite supor que ele seria contrário a uma eficiente e autoritária burocracia prussiana. Desse ângulo, a missão do partido se equipara à de um déspota esclarecido que, através do capitalismo de Estado, e de um governo autoritário, conduziria a "Rússia bárbara" para o socialismo, quer dizer, para a modernidade.



Pensamos, contudo, que a escolha do tipo de arma a se utilizar contra a burocracia não estava determinada apenas por razões de natureza ideológica, quer dizer, do tipo de socialismo que Lênin gostaria de ver implantado na Rússia. Aqui devemos considerar outro ponto que diz respeito à situação do partido bolchevique. Este ascendeu ao poder por meio de um golpe de Estado – termo que o próprio Trotski chegou a utilizar[59] – amparado no controle das forças militares de Petrogrado e Moscou e com data marcada para coincidir com a abertura do II Congresso Pan-Russo dos Sovietes. Como observamos no início deste estudo, não foram as "massas populares" que tomaram o Palácio de Inverno e destituíram o Governo Provisório, mas sim a Guarda Vermelha, sob o comando do Comitê Militar Revolucionário.

Nessa altura, o partido bolchevique contava com a simpatia dos trabalhadores de Petrogrado e Moscou, com o apoio dos soldados e, fundamentalmente, dos marinheiros da Fortaleza de Kronstadt. Kerensky e seu governo não tinham mais o apoio de ninguém, nem dos trabalhadores nem da aristocracia e da burguesia. Mas o problema é que os bolcheviques também não tinham o apoio da maioria da população, como prova o resultado das eleições para a Assembleia Constituinte (realizadas de 12 a 25 de novembro).

Como se sabe, nessas eleições, os grandes vitoriosos foram os socialistas-revolucionários "de direita", ficando os bolcheviques com um honroso segundo lugar, enquanto os mencheviques amargavam uma terrível derrota.[60] No dia 5 de janeiro, um destacamento militar dissolveu a Assembleia. Nesse momento, os bolcheviques, embora eleitoralmente minoritários no conjunto da população, especialmente entre os camponeses, gozavam de forte apoio entre a classe trabalhadora de Petrogrado e Moscou e entre os soldados e marinheiros. Porém, ao final da guerra civil, a situação tinha se modificado.

---

[59] Veja-se, por exemplo, *Minha vida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 2. ed. p. 291.

[60] Entre os autores, há certas discrepâncias com relação ao número exato de representantes eleitos pelos partidos. Segundo Carr (*Op. cit.*, v. 1, p. 126), os socialistas-revolucionários, de todas as tendências, obtiveram 410 lugares e os bolcheviques 175. Liebman (*Op. cit.*, v. 3, p.49), com base em outras fontes, dá 419 lugares para os socialistas-revolucionários, assim divididos: SR de direita: 299; SR ucranianos: 81; SR de esquerda: 39. Segundo esse autor, os bolcheviques teriam obtido 168 lugares. Porém, por número de votos recebidos, a diferença a favor dos SR não teria sido muito forte; os socialistas-revolucionários, de todas as tendências, teriam recebido 15.847.004 de votos e os bolcheviques 9.844.637. Os grandes derrotados, além dos constitucionais-democratas, foram os mencheviques: apenas 1.364.826 de votos.

Em primeiro lugar, o Partido Bolchevique não era mais o mesmo partido de antes de fevereiro. Era agora um partido inchado pela adesão de membros das "velhas classes" (ou de remanescentes delas), dos ex-burocratas czaristas e dos técnicos e especialistas burgueses, de um lado, e dos trabalhadores e camponeses (que se transformaram também em burocratas), de outro lado. O partido era agora um partido do Estado, dos diretores das empresas nacionalizadas, dos tecnocratas e burocratas da administração, dos dirigentes dos sindicatos integrados ao Estado, da *intelligentsia*, enfim um partido de todos os grupos dominantes, mas que continuava a falar em nome dos dominados. (Desse aspecto, resulta em grande parte o êxito da ideologia leninista e mais tarde stalinista, na União Soviética e fora dela.)

A leitura dos últimos escritos de Lênin mostra um homem doente e amargurado e não deixa dúvida de que ele considerava a "nova classe" dominante incompetente, inculta, prepotente e presunçosa. O problema, contudo, era como combater essa burocracia que tomava conta de tudo, inclusive de seu partido. Dado o isolamento dos bolcheviques, "uma gota d'água no mar do povo", Lênin não pode "apelar para as massas", porque não contava mais com o apoio popular. Qualquer tentativa de conter o avanço da burocracia por meio de medidas de caráter democrático teria como resultado, quase fatal, o fim do governo bolchevique e sua substituição, mais provavelmente por um governo socialista-revolucionário.[61] Assim, Lênin não tem outra alternativa senão tentar combater a burocracia por meios autoritários, de modo a não colocar em risco o monopólio do poder bolchevique e, consequentemente, o seu próprio poder. Nesse combate burocrático contra a burocracia, o vencedor seria sempre a burocracia. No final de sua vida, Lênin – que declara em fins de 1918: "Nós reservamos o poder do Estado para nós mesmos e somente para nós"[62] – via que o poder, na realidade, deslizava para as mãos de um inimigo que, pouco antes da tomada do poder, ele julgara ser característico das sociedades capitalistas e muito fácil de se extirpar numa sociedade em que a burguesia fosse afastada do poder político e da gestão da economia.

[61] Tratava-se do partido mais forte, mais bem implantado no setor rural. Apesar de sua influência sobre os camponeses, dados de O. Radkey *(The sickle under the hammer; the socialists revolutionnists in the early months of the soviet rule*, apud M. Liebman, *Op. cit.*, v.3, p. 72-3), indicam que a base social dos SR era formada pela *intelligentsia* rural: funcionários de aldeias, empregados administrativos dos *zemstvos* e das cooperativas e, sobretudo, professores primários. É possível que a derrota dos bolcheviques possibilitasse o retorno a alguma forma de capitalismo privado (que, em ampla medida, no setor da pequena produção rural e artesanal e das pequenas empresas urbanas, já havia voltado a funcionar sob governo bolchevista). Parece pouco provável, no entanto, a restauração do absolutismo czarista. Lembremos que as "velhas classes" haviam sido destruídas e que a contrarrevolução branca havia sido derrotada. A volta a uma situação equivalente à que existira antes de fevereiro implicaria que os camponeses devolvessem as terras para seus antigos senhores, que os sindicatos, sovietes e outras instituições democráticas fossem destruídos,, etc.



[62] "Relatório sobre a atitude do proletariado ante os democratas pequeno-burgueses", 27 de novembro de 1918. *Obras completas*, v. 28, p. 213. Sublinhado no original.

# TRABALHADORES DE UMA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA: PERFIL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO SINDICAL

## Introdução

Este estudo tem como objetivo a apresentação dos dados de uma pesquisa realizada com operários ("horistas") de uma empresa do setor automobilístico, aqui denominada de EA. Entre outras unidades instaladas no País, a EA possui duas principais: uma no município paulista de São Bernardo do Campo (SBC) e outra em São Paulo, na capital. A unidade de SBC é a mais importante em termos de número de empregados. Aí se concentra a maior parte dos horistas não especializados ou semiespecializados: operadores e montadores, na sua maioria. Tal como a unidade de SBC, a de SP também está encarregada da montagem de veículos. Esta unidade é cerca de cinco vezes menor do que a de SBC. Os empregados eram mais antigos e os salários mais elevados. Em razão de, na ocasião da realização da pesquisa, a maior parte da ferramentaria da EA estar localizada na unidade da capital, a proporção de trabalhadores especializados e altamente especializados, notadamente ferramenteiros, era bem mais elevada na EA de SP. Outro aspecto importante a ser lembrado é o fato de os trabalhadores da EA de SBC estarem sob a jurisdição do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e de Diadema, enquanto, na EA da capital, os trabalhadores estão sob a jurisdição do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo; o primeiro está ligado à CUT e o segundo à CGT. Em SBC, a maioria dos horistas (51%), nas eleições de 1982 para governador do Estado de São Paulo, havia votado em Lula, contra 23% em SP, onde 40% votaram em Franco Montoro. Deve-se notar ainda, no que diz respeito às preferências



eleitorais, que em SBC somente 9%, nas mesmas eleições, preferiram Jânio Quadros, ao passo que, em SP, a proporção chegava a 23%.[1]

Considerando esses aspectos diferenciais, os trabalhadores da EA de SBC e de SP foram analisados separadamente, através de duas amostras independentes.

A *pesquisa* – O presente estudo está dividido em duas partes. A primeira busca oferecer elementos que possibilitem caracterizar o grupo de trabalhadores estudados: idade, origem, padrão de vida, etc. A segunda trata das relações dos trabalhadores das duas unidades da EA com o respectivo sindicato.

Os dados aqui apresentados, na verdade, constituem apenas uma parte de uma pesquisa mais ampla que abrangeu questões relacionadas a treinamento, supervisão, imagem da companhia, avaliação da comissão de fábrica, etc.

Para a realização do conjunto da pesquisa, trabalhamos com dados quantitativos e qualitativos*. Para a parte quantitativa, foi selecionada uma amostra casual sistemática com origem aleatória. Na constituição do universo desta pesquisa foram excluídos todos os horistas cujas funções não estavam diretamente ligadas à fabricação de veículos: jardineiros, pessoal de conservação dos prédios, pessoal de restaurante, motoristas, etc. Desse modo, integraram nosso universo somente trabalhadores que exerciam uma das seguintes funções: manipulador de materiais, montador de produção, operador de máquinas, prensista, ferramenteiro, mecânico de produção, mecânico de manutenção, inspetor, ponteador, pintor, eletricista, tapeceiro, soldador, funileiro, fresador, conferencista, operador de empilhadeira e modelador. Uma vez que para esses tipos de tarefas são empregados apenas

[1] Pelas respostas dadas quando da aplicação dos questionários, a distribuição dos votos dos trabalhadores da EA, nas eleições de 1982 para governador do Estado de São Paulo, foi a seguinte:

| *Candidatos* | *SBC %* | *SP %* |
|---|---|---|
| Franco Montoro PMDB | 29 | 40 |
| Lula PT | 51 | 23 |
| Jânio Quadros PTB | 9 | 23 |
| Reynaldo de Barros PDS | 1 | 4 |
| Rogê Ferreira PDT | 1 | 2 |
| Votou em branco ou anulou o voto | 3 | 0 |
| Não votou / não é eleitor | 6 | 8 |
| | 100 | 100 |

homens, os resultados da pesquisa dizem respeito apenas aos horistas do sexo masculino, que, na realidade, constituem a quase totalidade dos operários das duas unidades da EA.

Os horistas que compuseram a amostra foram sorteados de uma relação de empregados fornecida pela EA. Em SBC foram sorteados duzentos indivíduos e, em SP, 160. A cada trabalhador integrante da amostra foi enviada uma carta, assinada pelo presidente da companhia e por mim,* onde se explicava as finalidades do estudo e se solicitava a colaboração voluntária do empregado. Por razões de férias, INPS, aposentadoria, moléstia, etc., 29 horistas, em SBC, e dezenove, em SP, informaram que não poderiam participar da pesquisa, reduzindo a frequência esperada a 171 em SBC e 141 em SP. Compareceram para o preenchimento do questionário 163 horistas em SBC e 128 em SP (95% e 91%, respectivamente, do número sorteado). Motivos de doença (especialmente o surto de conjuntivite então existente), esquecimentos, faltas ao trabalho, etc. respondem por essa diferença entre o comparecimento esperado e o comparecimento efetivo.

*Quadro demonstrativo da pesquisa quantitativa*

| *Local* | *Universo* | *Amostra* | *%* | *Margem de erro* | *Data da aplicação* |
|---|---|---|---|---|---|
| SBC | 9.154 | 161 | 1,75 | 3,65 | 15 e 16 de fev. de 1984 |
| SP | 1.814 | 128 | 7,05 | 3,35 | 28 e 29 de fev. de 1984 |

O questionário – Optamos por um questionário totalmente fechado (138 questões), no qual o respondente deveria assinalar apenas com um “x” a alternativa desejada. Preferimos essa forma de questionário por dois motivos: possibilitar maior rapidez de preenchimento (cuja duração deveria estar em torno de uma hora) e garantir o anonimato, uma vez que não haveria necessidade de escrever com a própria grafia. A aplicação do questionário foi feita numa sala da própria EA em turmas de aproximadamente trinta pessoas. E indicativo da seriedade com que a pesquisa foi escolhida o fato de somente dois questionários terem sido preenchidos com a visível intenção de forçar a sua anulação.

* A pesquisa, que envolveu também outras categorias profissionais da EA, foi efetuada por iniciativa de sua diretoria, que colaborou amplamente para sua boa realização. Sempre tivemos ampla liberdade de locomoção no interior da empresa. Em nenhum momento houve, da parte da EA, qualquer interferência no planejamento da pesquisa, na coleta dos dados e na análise dos resultados.



Para a elaboração do questionário, contamos com o apoio de funcionários do setor de treinamento da EA e das duas comissões de fábrica, que apoiaram a pesquisa e receberam uma cópia dos resultados.

No processamento dos dados, foi utilizado o programa SPSS (Statistical Package for Social Science). Nas tabelas apresentadas estão transcritos apenas os percentuais das frequências ajustadas, quer dizer, calculadas à base das respostas efetivamente aproveitadas, excluindo os que não responderam.**

A parte qualitativa – A parte qualitativa constou de entrevistas em profundidade, gravadas e efetuadas por entrevistadores na residência dos entrevistados, escolhidos quando da aplicação dos questionários ou indicados pelos próprios trabalhadores em forma de “corrente”. Cada entrevista durou sempre mais de uma hora. No total, obtivemos 29 entrevistas em profundidade, realizadas geralmente aos sábados.*** Nessa parte da pesquisa, os critérios e exigências metodológicas necessárias para a seleção de uma amostra aleatória não foram seguidos. Buscou-se, contudo, a maior diversificação possível no sentido da obtenção de tipos. A intenção era conseguir certas informações que sugerissem hipóteses relativas aos porquês de certas opções indicadas na parte quantitativa.

## PARTE 1: Perfil dos trabalhadores

*Idade* – O primeiro aspecto que chama a atenção no exame das características da mão de obra das unidades de SBC e SP é a elevada proporção de jovens, especialmente na primeira. Em SBC, nada menos do que 43% dos entrevistados têm menos de 31 anos e 98% têm menos de 52 anos. Note-se que, aí, não se encontrou um só indivíduo com mais de 59 anos (na realidade, na faixa de idade entre 53 e 59 anos, há apenas 2%). Já em SP, a proporção de jovens é bastante menor, sendo a proporção de operários com menos de 31 anos de 23%. No outro extremo, a porcentagem de respondentes acima de 53 anos chegou a 8%.

** Para a parte de seleção da amostra, realização dos cruzamentos e organização das tabelas, contamos com a assessoria técnica do professor Reginaldo Prandi. A parte de programação e trabalhos de computação esteve sob a responsabilidade de Adalberto Moreira Cardoso.

*** À dedicação e empenho do professor Iram J. Rodrigues devemos a realização de praticamente todas as entrevistas em profundidade. Colaboraram também na revisão, codificação e transcrição dos questionários: Roselly Pizzolotti, Elça Helena Terra Zaidler, Cristina Nunes Barreto e Maria Lúcia Indjaian da Cruz.

*Tabela : Idade*

| | *SBC* % | *SP* % |
|---|---|---|
| Menos de 18 anos | 0 | 0 |
| De 18 a 24 anos | 18 | 6 |
| De 25 a 31 anos | 25 | 17 |
| De 32 a 38 anos | 28 | 22 |
| De 39 a 45 anos | 20 | 30 |
| De 46 a 52 anos | 7 | 16 |
| De 53 a 59 anos | 2 | 6 |
| De 60 a 66 anos | 0 | 2 |
| Mais de 66 anos | 0 | 0 |
| | 100% | 100% |

*Estado civil* – Considerando a maior proporção de jovens na população de horistas de SBC, não é de estranhar que a de solteiros também seja maior nesse local: 18 % contra 8% em SP. A proporção de divorciados (ou separados da esposa) é da ordem de 2% e 1%, em SBC e SP respectivamente.

*Tabela 2: Situação conjugal*

| | *SBC* % | *SP* % |
|---|---|---|
| Casado ou vivendo maritalmente | 79 | 90 |
| Solteiro | 18 | 8 |
| Desquitado, separado, divorciado | 2 | 1 |
| Viúvo | 1 | 1 |
| | 100% | 100% |

O padrão habitual, nos dois locais, é de a esposa se ocupar apenas dos afazeres domésticos, não tendo uma atividade remunerada: 76% das esposas em SBC e 86% em SP não trabalham remuneradamente, dentro ou fora do lar. A proporção das esposas que trabalham fora de casa em tempo integral é muito baixa nos dois locais: 6% em SBC e 3% em SP. E interessante observar que essa proporção é inferior à das esposas que na própria casa, provavelmente junto com o trabalho doméstico, têm alguma atividade remunerada. Assim é que nada menos do que 13% das esposas em SBC e 7 % em SP têm esse tipo de trabalho remunerado.



*Tabela 3: Trabalho remunerado da esposa*

| | *SBC* % | *SP* % |
|---|---|---|
| Não trabalha fora nem tem qualquer atividade remunerada | 76 | 86 |
| Trabalha fora meio período | 4 | 3 |
| Trabalha fora em período integral | 6 | 3 |
| Tem uma atividade remunerada trabalhando em casa | 13 | 7 |
| Outra resposta | 1 | 1 |
| | 100% | 100% |

Para a maior parte dos trabalhadores, a falta de uma qualificação profissional da esposa torna antieconômico o trabalho remunerado. Assim, na ausência de avós (ou mesmo de uma filha mais velha), que possam se ocupar dos afazeres da casa e do cuidado das crianças, a renda obtida pelo trabalho remunerado da esposa fora de casa não chega a compensar o gasto com empregada. Ao que tudo indica a atividade remunerada da esposa só tende a ocorrer quando ela é suficientemente qualificada do ponto de vista profissional (o que não é o caso da maioria das mulheres dos horistas) ou quando o casal se encontra numa situação de extrema miséria, sendo o salário do marido inteiramente insuficiente para o sustento da família (o que também não é o caso dos horistas da EA). Nesse sentido, é interessante notar que, entre os empregados da EA, a proporção de esposas que exercem uma atividade remunerada se eleva bastante quando se passa para os níveis funcionais mais qualificados educacionalmente. A proporção de esposas de gerentes que trabalham fora de casa em tempo integral chega a 14% e, entre os mensalistas, a 16%.

Contudo, entre os horistas, os dados da pesquisa sugerem que à medida que os salários sobem (caso dos horistas de SP) tende a aumentar a proporção das esposas que não exercem atividade remunerada. É possível, nesse caso, que dois fatores atuem conjugadamente para dificultar a atividade remunerada da esposa: o salário do marido, que possibilita um padrão de vida considerado suficiente (ou satisfatório), e a ausência de maior qualificação profissional da esposa, que não possibilita ou não estimula uma atividade remunerada capaz de compensar o abandono dos afazeres domésticos e familiares. Essas observações foram sugeridas pelas entrevistas qualitativas. Uma análise mais aprofundada exigiria considerar também a idade dos filhos e da própria esposa, o que ultrapassaria de muito o âmbito da pesquisa. Contudo, achamos que vale a pena mencionar um dado que apareceu nas

entrevistas qualitativas e que atua no sentido de limitar o trabalho da esposa fora de casa: a eventual persistência de um modelo de relação conjugal mais tradicional que, na divisão sexual do trabalho, por ciúmes ou outros motivos, atribui à mulher apenas o cuidado da casa e dos filhos.

> [...] para trabalhar com duas, três crianças, botar uma empregada para desperdiçar as coisas em casa [...] a criança morrer porque deu uma febre qualquer [...] Então, se você põe uma empregada, seu filho está com febre, o filho de repente acorda, sai no meio da rua procurando a mãe, ela não está nem aí [...] Então, uma esposa dentro de casa é igual à [...] você está trabalhando, mas está tranquilo. Sabe que tem uma pessoa para cuidar de seus filhos [...] Ela estando em casa, eu saio descansado. Se eu sair e não deixar ela em casa, deixo meu filho com qualquer pessoa, eu saio pensando: "será que estão cuidando do meu filho direito?" Então, por isso, eu não quero que ela trabalhe. Não é [...] porque tem muitos caras que falam: "Não deixo minha mulher trabalhar por ciúme", isso e aquilo. Eu não tenho ciúme da minha esposa porque se ela confia em mim e eu saio para todo lugar, eu tenho que confiar nela. Segundo, se ela quer um marido, ela tem que ter respeito por ele. Para isso, não precisa existir ciúme. E, se existir alguma desconfiança, [...] Vamos ter provas. Então, para isso não tem que proibir ela de trabalhar. Mas tem por causa dos filhos [...] Não adianta querer ter uma boa casa, ter um bom vestimento, e nossos filhos ser tratado com mau humor. Vamos supor, apesar de não ter uma boa alimentação, uma boa roupa, tem que ter ao menos o amor, porque o amor é importante para uma criança.

*Nacionalidade* – Entre os horistas – diferentemente do que ocorre entre os supervisores e entre os membros da alta gerência, onde cerca de 25% nasceram fora do Brasil –, a proporção de estrangeiros é insignificante, especialmente em SBC. Nesse local, 99% dos entrevistados são brasileiros. Em SP, a proporção de estrangeiros é um pouco mais elevada, chegando a 9%. Não temos dados sobre a proporção de estrangeiros entre os operários da região do ABC paulista em geral e de SBC em particular. A pesquisa de José Sérgio R. C. Gonçalves,[2] com trabalhadores de uma fábrica do ramo metalúrgico, encontrou igualmente uma proporção muito pequena de estrangeiros: 3% (dados coletados no último trimestre de 1976 e primeiro trimestre de 1977). Em 1963, em outra pesquisa que efetuamos com

[2] Jose Sergio R. C. Gonçalves, *Mão de obra e condições de trabalho na indústria automobilística do Brasil.* São Paulo, Hucitec, 1985, p. 34.



trabalhadores da indústria automobilística, havíamos achado 4% de estrangeiros entre os operários não qualificados e semiqualificados.[3]

Os estrangeiros sempre estiveram presentes na classe operária brasileira, desde os começos da industrialização. No Estado de São Paulo, até a Primeira Guerra Mundial, os imigrantes italianos constituíam a maior parte da classe operária. Os dados disponíveis indicam que, pelo menos nas regiões Sul e Sudeste, embora a proporção de estrangeiros declinasse constantemente, uma pequena parcela da força de trabalho ainda hoje continua sendo composta por imigrantes. A comparação entre os horistas da EA de SP e de SBC sugere que, nas regiões de industrialização mais recente, a proporção de estrangeiros tende a ser muito baixa e a de nordestinos bastante elevada.[4]

*Tabela 4: Local de nascimento*

| | *SBC* | *SP* |
|---|---|---|
| No Brasil | 99 | 91 |
| Em outro país | 1 | 9 |
| | 100% | 100% |

A proporção de paulistas é mais elevada em SP (65% contra 54% em SBC). Em contraposição, em SBC, a proporção de nascidos nos Estados do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo chega a 40%, descendo para 31% em SP.

[3] Leôncio Martins Rodrigues, *Industrialização e atitudes operárias.* São Paulo, Brasiliense, 1970. p.3-4.

[4] Quanto mais se eleva na hierarquia da empresa mais diminui a proporção de trabalhadores nordestinos e mais aumenta a proporção de paulistas e de estrangeiros:

| *Estado / Região* | *Horistas* | | *Supervisores* | | *Mensalistas* | *Gerência* | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | SBC | SP | SBC | SP | SBC + SP | Média | Alta |
| Norte | – | 1 | – | – | 1 | 1 | – |
| Nordeste | 25 | 23 | 8 | 12 | 2 | 2 | 2 |
| Centro-Oeste | 2 | 1 | – | – | – | 1 | – |
| Sul | 4 | 2 | 3 | – | 3 | 2 | 7 |
| SP | 54 | 65 | 84 | 88 | 87 | 90 | 76 |
| MG e ES | 15 | 8 | 5 | – | 5 | 1 | 8 |
| RJ | – | – | – | – | 2 | 3 | 7 |
| | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Nasceram no Brasil | 99 | 91 | 91 | 71 | 93 | 87 | 73 |
| Nasceram em outro país | 1 | 9 | 9 | 29 | 7 | 13 | 27 |
| | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |

*Tabela 5: Estado de origem*

| | *SBC* % | *SP* % |
|---|---|---|
| Estado de São Paulo | 54 | 65 |
| Nordeste | 25 | 23 |
| Minas Gerais e Espírito Santo | 15 | 8 |
| Sul | 4 | 2 |
| Centro-Oeste | 2 | 1 |
| Norte | 0 | 1 |
| | 100% | 100% |

Como se sabe, a elevada proporção de trabalhadores originários dos Estados mais pobres da Federação, especificamente do Nordeste, é o resultado de um processo migratório bem anterior à crise econômica do começo dos anos 80. Com efeito, 84% dos horistas de SBC e 95% dos de SP estão vivendo na capital paulista, ou na Grande São Paulo, há mais de dez anos. Consequentemente, trata-se de uma parcela da mão de obra já relativamente "urbanizada", de migrantes que se estabilizaram, se não no emprego industrial pelo menos no meio urbano. Nesse ponto, deve-se ressaltar o contraste com a situação existente em fins de 1963, quando mais da metade dos horistas semiqualificados, ou não qualificados, estavam vivendo em São Paulo há menos de dez anos.[5] José Sérgio R. C. Gonçalves, por sua vez, encontrou, em 1976/77, 55% dos trabalhadores que pesquisou vivendo em São Paulo há mais de dez anos. Porém, entre os não qualificados, somente 16% estava na mesma situação.[6]

*Tabela 6: Tempo de vivência em São Paulo*

| | *SBC* % | *SP* % |
|---|---|---|
| Sempre viveu em São Paulo ou no ABC | 21 | 28 |
| Menos de 2 anos | 1 | 1 |
| De 2 a 5 anos | 5 | 2 |
| De 6 a 9 anos | 10 | 2 |
| De 10 a 15 anos | 21 | 20 |
| De 16 a 20 anos | 14 | 9 |
| De 21 a 30 anos | 17 | 22 |
| Mais de 30 anos | 10 | 14 |
| Mora fora da Grande São Paulo | 1 | 2 |
| | 100% | 100% |

[5] Leôncio Martins Rodrigues, *Op. cit.*, p. 6.
[6] José Sérgio R. C. Gonçalves, *Op. cit.*, p. 35.



Para os trabalhadores da EA, o tempo de vivência na capital, relativamente longo, responde provavelmente pela adoção de certos valores modernos relacionados à estrutura familiar. Esse aspecto aparece, por exemplo, na preferência pela família nuclear e nas atitudes relativas à educação das filhas (comparativamente à dos filhos). Assim é que mais da metade dos trabalhadores, tanto em SP como em SBC, considera que o número ideal de filhos não deve ser superior a dois. Na realidade, 90% em SBC e 94% em SP entendem que não se deve ter mais do que três filhos. Do mesmo modo, no tocante à educação, mais de 80% dos respondentes, nos dois locais, julgam que às moças devam ser dadas as mesmas oportunidades educacionais que são concedidas aos homens.

*Tabela 7: Oportunidades educacionais para os dois sexos*

| | SBC | SP |
|---|---|---|
| As filhas devem ter o mesmo nível de instrução dos filhos | 85 | 81 |
| Os filhos precisam ter um nível de instrução superior ao das filhas | 15 | 19 |
| | 100% | 100% |

*Tabela 8: Número ideal de filhos*

| | *SBC* | *SP* |
|---|---|---|
| Quantos vierem | 2 | 2 |
| Nenhum filho | 9 | 4 |
| Um filho | 2 | 4 |
| Dois filhos | 53 | 59 |
| Três filhos | 23 | 24 |
| Quatro filhos | 5 | 1 |
| Cinco filhos | 0 | 0 |
| Seis filhos ou mais | 1 | 0 |
| Quantos for possível sustentar | 5 | 6 |
| | 100% | 100% |

*Escolaridade* – O nível de escolaridade dos horistas de SP é ligeiramente superior ao dos de SBC. No primeiro local, 52% (contra 49% em SBC) têm mais de quatro anos de educação formal. Porém, deve-se notar que 10% dos horistas de SBC e 8% dos de SP não foram além do primeiro ano, o que configura praticamente uma situação de analfabetismo. No outro extremo, encontraram-se 10% em SBC e 14% em SP de trabalhadores que terminaram o curso colegial.

*Tabela 9: Escolaridade*

| | *SBC* % | *SP* % |
|---|---|---|
| Não completou nenhum ano | 3 | 4 |
| Completou o 1º ano | 7 | 4 |
| Completou o 2º ano | 4 | 3 |
| Completou o 3º ano | 6 | 9 |
| Completou o 4º ano | 31 | 28 |
| Completou o 5º ou 6º ano (1º e 2º séries do ginásio) | 23 | 15 |
| Completou o 7º ou 8º ano (3º e 4º séries do ginásio) | 15 | 23 |
| Completou o colégio | 10 | 14 |
| Completou a universidade | 1 | 0 |
| | 100% | 100% |

A comparação desses resultados com os de outras pesquisas realizadas anteriormente com trabalhadores do ramo metalúrgico da mesma região indica um tipo de mudança no tocante à escolaridade das camadas trabalhadoras, que, na situação presente, tende a aumentar a heterogeneidade interna e as diferenciações no interior da Classe. Com efeito, na pesquisa que efetuamos em 1963, numa das unidades que atualmente pertence a EA, não encontramos nenhum trabalhador horista com nível de instrução formal além do ginásio, quer se tratasse de não qualificados quer de altamente qualificados, como os ferramenteiros. A proporção de trabalhadores sem nenhuma instrução era de 6%. Naqueles anos, início da década de 60, excluindo os ferramenteiros, pelos nossos dados, somente 11% dos horistas havia estudado além do curso elementar (quatro anos de escolaridade). José Sérgio Gonçalves, em pesquisa já citada, nota que 25% dos operários de sua amostra também não tinham ido além do primário. Porém, 18% (contra 4% em 1963) tinham terminado o antigo ginásio e 5% o colégio. No caso do presente estudo na EA, como vimos, 3% e 4%, em SBC e SP, respectivamente, não tinha completado nem mesmo o primeiro ano da escola elementar, o que configura uma situação de analfabetismo.[*] Desse ponto de vista, no transcorrer desses vinte anos que medeiam as duas pesquisas realizadas em fábricas da atual EA, *persiste no interior da classe trabalhadora uma parcela iletrada ou com escolaridade muito baixa*. Trata-se, como indicam os dados

[*] Na pesquisa, quando da aplicação dos questionários, aproximadamente 4% dos horistas entrevistados, por dificuldade com a leitura, tiveram de recorrer ao auxílio de um monitor para ler as questões.



de José Sérgio Gonçalves, de trabalhadores não qualificados, dos quais nada menos de 29% não terminaram o primário (quatro anos de escolaridade).

Porém, *ao lado desses trabalhadores de baixa escolaridade, surgiu uma camada de operários fabris com nível educacional relativamente alto, com oito ou mais anos de educação formal*. Esse foi um dos aspectos em que se deu uma das mais importantes mudanças no interior das classes trabalhadoras brasileiras: a existência de parcelas do proletariado fabril com níveis de instrução baixíssimos (que, em países mais desenvolvidos, tornariam praticamente inexequível sua absorção no parque industrial) ao lado de trabalhadores com oito ou doze anos de escolaridade.

Esse quadro parece típico das situações de transição, ou, mais especificamente, das situações em que ocorre um rápido aumento da rede escolar que possibilita a elevação dos níveis de escolaridade das gerações mais novas em conjunturas de rápida modernização, urbanização e industrialização.[7] Como hipótese mais geral, pensamos que o aumento da militância sindical e dos índices de participação política na região do ABC paulista (e das camadas assalariadas em geral), entre outros fatores, estão relacionados a uma elevação dos padrões de escolaridade das camadas trabalhadoras (embora esses padrões sejam ainda muito baixos em comparação com os dos países desenvolvidos).

As discrepâncias encontradas no interior das camadas operárias se reproduzem no interior de suas lideranças. A pesquisa de Marcelo Grondin, com dirigentes de sessenta sindicatos da Grande São Paulo, revelou que 43% dos entrevistados não haviam concluído o curso primário (dados de 1984). Grondin observou igualmente as disparidades que notamos para os horistas da EA: a existência de um número elevado de dirigentes com nível de instrução elevada, da ordem de 38%. No setor industrial, 26% dos diretores de sindicato teriam completado o curso de segundo grau. De acordo com o autor, com relação aos dirigentes sindicais, haveria dois blocos: “um bloco,

[7] A Itália é um bom exemplo dessa situação. Pesquisa realizada com trabalhadores, através de uma amostra nacional, indica que na faixa de idade entre 20 e 24 anos, 24% dos operários tinham instrução superior, ao passo que, na faixa entre 45 e 54, a porcentagem caía para 2%. Inversamente, entre os trabalhadores de 20 a 24 anos, não se encontrou nenhum semianalfabeto, proporção que ascendia para 12% na faixa de 45 a 54 e para 18% na de 55 a 64 anos. Cf. Giuliano Urbani e Maria Weber. *Cosa pensano gli operai.* Milano, Franco Angeli Editorem, 1984.

majoritário, pouco escolarizado, e um bloco minoritário bem escolarizado, separados por um vazio em termos da escolaridade média".[8]

O baixo nível de escolaridade da massa de horistas se relaciona, como seria de esperar, às suas origens familiares: 18% em SBC e 16% em SP vieram de famílias cujos pais eram analfabetos. Aliás, em um terço dos casos, em SBC e em SP, os pais dos entrevistados não tinham completado o primeiro ano da escola elementar.

*Tabela 10: Instrução paterna*

| | *SBC* | *SP* |
|---|---|---|
| Analfabeto | 18 | 16 |
| Começou o 1º ano mas não terminou | 15 | 17 |
| Terminou o 1º ano | 5 | 4 |
| Terminou o 2º ano | 7 | 4 |
| Terminou o 3º ano | 9 | 11 |
| Terminou o 4º ano | 33 | 36 |
| Começou o ginásio mas não terminou | 7 | 9 |
| Terminou o ginásio | 6 | |
| Terminou o colégio | 0 | 0 |
| | 100% | 100% |

## Origens sociais

Para a maioria dos horistas, o emprego na EA é a culminação não tanto de uma carreira profissional, mas de uma trajetória de trabalho variada e difícil. Poucos realizaram cursos técnicos ou profissionais: o nível educacional é baixo e a realização das tarefas, a adaptação ao trabalho fabril, se efetua mediante um aprendizado prático pretérito em pequenas empresas. A imensa maioria dos entrevistados, como se verá adiante¡ veio de famílias de lavradores pobres. De modo geral, suas vidas estão marcadas pela pobreza ou pela miséria e, frequentemente, por tragédias familiares: morte prematura do pai, da mãe ou separação do casal, muitas vezes seguida do abandono da família por parte do marido.

Nesse cenário de pobreza e/ou decomposição da família nuclear, a situação mais comum é a entrada precoce na força de trabalho, a interrupção

[8] Marcelo Grondin, *Perfil dos dirigentes sindicais na Grande São Paulo.* São Paulo, Cecode, 1985. p. 41.



dos estudos – mais frequentemente após o 4º ano do curso primário, ou antes –, sem que o jovem adquira qualificação educacional capaz de lhe possibilitar melhores condições de competição no mercado de trabalho.

Os quatro depoimentos seguintes ilustram um quadro característico.

> Eu nasci na Bahia. Perdi meu pai com oito anos. Aí foi que nós veio para São Paulo. Eu, mais três irmãos e minha mãe. Minha mãe batalhou muito trabalhando como empregada doméstica. Meus parentes também deram uma boa ajuda pra gente, porque ela sozinha não tinha condições de sustentar quatro crianças. Então, na batalha, eu fui crescendo. A gente morava na favela do Morumbi. Moramos lá onze anos. Na época do Exército, fase dos dezessete anos, eu também já trabalhava na feira e de jardineiro nessas casas, nessas mansões dos milionários aí do Morumbi. Foi nessa época que surgiu essa oportunidade aí de São Bernardo. Aí eu já tinha 21 anos e comecei a trabalhar na EA. (montado?)

> Vim de Santa Cruz das Palmeiras. Meu pai, na época, também veio [...] Naquela época, meu pai [...] não tinha estudo, né? Sofreu que nem um condenado aí para me dar alguma coisa. Trabalhava na Prefeitura. Entrou de laçador de cachorro. Isso aí eu não tenho vergonha de falar porque ele fala para todo mundo. Isso aí, acho [...] sei lá. Não é vergonha. É um trabalho qualquer, como lixeiro, como outro qualquer. Depois de laçador de cachorro deram uma promoção para ele: carregar pedras naquele caminhão basculante. (soldador)

> Meus pais são do interior de São Paulo [...] Eu nasci aqui mesmo, na capital, no Ipiranga. Comecei a trabalhar a partir dos treze anos. Tenho o primeiro grau completo. Comecei o segundo grau. Parei por motivo de serviço. Comecei a fazer outros cursos, mas parei também. Trabalhava numa firma metalúrgica. Fazia peça para balancear roda de carro. Trabalhei lá um ano. Depois comecei a trabalhar numa lanchonete. Trabalhei numa lanchonete seis meses. Saí da lanchonete, trabalhei numa autoescola. Só que na autoescola eu trabalhei registrado. Trabalhei como auxiliar de escritório. Trabalhei um ano, mais ou menos. Depois saí de lá, saí, só fui pegando biquinho porque não arrumava serviço por problema de alistamento. Aí, depois de uns dois anos, pegando bico, arrumei uma marcenaria, trabalhei um ano registrado. Aí pedi a conta para entrar na EA. (ponteador)

> Antes de ser metalúrgico, eu já trabalhava. Eu, com a idade de oito anos de idade, comecei a ir na escola e fazia mais ou menos uma hora

a pé, de onde eu morava até a escola [...] Vinha para casa, passava a mão num saquinho de estopa e ia catar lata, vidro, o que achasse [...] Eu não digo que isso me mantinha, porque isso era impossível, né? Mas ajudava em alguma coisa, porque eu vendia, né? Depois de juntar esse material, eu passava o dinheiro para minha mãe [...] Então, até a idade de doze, treze anos, eu fazia isso. Após isso, como a necessidade era grande, eu tirei uma autorização judicial de juiz, pra poder, aí, trabalhar numa fábrica [...] Até os catorze anos [...] Aí tirei a carteira de menor e passei a trabalhar como metalúrgico [...] Fabricava gaiolas [...] porque tinha uma seção que era gaiola de madeira e eu trabalhava nas gaiolas mesmo [...] Após isso, saí e comecei a trabalhar, na Mooca mesmo, mas agora em outra metalúrgica. Fabricava artefatos de arame [...] fabricava correntes e aqueles ganchos de cabide, aquele negócio todo, entende? Daí eu saí e fui trabalhar no Sacomã, numa metalúrgica também. Só que era fabricação de reguladores de voltagem, esses reguladores automáticos. Lá eu trabalhei também um tempo e desse tempo aí eu saí e fui para a EA de São Bernardo, onde trabalhei cerca de sete anos. Fui embora para a Mercedes. Trabalhei dois anos e quatro meses. Voltei e estou atualmente na EA de São Bernardo, outra vez, há quase sete anos. (funileiro)

Nas histórias de vida da maior parte dos horistas – como indicam as entrevistas informais – nota-se a ausência de uma formação não apenas escolar como também profissional: aprende-se "na prática", depois de "estágios" em atividades variadas.

Bom, minha vida é um barato [...] comecei como sapateiro com catorze anos de idade. Trabalhei na Clark e depois numa fabriquinha de turco. Depois eu passei para a Probel, como tapeceiro durante quatro anos. Na Probel, fiquei como autônomo mais alguns anos, dois ou três. Depois ingressei na EA do Ipiranga. Lá eu fiquei por seis anos [...] Saí de lá como autônomo, ingressando agora na EA em São Bernardo [...] faz uns dois anos. *(costureiro)*

Nasci no Piauí. Vim para cá com treze anos. Estudei um pouco só. Lá tinha que ajudar o meu pai. Com catorze anos já estava trabalhando. Trabalhei numa firma de tecelagem uns dezoito meses. Saí. Em seguida entrei noutra firma em Rudge Ramos, na Diana. Trabalhei dez meses. Saí. Depois voltei para a mesma firma em São Caetano. Isso em 1974. Na Mercedes entrei de ajudante. Em seguida passei a pintor. Fiquei cinco anos e um mês na Mercedes, mas fui dispensado.



Aí entrei nas Carrocerias Caio [...] Trabalhei dois anos e nove meses, parece [...] Saí da Caio, entrei na EA. (pintor)

Nasci no Itambé, no Estado de Pernambuco [...] A minha vida começou trabalhando lá no Norte, numa fábrica de tecidos. Trabalhei uns três anos lá. Aí foi quando vim para São Paulo. Trabalhei na Matarazzo de 58 a 61. Depois da Matarazzo trabalhei em outras firmas. Trabalhei na fábrica de baterias lá no Norte. Todo mundo conhece: a Prestolite. Saí da Prestolite. Trabalhei em outras firmas: Companhia Paulista de Aniagem. Comecei, estudei um pouco, passei para outros lugares aí [...] Primário consegui fazer, mas o resto não deu, né? [...] Fiz curso de ajustagem durante um ano. Nessa firma, Elevadores Real, eu era meio-oficial ajustador. Fiz curso de ajustador. Completei. Então me passaram a meio-oficial ajustador. Nessa firma eu trabalhei dez anos. É lá na Vila Maria [...] Trabalhei uma vez, saí, trabalhei fora e depois voltei para lá. Depois eu saí [...] Trabalhei na J. Pari, firma metalúrgica também e outras firmas que eu não estou lembrando o nome delas [...] Trabalhei na Elevadores Otis. Quando saí da Otis passei para a EA. (mecânico de manutenção)

Esses trechos ilustram uma situação bastante comum. Os migrantes dos Estados mais pobres que vêm das famílias de agricultores, como também outros trabalhadores paulistas, passam por uma experiência de trabalho em pequenas firmas que serve, poderíamos dizer, de fase de "adaptação" para a fábrica, socializando-os para o meio industrial e tornando possível a obtenção de um emprego numa "grande empresa", onde os salários, os benefícios e as condições de trabalho tendem a ser melhores.

O baixo nível de qualificação educacional e profissional dos trabalhadores de origem rural torna difícil o deslocamento direto da agricultura para a indústria automobilística (ou para outras grandes empresas de outros ramos). Assim, apenas 9% dos horistas de SBC e 5% dos de SP vieram diretamente da lavoura para a EA. A grande maioria veio do próprio setor industrial: 78% em SP e 70% em SBC, sendo que aproximadamente 20% da mão de obra atual da EA foi recrutada do próprio setor automobilístico.

*Fazer tabela 11: Último emprego antes da EA*

| | *SBC* | *SP* |
|---|---|---|
| Não teve outro emprego; a EA é o primeiro | 8 | 5 |
| Trabalhava na lavoura ou na agricultura | 9 | 5 |
| Trabalhava noutra indústria automobilística | 21 | 23 |
| Trabalhava numa indústria metalúrgica | 27 | 33 |
| Trabalhava em outro tipo de indústria | 22 | 22 |
| Trabalhava por conta própria (não tinha patrão) | 3 | 5 |
| Trabalhava no comércio como empregado | 5 | 2 |
| Outra resposta | 5 | 5 |
| | 100% | 100% |

*Experiência de trabalho agrícola* – Apesar de poucos terem vindo diretamente da agricultura, uma elevada proporção de horistas, especialmente em SBC, teve uma experiência de trabalho agrícola, seja na fase adulta, seja quando eram crianças, provavelmente trabalhando com a família. Em SBC, 56% (contra 44% em SP) trabalharam na agricultura.

*Tabela 12: Experiência de trabalho agrícola*

| | *SBC* | *SP* |
|---|---|---|
| Nunca trabalhou na agricultura | 42 | 55 |
| Só trabalhou quando garoto | 33 | 23 |
| Trabalhou por um tempo quando adulto | 23 | 21 |
| Outra resposta | 2 | 1 |
| | 100% | 100% |

A grande maioria dos operários dos dois locais vem de famílias cujos pais foram lavradores (pequenos proprietários, meeiros ou assalariados agrícolas). Em SBC, nada menos do que 42% dos pais dos entrevistados (35% em SP) não tiveram outra profissão fora da agricultura. A proporção de trabalhadores cujos pais tinham profissões urbanas é bastante pequena nos dois locais.

Nota-se que, entre os horistas de SP, a porcentagem de trabalhadores originários de famílias que habitavam o meio rural é cerca de dez pontos inferior à encontrada entre os de SBC, onde apenas 16% dos pais dos entrevistados nunca trabalharam na agricultura contra 26% em SP.



*Tabela 13: Trabalho agrícola paterno*

| | *SBC* | *SP* |
|---|---|---|
| Só trabalhou na lavoura | 42 | 35 |
| Trabalhou por muito tempo | 26 | 22 |
| Trabalhou por pouco tempo | 16 | 17 |
| Nunca trabalhou | 16 | 26 |
| | 100% | 100% |

Eu nasci em [...] (Estado de São Paulo) e com quatro meses, assim diz minha mãe, se deslocaram para o Paraná. E meu pai começou a trabalhar no café. Então com sete, oito anos, eu já comecei a trabalhar na roça, ajudar o velho, né. Nós somos o meu pai, a minha mãe e mais onze. Seriam treze, mas faleceram dois. Bom, o negócio é o seguinte: eu comecei a trabalhar na roça, a ajudar o velho a capinar. Depois, com onze anos, meu pai veio para São Paulo e em São Paulo foi aquela luta [...] Então, em São Paulo, começamos a batalhar. O velho trabalhava de faxineiro, fazia faxina na fábrica [...] Com catorze anos eu já tinha tirado o primário. Eu falei: vou continuar os estudos e meu pai falou: "Não, não dá. Você tem que trabalhar para ajudar". (operador de máquinas)

Meu pai, minha mãe, é tudo de Minas. A minha mãe era viúva, entende? [...] Faleceu o primeiro marido. Com este marido ela teve três filhos. Depois ele morreu. Então ela casou com outro senhor, que já era viúvo também, que é o meu pai. Sou filho único, desse, né? [...] Na idade de catorze anos, nós veio para o interior do Estado de São Paulo numa cidade que fica perto de Santa Cruz do Rio Pardo [...] Lá, nós fomos para uma fazenda do Sr. [...] Acho que você até conhece [...] Já ouviu falar do deputado federal [...] Ele era fazendeiro e era deputado [...] Então fomos trabalhar na lavoura. Eu e mais o meu irmão, que era solteiro também. Depois, mudamos da fazenda dele para outro sítio. Aí, do sítio eu fui para uma cidadezinha trabalhar numa construtora [...] Lá fiquei dois anos [...] aí eu vim para São Paulo. (prensista)

Na roça a gente era mais privilegiado do que outros que moravam na roça porque nós tinha roça, gado e vários animais. Eu tomava conta dos animais. Meu pai foi um homem muito lutador pela vida. E ele pagava pessoa para trabalhar que eu era muito pequeno, não tinha condições de pegar numa enxada. Eu, que mais trabalhava na parte de lidar com o gado, cavalo, jegue, jumento do Nordeste, né? [...] Aí viemos nós para a cidade em 1962 porque o povo fala que [...] não sei se isso existe mesmo [...] o povo fala que existe inveja em cima da pessoa que tem.

> Então, nós tinha uma vida muito boa lá na roça. O pessoal via que nós tinha muito gado, as criações [...] de repente, foi morrendo. O gado foi-se acabando, a criação, né? Falou: "Nós temos que sair daqui porque vai se acabar tudo e nós vamos ficar a zero". Aí, antes que acabasse tudo de uma vez, meu pai pegou, vendeu tudo. (conferente)

> Sou de São Paulo, mas me criei no Paraná. De pequenino, meus pais mudaram para lá, interior do Paraná. Então, fui criado na roça. Trabalhei muito na roça até a idade de dezoito anos. Trabalhei pesado também, puxei uma enxada. Aí, meu pai sofreu um derrame. Quando ele veio a falecer, eu já tinha perdido minha mãe também, de pequenininho, com a idade de mais ou menos um ano e meio. Aí foi onde eu fiquei só com os irmãos mais velhos. Aí eu resolvi vir para São Paulo tentar a vida aqui. (prensista)

> Na época de garoto, eu me lembro muito bem, meu pai trabalhava para um fazendeiro lá e a gente trabalhava mesmo igual a escravo, né? Apesar que hoje a escravidão não acabou, maneirou, mas naquela época era muito pior [...] Em 70, meu pai faleceu e a gente ficou batalhando pela vida [...] depois eu achei que a vida lá no campo era muito difícil. (montador)

Esses dados sugerem que, em comparação com a situação existente há vinte ou trinta anos, não houve mudança significativa com relação às fontes de recrutamento da força de trabalho da indústria paulista: tal como antes, grande parte das camadas operárias de baixa qualificação tem origem rural, como já havia observado Juarez Brandão Lopes numa das primeiras monografias sobre o proletariado paulista (material coletado em 1957).[9] Na pesquisa que efetuamos em 1963, encontramos 53% de trabalhadores incluídos na amostra com experiência de trabalho agrícola.[10] A pesquisa de José Sérgio Gonçalves indica que 48% do total de trabalhadores da amostra haviam trabalhado na roça. Entre os não qualificados, a proporção chegava a 60% (16% entre os qualificados).[11] Outros estudos, sobre grupos de operários fabris fora de São Paulo, são igualmente coincidentes ao revelarem a alta proporção de trabalhadores vindos da agricultura na força de trabalho industrial. Assim, F. Ferraz, Hélgio Trindade, Judson de Cew e Eduardo Aydos, num levantamento sobre a população de baixa renda do Rio Grande

[9] Juarez Brandão Lopes, *Sociedade industrial no Brasil.* São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1964. (Ver o cap.: O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação).
[10] Leôncio Martins Rodrigues, *Op. cit.*, p. 6.
[11] José Sérgio R. C. Gonçalves, *Op. cit.*, p. 35.



do Sul, revelaram que 46% dos entrevistados haviam trabalhado na agricultura.[12] Maria Andréia Loyola, em pesquisa com trabalhadores têxteis de Juiz de Fora, observou que 41% dos operários vinham do meio rural (dados coletados entre 1965 e 1968).[13] Outra monografia, também com trabalhadoras têxteis, mas de São José dos Campos, feita por Jessita Martins Rodrigues, mostrou que 44% dos entrevistados haviam nascido no meio rural.[14] Entre os trabalhadores de uma fábrica de cerâmica estudados por Carmen Cinira Macedo, 40% tinham tido a agricultura como último emprego.[15] Mesmo entre os dirigentes sindicais pesquisados por Marcelo Grondin, a porcentagem dos que nasceram na roça é elevada (53%), embora a maioria já estivesse vivendo em São Paulo há bastante tempo: 30% há mais de trinta anos e 60% há mais de quinze.[16]

Provavelmente, embora em declínio, a proporção de trabalhadores de origem rural no interior da classe operária paulista (e brasileira) deve continuar elevada na próxima década, ainda que, em termos percentuais, algum decréscimo possa ocorrer. Obviamente, o fator determinante, aqui, é o estoque de mão de obra rural à disposição dos empregadores urbanos, privados ou estatais. A questão é relevante em termos dos seus eventuais efeitos sobre as orientações e atitudes dos trabalhadores ante os numerosos aspectos da vida social: o emprego, a família, a política e, especialmente, para os nossos propósitos, o sindicato e as formas de atuação coletiva.

A influência de valores tradicionais, relacionados às origens rurais de parte importante das camadas trabalhadoras, foi primeiramente levantada, entre nós, por Juarez Brandão Lopes, na pesquisa já mencionada com operários de uma indústria metalúrgica de São Paulo. Segundo o autor, a fraca adesão às ações grupais, tais como a participação em greves e outros movimentos da categoria, a percepção do sindicato como "algo feito por outros, para eles", a dificuldade de adaptação à estrutura industrial, etc. resultariam de seu passado "rural", quer dizer, da persistência de uma mentalidade "tradicional". Juarez Brandão Lopes observa:

[12] F. Ferraz, H. Trindade, J. de Cew e E. Aydos, *Perfil socioeconômico das populações urbanas de baixas rendas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, UFRS /PUC, 1975.
[13] Maria Andréia Loyola, *Os sindicatos e o PTB.* Rio de Janeiro, Vozes, 1980.
[14] Jessita Martins Rodrigues, *A mulher operária; um estudo sobre as tecelãs*. São Paulo, Hucitec, 1979.
[15] Carmen Cinira Macedo, *A reprodução da desigualdade.* São Paulo, Hucitec, 1979.
[16] Marcelo Grondin, *Op. cit.*, p. 31.

> Os operários estudados, vindos do campo, não se adaptam de maneira duradoura à estrutura industrial. Essa adaptação poderia ser obtida pela organização, para, através da luta coletiva, conseguirem a melhoria de suas condições como grupo, ou pelo aprendizado, que levaria à ascensão individual na hierarquia. Procuram, ao invés disso, alcançar o seu interesse econômico imediato. Em consequência, comumente ocorre uma alternação [...] entre a dedicação ao serviço, quando são novos no emprego, e o desinteresse, quando mais tarde desejam receber indenização, para tentarem abandonar a condição de operário.[17]

Posteriormente, na pesquisa que efetuamos em 1963/64 com horistas de uma empresa do setor automobilístico, trabalhando com dois grupos separados de operários (de um lado, os que haviam trabalhado na agricultura e estavam há relativamente pouco tempo em São Paulo, e, de outro lado, os trabalhadores mais qualificados, sem experiência de trabalho agrícola), encontramos também tipos de orientação, entre os trabalhadores do primeiro grupo, muito semelhantes aos encontrados por Juarez Brandão Lopes alguns anos antes. Naquela ocasião, destacamos que os operários de origem rural se definiam mais como pobres do que como membros da classe operária e, mais do que a consciência de um antagonismo separando proprietários e trabalhadores, tinham uma consciência de diferenciações sociais que distinguia "ricos" e "pobres". As orientações políticas de tipo populista, de espera de uma proteção vinda de cima, do governo, foi relacionada e esse tipo de consciência que se estruturava a partir de valores e modos de sentir tradicionais.[18]

Posteriormente, nas décadas de 60 e 70, quando uma sociologia de inspiração marxista se tornou hegemônica nas ciências sociais brasileiras, esse modo de abordagem, inspirado na dicotomia tradicional x moderno, passou a ser criticado. A ênfase se dirigiu mais para o que pareceria o fator determinante: a inserção dos trabalhadores no modo de produção capitalista, daí resultando a exploração e a dominação dos mesmos pela classe dos proprietários privados dos meios de produção. A ênfase sobre as fontes de recrutamento da força de trabalho, nas análises "funcionalistas" sobre a classe operária brasileira, ao sublinhar a influência dos valores sobre as orientações e atitudes da classe (as análises marxistas diriam: "sobre as formas de ação e

[17] Juarez Brandão Lopes, *Op. cit.*, p. 82-3.

[18] Leôncio Martins Rodrigues, *Op. cit.* Ver especialmente o capítulo "Os trabalhadores e a política".



consciência"), esqueceria o fato básico da luta de classes. Do ponto de vista metodológico, o enfoque com base na dicotomia tradicional x moderno estaria relacionado às teorias funcionalistas e, assim, marcado por um viés "conservador", "antimarxista" e antidialético.

Não seria o caso, no âmbito deste estudo, de entrar numa discussão de natureza teórica e metodológica entre funcionalismo e marxismo. No caso das pesquisas sobre a classe operária, e mais diretamente sobre a importância da variável "origem da força de trabalho" e de sua relevância para a compreensão das formas de atuação e das orientações valorativas dos grupos de trabalhadores, é melhor verificar empiricamente em que medida ela constitui um fator explicativo e como poderia, eventualmente, ser integrada num esquema teórico mais amplo capaz de possibilitar uma compreensão mais adequada das orientações das camadas trabalhadoras. A questão aqui é que, embora se possa falar num processo capitalista geral, que forma uma classe operária, às vezes em condições tecnológicas muito semelhantes, não são as características comuns do modo de produção capitalista que possibilitam explicar as diferenças concretas no comportamento político e sindical das classes trabalhadoras dos diferentes países. Desse ângulo, e com essa preocupação, os pesquisadores da classe trabalhadora europeia e norte-americana, qualquer que seja a orientação metodológica, tratam de detectar as variáveis capazes de fornecer hipóteses pertinentes sobre as transformações observadas nas formas de atuação dos grupos de trabalhadores. Além da composição sócio-profissional, da natureza do regime político, do tipo de tecnologia, a questão das fontes de recrutamento da força de trabalho tem sido considerada um fator relevante por pesquisadores de tendências metodológicas as mais diversas.[19]

No caso do Brasil, diante do fato indiscutível da presença de fortes setores do proletariado fabril originários do meio rural, pensamos que se

[19] Veja-se, por exemplo, Alain Touraine e Orietta Ragazzi. *Ouvrier d'origine agricole.* Paris, Seuil, 1961. Serge Mallet, por sua vez, enfatiza a formação profissional, derivada do tipo de tecnologia utilizada no processo industrial. Cf. *La nouvelle classe ouvrière.* Paris, Seuil, 1963. As elites que conduzem o processo de industrialização e as orientações do sindicalismo são examinadas por C. Kerr, J. Dunlop, F. Harbinson e Ch. Myers. *Industrialismo e sociedade industrial.* Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963. Seymor M. Lipset, por sua vez enfatiza principalmente os efeitos dos valores culturais sobre as orientações operárias e sindicais. Cf. Sindicato e estrutura social nos Estados Unidos. In: Leôncio Martins Rodrigues, org. *Sindicalismo e sociedade.* São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968.

deve procurar verificar em que medida essa variável poderia explicar a predominância de certos tipos de orientação na classe operária brasileira, ou em algumas de suas camadas e setores.

Nas pesquisas mencionadas, os dados indicaram diferenças entre os trabalhadores originários da agricultura, recentemente chegados a São Paulo e com pouco tempo de emprego fabril. A questão, aqui, é que a origem rural engloba outras variáveis, como grau de qualificação educacional e profissional, tipo de projeto e expectativa relacionados à migração para o campo. Desse ângulo, são cruciais as características do meio rural (mais modernizado ou tradicional) e o tipo de inserção do trabalhador migrante nesse meio (assalariado, pequeno proprietário, meeiro, etc.). Esses elementos que conformam o meio rural determinam, por sua vez, tipos de trabalhadores e, consequentemente, influem sobre sua capacidade de adaptação ao meio fabril e urbano e, questão que nos interessa mais de perto, afetam os níveis de participação nos movimentos grupais e de sindicalização. (Esse aspecto será tratado na Parte 2 deste estudo, referente aos operários da EA e ao sindicato.).

## Salário e padrão de vida

*Qualificação profissional* – A distribuição dos níveis de qualificação na EA de SP e de SBC, por ocasião da pesquisa, era bem diferenciada. A proporção de operários especializados e altamente especializados em SP era maior do que em SBC, onde a grande massa de trabalhadores estava composta por semiespecializados. Assim, 65% dos operários de SBC, pelos critérios da companhia, estavam classificados como semiespecializados, contra 53% em SP. No outro extremo, 24% dos operários da EA de SP eram altamente especializados, proporção que descia para 6% em SBC. Além disso, 11% dos trabalhadores de SBC eram não especializados, contra somente 3% em SP.



*Tabela 14: Grau de qualificação profissional*

| | *SBC* % | *SP* % |
|---|---|---|
| Não especializados | 11 | 3 |
| Semiespecializados | 65 | 53 |
| Especializados | 12 | 16 |
| Altamente especializados | 6 | 24 |
| Não especificado (sem resposta) | 6 | 4 |
| | 100% | 100% |

A existência de uma importante seção de ferramentaria na unidade da EA de SP explica a proporção mais elevada de trabalhadores qualificados nesse local.

Como seria de esperar, a qualificação profissional superior dos trabalhadores de SP implica salários mais elevados e, consequentemente, um padrão de consumo superior.

Em SP, 54% dos entrevistados ganhavam mais de US$ 266,00 mensais brutos, quer dizer, mais de 5,3 salários mínimos. Porém, em SBC, a proporção dos que estavam nessa situação era de 23%. No polo oposto, em SBC, 19% dos operários tinham salário mensal bruto inferior a US$ 177,00, enquanto em SP somente 7% estavam nessa faixa.

Para a imensa maioria dos operários pesquisados, o emprego na companhia constitui a única fonte de renda. A proporção dos que declararam fazer algum “bico” é muito pequena: 7% em SBC e 5% em SP.

De modo geral, esses salários, nas condições brasileiras, asseguram, para uma grande parte dos horistas, especialmente para os mais qualificados, um padrão de consumo que poderíamos dizer de classe média.

*Tabela 15: Salário mensal bruto*[*]

| | *SBC* | *SP* |
|---|---|---|
| | *%* | *%* |
| Menos de 2,6 salários mínimos (Menos de US$ 134,00) | 3 | 1 |
| De 2,6 a 3,5 salários mínimos (De US$ 134,00 a US$ 177,00) | 16 | 6 |
| De 3,6 a 4,3 salários mínimos (De US$ 178,00 a US$ 222,00) | 23 | 8 |
| De 4,4 a 5,3 salários mínimos (De US$ 223,00 a US$ 266,00) | 35 | 31 |
| De 5,4 a 7,0 salários mínimos (De US$ 267,00 a US$ 355,00) | 16 | 22 |
| De 7,1 a 8,8 salários mínimos (De US$ 356,00 a US$ 444,00) | 5 | 14 |
| De 8,9 a 10,5 salários mínimos (De US$ 445,00 a US$ 533,00) | 1 | 8 |
| De 10,5 a 14,0 salários mínimos (De US$ 534,00 a US$ 711,00) | 1 | 10 |
| | 100% | 100% |

*Tabela 16: Bens de consumo duráveis*

| | *SBC* | *SP* |
|---|---|---|
| Rádio | 77 | 83 |
| TV a cores | 60 | 81 |
| TV branco e preto | 30 | 29 |
| Aparelho de som | 35 | 56 |
| Máquina fotográfica | 31 | 46 |
| Gravador | 19 | 31 |
| Bicicleta | 15 | 27 |
| Motocicleta | 3 | 3 |

A questão referente aos bens acima listados foi endereçada a todos os entrevistados, independentemente do estado civil. No quadro seguinte, estão outros bens referentes a outra questão, respondida apenas pelos casados (ou vivendo maritalmente).

[*] Na ocasião da aplicação dos questionários (13 a 16 de fevereiro de 1984), o preço do dólar para a venda passou de Cr$ 1.116,00 a Cr$ 1.134,00. Calculamos o valor médio do dólar entre essas datas em Cr$ 1.125,00. O salário mínimo, na ocasião, era de Cr$ 57.120,00. Obviamente, no questionário aplicado, as quantias referentes ao salário mensal bruto estavam expressas em cruzeiros, com as seguintes faixas: *1*. Menos de 150 mil; *2*. De 151 a 200 mil; *3*. De 201 a 250 mil; *4*. De 251 a 300 mil; *5*. De 301 a 400 mil; *6*. De 401 a 500 mil; *7*. De 501 a 600 mil; *8*. De 601 a 800 mil; *9*. Mais de 800 mil. Os valores expressos em dólar ou em salário mínimo destinam-se a dar uma ideia geral dos salários. Deve-se ter em conta que, numa situação altamente inflacionária, a conversão do cruzeiro em dólar feita logo após um reajustamento salarial eleva o salário em dólar. A mesma quantia em cruzeiros, reconvertida alguns meses depois em dólares, faz o salário aparecer mais baixo em razão da depredação do cruzeiro ocorrida nesse espaço de tempo.



*Tabela 16-A: Bens de consumo duráveis*

| | *SBC* | *SP* |
|---|---|---|
| | *%* | *%* |
| Geladeira | 97 | 98 |
| Liquidificador | 91 | 96 |
| Enceradeira | 77 | 82 |
| Batedeira | 54 | 62 |
| Máquina de lavar roupa | 35 | 53 |
| Aspirador de pó | 25 | 45 |

Como se percebe na relação acima, os trabalhadores das fábricas de SP, em todos os bens listados, superam os seus colegas de SBC, fato que reflete os salários mais elevados, o grau superior de qualificação e a idade mais avançada dos empregados da EA da capital.

Automóvel – A proporção dos que possuem carro é relativamente elevada. Em SP, 68% dos entrevistados declararam possuir ao menos um automóvel, proporção que declina para 51% em SBC.

No conjunto, os dados relacionados à posse de bens indicam um grupo participante de uma economia de bens de consumo duráveis, alguns de custo relativamente elevado, como TV a cores, máquina de lavar roupa e automóvel. Trata-se, portanto, de um setor da classe trabalhadora cujos estratos superiores (os horistas especializados e altamente especializados) poderiam ser incluídos no que genericamente se classifica de classe média. Esses segmentos têm um padrão de vida e um nível de consumo equivalentes (ou mesmo superiores) a muitos setores profissionais de "colarinho branco", que habitualmente são considerados como tipicamente de classe média (bancários, professores do ensino elementar ou secundário, comerciários, etc.).

Talvez por isso, em SP, 28 % dos entrevistados entendem que fazem parte da classe média, proporção que baixa para 16% em SBC, onde é mais elevada a proporção dos que se identificam com a classe operária: 68% (contra 53% em SP).

*Tabela 17: Autoidentificação de classe**

| | *SBC* | *SP* |
|---|---|---|
| Classe operária | 68 | 53 |
| Classe média | 16 | 28 |
| Classe pobre | 12 | 15 |
| Classe baixa | 3 | 4 |
| Classe alta | 1 | 0 |
| | 100% | 100% |

Na autoidentificação de classe vários fatores são importantes, como os relacionados à educação, renda, profissão, ideologia, etc. No caso, é visível a tendência, mesmo entre os que têm salários superiores a sete mínimos (356 dólares) (que habitualmente as pesquisas de opiniões situam nas “classes médias”), a se identificar com a classe operária, o que faz supor que a natureza da tarefa (de tipo manual), a situação de assalariados numa grande empresa e, talvez, elementos de natureza ideológica sejam fatores mais importantes do que a renda. Assim mesmo, entre os horistas de SP, na faixa salarial superior (de 356 a 711 dólares), a proporção dos que se consideram pertencentes à classe operária supera a dos que se incluem na classe média: 47% contra 33%. Em SBC, entre os que têm salários superior a 267 dólares mensais, 75% se autoidentificam com a classe operária, contra 25% que se incluem na classe média. Apesar disso, à medida que se eleva a renda, eleva-se também, embora ligeiramente, a proporção dos que se incluem na classe média, diminuindo concomitantemente a dos que se consideram membros da classe operária ou da classe pobre. Em SBC 18% dos que ganham menos de 177 dólares incluíram-se na classe pobre, enquanto, no polo oposto, ninguém com salário superior a 267 dólares, respondeu da mesma maneira. Em SP, a proporção dos que se julgam pertencer à classe operária obedeceu à seguinte tendência decrescente, na medida em que se subia de faixa salarial: 61%, 58%, 49% e 47%.

A conclusão a se extrair das tabelas seguintes, onde a autoidentificação de classe foi correlacionada com a renda, é de que, embora a identificação com a classe pobre e a classe operária tenda a ser mais acentuada nos estratos salariais inferiores, a identificação com a classe operária continua elevada nos estratos superiores, especialmente entre os trabalhadores de SBC.[20]

* Essa questão foi formulada da seguinte maneira: “A qual destas classes você acha que pertence?”.

[20] Não conhecemos estudos brasileiros envolvendo a autoidentificação de classe de grupos de trabalhadores. Assim sendo, sem possibilidades de comparações, é difícil relativizar os resultados encontrados na EA de SBC e de SP. Uma pesquisa com trabalhadores têxteis de Juiz de Fora (dados coletados em 1977), que tinham níveis de escolaridade e provavelmente de salários bastante inferiores aos da EA, mostrou que 42% dos operários (diante de alternativas fechadas) se incluíam na classe média e somente 19% e 3% diziam pertencer à classe operária e à classe trabalhadora, respectivamente. Nesse grupo de trabalhadores, 71% não participavam de qualquer atividade do sindicato. Cf. José Alcides Figueiredo Santos. *A consciência social dos trabalhadores têxteis de Juiz de Fora;* um estudo de caso exploratório. Tese de bacharelado defendida junto ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1979. Mimeo.



Essa maior identificação com a classe operária, entre os horistas de SBC, é possivelmente um dos fatores que explica as taxas de sindicalização mais elevadas nesse local, contrariando a tendência habitual no sentido do aumento da taxa de participação sindical à medida que melhora a qualificação dos trabalhadores.

*Tabela 18: Autoidentificação de classe x salário*

| *Classe Social* | *SBC* Salário em dólares | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Menos de 178 | De 178 a 222 | De 223 a 266 | De 267a 444 |
| | % | % | % | % |
| Classe baixa | 7 | 0 | 4 | 0 |
| Classe opedria | 53 | 65 | 78 | 75 |
| Classe pobre | 18 | 26 | 10 | 0 |
| Classe média | 18 | 9 | 8 | 25 |
| Classe alta | 4 | – | – | – |
| | 100% | 100% | 100% | 100% |

| *Classe Social* | *SP* Salário em dólares | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Menos de 223 | De 223 a 266 | De 267 a 355 | De 356 a 711 |
| | % | % | % | % |
| Classe baixa | 0 | 3 | 7 | 5 |
| Classe operária | 61 | 58 | 49 | 47 |
| Classe pobre | 6 | 13 | 22 | 15 |
| Classe média | 33 | 26 | 22 | 33 |
| Classe alta | – | – | – | – |
| | 100% | 100% | 100% | 100% |

## PARTE 2: Os trabalhadores e a organização sindical

*Proporção de sindicalizados* – Em SBC, 64% dos trabalhadores estavam sindicalizados no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Em SP a porcentagem de sindicalizados baixava para 43% , dos quais 42% se declararam sócios do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e 1% do de São Bernardo do Campo e Diadema.* A porcentagem de sindicalizados em SP é, assim, cerca de 20% inferior à em SBC.

*Tabela 19: Proporção de sindicalizados*

| | *SBC* | *SP* |
|---|---|---|
| Não é sócio de nenhum sindicato | 36 | 57 |
| Sindicato dos Metalúrgicos de SBC e Diadema | 64 | 1 |
| Sindicato dos Metalúrgicos de SP | 0 | 42 |
| | 100% | 100% |

Com relação à situação existente em 1963/64, na mesma unidade de SBC, constata-se um forte aumento da taxa de sindicalização. Naqueles anos, entre os ferramenteiros, 39% estavam sindicalizados, enquanto, entre os demais trabalhadores, a porcentagem era de 21%. Deve-se observar especialmente a taxa bastante elevada de sindicalizados entre os trabalhadores de SBC, fato em certa medida surpreendente em razão da presença de fortes contingentes de trabalhadores de baixa qualificação, que, normalmente, tendem a ser mais refratários à militância sindical. De modo geral, ela supera em aproximadamente 36 pontos percentuais a proporção de sindicalizados encontrada numa pesquisa efetuada em 1982 por Marcelo Grondin e Moema Viezzer com empregados de sete ramos econômicos relativamente importantes de São Paulo. Segundo a pesquisa 28% dos homens e 27% das mulheres estariam sindicalizados.[21]

### Sindicalização e idade

Em ambos os locais, os índices de adesão ao sindicato tendem a se elevar à medida que aumenta a idade do trabalhador, o que vale dizer, à medida que aumenta o tempo de trabalho na empresa e no setor metalúrgico ou, se quisermos, o tempo de vivência na classe trabalhadora.

Como indica a tabela seguinte, onde a variável "sindicalização" está cruzada com a variável "idade", em SBC a maior proporção de trabalhadores sindicalizados foi encontrada entre os horistas com mais de 45 anos de idade: 77%. Entre os trabalhadores na faixa inferior de escolaridade, com menos de 32 anos, a porcentagem foi de 63%.

Nas fábricas de SP, a proporção de sindicalizados na faixa dos mais jovens é de 34%, passando, sucessivamente, para 41%, 51% e 44% nos grupos etários mais idosos. Nesse local, foi entre os operários com idade entre 39 e 45 anos que se registrou o maior índice de sindicalização. Em SBC, foi entre os trabalhadores com mais de 45 anos.

*Tabela 20: Sindicalização x idade*

| *SBC* | *Idade* | | | |
|---|---|---|---|---|
| *Sindicalização* | Menos de 32 % | De 32 a38 % | De 39 a 45 % | Mais de 45 % |
| Sindicalizados | 63 | 60 | 64 | 77 |
| Não sindicalizados | 37 | 40 | 36 | 23 |
| | 100% | 100% | 100% | 100% |
| n= | 65 | 40 | 28 | 13 |

| *SP* | *Idade* | | | |
|---|---|---|---|---|
| *Sindicalização* | Menos de 32 % | De 32 a 38 % | De 39 a 45 % | Mais de 45 % |
| Sindicalizados | 34 | 41 | 51 | 44 |
| Não sindicalizados | 66 | 59 | 49 | 56 |
| | 100% | 100% | 100% | 100% |
| n= | 29 | 29 | 33 | 27 |

Nos dois locais, a variável que parece mais correlacionada à taxa de sindicalização é o salário. Em SBC, na faixa salarial inferior, a proporção de sindicalizados é de 44%, enquanto, na faixa superior, ela alcança os 80%, com uma diferença da ordem de 36 pontos percentuais a favor dos salários mais elevados. *Exatamente a mesma tendência foi encontrada em SP*. Na faixa salarial inferior, 45% estão sindicalizados, contra 54% na faixa superior.

* A existência dessa pequena porcentagem de trabalhadores da unidade de SP filiados ao sindicato de SBC provavelmente se deve a empregados da EA recentemente transferidos para São Paulo.

[21] Marcelo Grondin e Moema Viezzer, Diagnóstico dos motivos de sindicalização dos trabalhadores. São Paulo, 1982. Mimeo.

*Tabela 21: Sindicalização x salário*

| *SBC* | *Salário mensal em dólares* | | | |
|---|---|---|---|---|
| *Sindicalização* | Menos de 178 % | De 178 a 222 % | De 223 a 266 % | De 267 a 444 % |
| Sindicalizados | 44 | 59 | 37 | 80 |
| Não sindicalizados | 56 | 41 | 33 | 20 |
| | 100% | 100% | 100% | 100% |
| n= | 23 | 32 | 52 | 35 |

| *SP* | *Salário mensal em dólares* | | | |
|---|---|---|---|---|
| *Sindicalização* | Menos de 223 % | De 223 a 266 % | De 267 a 355 % | De 356 a 711 % |
| Sindicalizados | 45 | 28 | 46 | 54 |
| Não sindicalizados | 55 | 72 | 54 | 46 |
| | 100% | 100% | 100% | 100% |
| n= | 18 | 36 | 26 | 37 |

Como se observa nas duas tabelas, *à medida que se elevam os salários, tende a aumentar, em SBC e SP, a proporção de trabalhadores sindicalizados.* Considerando que os trabalhadores de salários mais elevados são também os mais qualificados e os de nível de escolaridade mais alto, pode-se afirmar que *os índices de sindicalização são mais elevados entre os operários mais qualificados* e que, provavelmente, não só os salários, mas também os graus de escolaridade mais elevados favorecem a adesão ao sindicato.

**Voto nas eleições sindicais**

A filiação ao sindicato é uma variável necessária, mas não suficiente para sugerir o grau de coesão e consciência grupal da categoria. Como se sabe, o trabalhador, ao se filiar ao sindicato, pode desejar principalmente se utilizar dos serviços assistenciais da associação sem que, necessariamente, o sindicato seja concebido como um instrumento de reivindicação e sem que, por outro lado, o ato de sindicalização possa ter um significado mais profundo em termos de disposição para a participação em ações coletivas.

Desse modo, para examinar melhor o grau de participação sindical, outras questões foram incluídas no questionário. O ato de participar da votação para a escolha da diretoria do sindicato foi considerado, ao lado



de outras variáveis, um indicador da participação e da integração sindical do trabalhador. Também nesse ponto encontramos índices mais elevados entre os horistas de SBC do que entre os de SP. Em SBC, 65% dos sindicalizados votaram para a escolha da diretoria do sindicato, proporção que declina para 51% em SP. Assim pode-se dizer que metade dos trabalhadores sindicalizados de SP não participou da votação para a escolha da diretoria.

*Tabela 22: Voto nas eleições sindicais (só para sindicalizados)*

| | SBC | SP |
|---|---|---|
| Votou | 65 | 51 |
| Não votou | 35 | 49 |
| | 100% | 100% |
| n = | 91 | 79 |

Embora a parcela de trabalhadores que participaram da eleição para a escolha da diretoria seja relativamente elevada, só uma proporção muito pequena de horistas costuma frequentar o sindicato com alguma assiduidade. Nesse aspecto, surpreendentemente, a frequência ao sindicato é mais elevada entre os trabalhadores de SP, embora, como mostra a tabela seguinte, a grande maioria tenha declarado que nunca vai à sede do sindicato. Não temos elementos, na presente pesquisa, para explicar a proporção mais elevada de trabalhadores de SP em comparação com os de SBC que afirmaram "ir frequentemente ao sindicato". Ao que parece, para uma grande parcela de trabalhadores da EA de SBC que moram em SP, a distância do local de moradia torna difícil o acesso à sede do sindicato.

*Tabela 23: Frequência ao sindicato*

| | *SBC* % | *SP* % |
|---|---|---|
| Vai frequentemente | 1 | 6 |
| Vai às vezes | 27 | 25 |
| Raramente vai | 29 | 24 |
| Nunca vai | 43 | 45 |
| | 100% | 100% |

Em SBC, muito claramente, *a assiduidade ao sindicato tende a ser mais elevada entre os trabalhadores de salários mais elevados*, quer dizer, entre os mais qualificados. Entre os que ganham menos de 178 dólares mensais brutos, 71% declararam que *nunca* vão à sede do sindicato; proporção que declina para 2 8 % e 33% nas faixas salariais entre 223 e 266

dólares e 267 e 444 dólares, respectivamente. Além disso, *nenhum* trabalhador de SBC com salário inferior a 223 dólares declarou ir frequentemente ao sindicato, ao passo que, nas duas faixas salariais superiores, chega-se a encontrar uma porcentagem, ainda que bastante baixa, de trabalhadores que disseram "ir frequentemente" à sede do sindicato: 2% e 3%, respectivamente.

Em SP, essa relação não parece muito pronunciada. Assim é que, entre os que recebem um salário inferior a 223 dólares, a proporção dos que "*vão frequentemente*" é igual à dos que ganham mais de 356 dólares: 11%. Porém, proporcionalmente, a maior porcentagem de trabalhadores que *nunca* vão ao sindicato localiza-se nas faixas salariais inferiores.

Esses índices de frequência, embora muito baixos, devem ser considerados normais. Praticamente todas as pesquisas efetuadas com empregados de vários setores econômicos mostram que a ida ao sindicato só ocorre em ocasiões especiais (assembleias, procura de orientação jurídica ou de assistência médica, etc.). Somente uma minoria, no Brasil e em outros países, por razões de carreira sindical ou de ativismo político, costuma ir frequentemente ao sindicato. No passado, para núcleos de trabalhadores qualificados, as sedes das associações de classe constituíam, mais do que nos dias atuais, centros de discussão, de sociabilidade e de lazer. O crescimento das cidades, e consequentemente o aumento das distâncias, a TV e a existência de centros de recreação e lazer tendem a diminuir a frequência às sedes e subsedes dos sindicatos.[22]

[22] Mesmo num país como a Inglaterra, em que os sindicatos estão (ou estavam na ocasião da pesquisa) solidamente implantados, um estudo com operários de uma cidade industrial indicou que 60% dos trabalhadores incluídos na amostra *nunca* iam às reuniões de seu sindicato. Entre os semiespecializados a proporção subia para 78%, mas baixava para 29% entre os qualificados com formação artesanal. Cf. J. Goldthorpe, D. Lockwood, F. Bechhofer e J. Platt. *The affluent worker;* industrial attitudes and behaviour. Cambridge, Cambridge University Press, 1970.



*Tabela 24: Frequência ao sindicato x salário*

| *SBC* | *Salário em dólares* | | | |
|---|---|---|---|---|
| *Frequência* | Menos de 178 % | De 178 a 222 % | De 223 a 266 % | De 267 a 444 % |
| Vai frequentemente | 0 | 0 | 2 | 3 |
| Vai às vezes | 11 | 30 | 33 | 28 |
| Raramente vai | 18 | 18 | 37 | 36 |
| Nunca vai | 71 | 52 | 28 | 33 |
| | 100% | 100% | 100% | 100% |
| n= | 28 | 33 | 54 | 36 |

| *SP* | *Salário em dólares* | | | |
|---|---|---|---|---|
| *Frequência* | Menos de 223 % | De 223 a 266 % | De 267 a 355 % | De 356 a 711 % |
| Vai frequentemente | 11 | 3 | 0 | 11 |
| Vai às vezes | 26 | 24 | 27 | 21 |
| Raramente vai | 11 | 16 | 42 | 26 |
| Nunca vai | 52 | 57 | 31 | 42 |
| | 100% | 100% | 100% | 100% |
| n= | 19 | 38 | 26 | 38 |

Esses resultados são amplamente coincidentes com os de outros estudos sobre a classe trabalhadora. Assim, por exemplo, Annez Andraus Troyano, em pesquisa sobre trabalhadores do ramo químico e farmacêutico (dados coletados em 1971), observou que a sindicalização estava diretamente ligada ao tempo de serviço dos trabalhadores no emprego: com menos de um ano de serviço, apenas 7% estavam sindicalizados, proporção que ascendia para 39% entre os que tinham mais de dez anos de casa.[23] Ademais, os índices de sindicalização aumentavam entre os trabalhadores mais bem remunerados. Comparado os efeitos das duas variáveis (tempo de serviço e nível salarial), Annez Troyano notou que, no grupo estudado, o tempo de serviço era muito mais importante para a sindicalização do que o nível salarial. A autora sugere que

> uma grande mobilidade ocupacional do trabalhador [...] impede a sua conscientização em relação à classe social a que pertence, e consequentemente sobre o papel de seu sindicato enquanto órgão de classe.[24]

[23] Annez Andraus Troyano, *Estado e sindicalismo*. São Paulo, Símbolo, 1978, p. 162-3.
[24] Ib., p. 166.

A conclusão de Annez Troyano foi corroborada pela investigação, mais ampla, de Marcelo Grondin e Moema Viezzer. Em sua pesquisa com sete categorias profissionais, os autores concluem que

> as percentagens de sindicalização são maiores nas faixas que apresentam maior estabilidade. No conjunto, essa percentagem vai diminuindo na medida em que vai aumentando o número de empresas por onde o trabalhador teve que passar.[25]

Desse modo: entre os trabalhadores que mudaram mais de cinco vezes de categoria, a proporção de sindicalizados era de 19%, ao passo que, entre os que nunca tinham mudado, a proporção chegava a 31%.

Os dados da pesquisa de Grondin e Viezzer são também coincidentes com os nossos em outros pontos: *os índices de adesão ao sindicato tendem a ser mais elevados entre os trabalhadores mais idosos*. A maior porcentagem de sindicalizados foi encontrada na faixa etária entre 56 e 65 anos: 40%. Vão também na mesma direção dos resultados que obtivemos entre os operários da EA as correlações encontradas pelos dois pesquisadores da PUC/ SP: de modo geral, a sindicalização tende a ser mais comum entre os empregados de nível universitário. No entanto, como chamam a atenção Grondin e Viezzer, os índices de sindicalização caem nos níveis educacionais intermediários (secundário incompleto) em relação aos que não estudaram. Observam os autores da pesquisa que o dado referente aos trabalhadores que "não estudaram", e cuja taxa de sindicalização é mais elevada do que a dos que têm curso primário e secundário incompleto, deve ser tomado com cuidado em virtude do tamanho reduzido da amostra.[26]

José Sérgio Gonçalves, em pesquisa com metalúrgicos do ABC, notou a seguinte evolução da taxa de sindicalização entre os níveis de qualificação abaixo:

| Não qualificados | 17% |
|---|---|
| Semiqualificados | 43% |
| Qualificados | 57% |
| Total | 41% dos trabalhadores da empresa estudada estariam sindicalizados. [27] |

[25] *Op. cit.*, p. 43.
[26] Ib., p. 33.
[27] *Op. cit.*, p. 142.



No mesmo sentido vão os resultados da pesquisa de Celso Frederico com trabalhadores de uma indústria mecânica de Santo André: entre os qualificados, 42% estavam sindicalizados, ao passo que, entre os ajudantes, a proporção era de 29%.[28]

Pelos resultados das pesquisas mencionadas, deveríamos concluir que as taxas de sindicalização tendem a ser mais elevadas:

1. Entre os trabalhadores de mais alta qualificação;
2. Entre os trabalhadores mais estáveis no emprego;
3. Entre os trabalhadores de nível de escolaridade mais elevada;
4. Entre os trabalhadores mais idosos.

Todos esses fatores, na realidade, são indicativos de *maior integração ao grupo operário*, de maior imbricação dos destinos individuais com os da categoria profissional ou da classe trabalhadora.

Desse ângulo, como avaliar a importância da variável que discutimos anteriormente, isto é, dos efeitos do "passado rural" sobre os níveis de participação nas atividades do sindicato?

Como vimos na *Parte 1* deste capítulo, os primeiros estudos com grupos de trabalhadores da indústria paulista, revelaram que os operários originários da agricultura, ou de regiões "tradicionais", tinham taxas de participação sindical inferiores à de seus companheiros de origem urbana.

Na presente pesquisa, como de hábito nos estudos sobre trabalhadores fabris, esse aspecto foi objeto de uma questão específica. Novamente, encontramos índices de adesão ao sindicato *ligeiramente* mais elevados entre os operários que *nunca* haviam tido uma experiência de trabalho na agricultura. Porém, a comparação dos dados de SBC com os de SP indica alguns pontos interessantes que requerem uma interpretação mais matizada.

Como se vê na tabela seguinte, tanto em SBC como em SP, a diferença na proporção de sindicalizados entre os horistas que nunca trabalharam na agricultura e os que trabalharam por um período, quando adultos ou quando crianças, é muito pequena, da ordem de 5 % a favor dos trabalhadores que nunca tiveram experiência de trabalho na lavoura.

[28] Celso Frederico, *Consciência operária no Brasil*. São Paulo, Ática, 1978. p. 60. (Dados coletados entre julho de 1970 e junho de 1971.).

*Tabela 25: Sindicalização x trabalho agrícola*

| *SBC* | *Trabalho na agricultura* | | |
|---|---|---|---|
| *Sindicalização* | Nunca trabalhou | Trabalhou quando criança | Trabalhou quando adulto |
| | % | % | % |
| Sindicalizados | 67 | 63 | 61 |
| Não sindicalizados | 33 | 37 | 39 |
| | 100% | 100% | 100% |
| n= | 61 | 48 | 31 |

Obs.: Foram excluídos três casos de respondentes que assinalaram a alternativa “outra resposta”.

| *SP* | *Trabalho na agricultura* | | |
|---|---|---|---|
| *Sindicalização* | Nunca trabalhou | Trabalhou quando criança | Trabalhou quando adulto |
| | % | % | % |
| Sindicalizados | 43 | 46 | 39 |
| Não sindicalizados | 57 | 54 | 61 |
| | 100% | 100% | 100% |
| n= | 65 | 24 | 26 |

Obs.: Foi excluído um caso de respondente que assinalou a alternativa “outra resposta”.

Embora a proporção de trabalhadores sindicalizados de origem urbana seja *em cada unidade da EA considerada isoladamente* sempre superior à dos de origem rural, um dado chama a atenção: comparando-se SBC com SP, nota-se que, *na primeira, a proporção de sindicalizados que foram trabalhadores rurais (quando crianças ou adultos) supera em aproximadamente vinte pontos percentuais a proporção de sindicalizados da segunda que nunca trabalharam na roça*.

Indo mais adiante: a comparação entre os trabalhadores da unidade de SBC e os da de SP contraria algumas expectativas criadas por outros estudos sobre os fatores que afetam, positiva ou negativamente, os coeficientes de adesão ao sindicato.

Com efeito, a partir dos resultados encontrados em outras pesquisas e também dos que encontramos no interior de *cada unidade* da EA considerada isoladamente (que indicam taxas mais elevadas de adesão ao sindicato na medida em que se têm grupos de trabalhadores com salários, qualificação e instrução mais elevados, mais idosos e com mais tempo de serviço na profissão), *a proporção de trabalhadores sindicalizados na EA de SP deveria ser muito superior à da EA de SBC*.



A conclusão que se depreende desses dados é que outras variáveis, cujo controle escapam do âmbito dessa pesquisa, atuam no sentido de elevar, em SBC, a participação nas atividades sindicais.

Em outras palavras: os índices superiores de sindicalização em SBC não decorrem do fato de existir, nesse local, maior proporção de trabalhadores semiespecializados, mais jovens, com escolaridade e salários relativamente mais baixos, justamente porque, convém repetir, qualificação, escolaridade e salários inferiores são fatores que tendem a prejudicar a adesão à organização sindical.

À luz desses resultados, parece necessário realçar a importância de um fator que, de certa maneira, é externo ao grupo operário, e não tem relação com as características específicas de um dado segmento da classe trabalhadora, tais como escolaridade, nível de qualificação, origem, idade, etc. Referimo-nos ‘aqui aos efeitos de um elemento meramente quantitativo, ou seja, ao que se poderia denominar de coeficiente de *concentração*, entendendo por esse termo a relação entre o volume de trabalhadores e o grau de concentração/dispersão da massa operária numa dada área. Consideramos, se todos os demais fatores forem iguais, que na medida em que aumenta a massa de trabalhadores e na medida em que ela se concentra num espaço mais reduzido, ou num número menor de empresas, aumenta a capacidade de pressão dos trabalhadores e, assim, sua propensão a participar da organização sindical ou eventualmente de outros organismos que possam servir de instrumento de pressão sobre o patronato e o poder público. A comparação entre a unidade de SBC e a de SP sugere que o efeito “concentração” é capaz de compensar, com vantagens, a existência de outros elementos que, como vimos, tendem a prejudicar a adesão dos trabalhadores ao sindicato, tais como a maior mobilidade profissional, a baixa escolaridade, a falta de qualificação, etc.

No caso específico da EA, esse elemento de natureza quantitativa opera de duas maneiras: no que diz respeito às diferenças no volume de trabalhadores empregados nas unidades da EA de SBC e no que diz respeito ao número de trabalhadores existente nas circunvizinhanças da companhia.

Desse modo, em SBC, as condições favoreceriam o aparecimento de um movimento sindical mais agressivo justamente em razão da grande concentração dos trabalhadores num número reduzido de grandes fábricas localizadas muito próximas umas das outras, facilitando a mobilização dos

trabalhadores pelo sindicato e criando um meio social marcadamente operário com uma cultura política muito característica. Obviamente, nesse contexto, o sindicato tende a ocupar um espaço relativamente mais importante na vida do trabalhador, qualquer que seja seu grau de formação profissional ou de escolaridade.

A importância deste fator "concentração operária" para a compreensão das fortes diferenças nos índices de sindicalização e participação sindical dos operários da EA da capital e de SBC adquire maior significação quando se elimina a hipótese de uma experiência sindical mais antiga por parte dos trabalhadores da EA de SBC em relação aos da EA de SP. Na realidade, em ambos os locais, o *tempo* de participação nas atividades sindicais (indicado pelos anos de filiação ao sindicato) é aproximadamente igual.

*Tabela 26: Data de adesão ao sindicato*

| | *SBC* | *SP* |
|---|---|---|
| Em 1983 ou 1984 | 19 | 19 |
| Em 1982 | 15 | 18 |
| Em 1981 | 10 | 6 |
| Em 1980 | 11 | 10 |
| Em 1979 | 9 | 10 |
| Em 1978 | 3 | 2 |
| Em 1977 ou antes | 22 | 19 |
| Não se lembra | 11 | 16 |
| | 100% | 100% |
| n = | 93 | 51 |

A variável "grau de concentração operária" deve ser também considerada na comparação entre a EA de SBC e a EA de SP. Como notamos na Introdução deste trabalho, na unidade de SBC o número de horistas é de aproximadamente cinco vezes o existente na capital: 10.000 e 1.800. Esse dado "quantitativo" tem implicações "qualitativas" importantes no clima social e administrativo existente em SBC e SP. Na capital, segundo opinião tanto dos membros da comissão de fábrica quanto dos funcionários da EA do setor de Relações Humanas, de Treinamento e de Supervisão, "todo mundo se conhece", os contatos são mais fáceis e as relações são melhores entre os diferentes escalões da empresa. Por outro lado, as diferenças sociais e culturais, entre gerentes, supervisores, pessoal de escritório e horistas, embora fortes, não são tão acentuadas como em SBC. Na EA de SP, a proporção de paulistas e de horistas altamente qualificados é mais elevada, fato que tende a



reduzir a distância entre os setores de comando (supervisores de linha, gerentes de produção, em particular), que estão em contato mais constante com os horistas. Em todos os sentidos, na EA de SP, por ocasião da pesquisa tinha-se um grupo menos heterogêneo no interior de um sistema social menos formalizado. Esse fator, provavelmente, agia no sentido de enfraquecer, entre os horistas, o sentimento de fazer parte de uma "comunidade operária" com seus valores próprios.

Na EA de SBC não só a concentração de trabalhadores é muito maior, mas também a proporção de horistas não qualificados ou semiqualificados é consideravelmente mais elevada do que em SP. Como vimos, a maior parte desses segmentos é originária do Nordeste. As distâncias entre os níveis de gerência e supervisão e a massa de trabalhadores são muito acentuadas, em todos os sentidos: étnico, cultural, econômico, social e político. Nessas condições, o sentimento de pertencer a uma mesma comunidade encontra mais dificuldade para se estabelecer: as comunicações entre a gerência e supervisores com o "chão da fábrica" são mais difíceis, os escalões superiores da empresa quase fatalmente tendem a padrões autoritários paternalistas no trato com os subordinados, que estão situados muito mais abaixo na escala social. Essa situação de EA de SBC, concentrando um volume muito grande de trabalhadores não qualificados e semiqualificados, que têm como vizinhos, companheiros da mesma qualificação de outras grandes empresas da localidade cria as condições "objetivas" para a *formação de um sentimento de comunidade operária, ao mesmo tempo em que aumenta a sua capacidade de pressão*. Tem-se, pois, o contexto ideal para a constituição de um sindicalismo agressivo e com poder de fogo sobre empresas que, pela sua complexidade, são vulneráveis não somente aos grandes movimentos grevistas como também às paralisações setoriais.

E, nesse ponto, seria tentador procurar explicar os índices mais elevados de sindicalização e também de agressividade reivindicatória através das características da liderança sindical. Desse ângulo, a maior participação dos trabalhadores de SBC se justificaria em função de o sindicato de SBC ser mais combativo do que o de SP. Contudo, sem menosprezar o papel desempenhado pelas lideranças, não julgamos que resida aí a chave que explica as variações no comportamento sindical e na política dos trabalhadores das duas unidades da EA. Pelo contrário: consideramos que é justamente a situação estruturalmente diversa, ou, de modo mais preciso, a elevada concentração de trabalhadores em poucas empresas num espaço

geográfico relativamente pequeno (o município de São Bernardo do Campo), que possibilitou o surgimento de uma liderança como a de Lula e de outros diretores do sindicato local. Claramente, esse fator possibilita atuações bem mais agressivas do sindicato. As lideranças sindicais podem concentrar seus esforços numa dezena de grandes empresas da localidade e rapidamente envolver uma massa de aproximadamente cem mil trabalhadores. Essa possibilidade não está ao alcance do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, embora este represente um número bem maior de trabalhadores. Ocorre que os metalúrgicos da capital estão, na sua maioria, empregados em empresas pequenas e médias, espalhadas numa vasta área. Assim, enquanto em SBC o setor de material de transporte emprega aproximadamente 70% da categoria (mais de 50% dela agrupada em apenas cinco empresas), em SP 64% dos metalúrgicos estavam em empresas de até cinquenta empregados. Por isso, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo tem uma influência política grande (e difusa), mas um fraco poder de pressão sindical, ao contrário do que ocorre com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Assim, o que se poderia denominar “coeficiente de concentração e agregação” dos trabalhadores (isto é, o volume de trabalhadores distribuídos numa dada área e num certo número de empresas) parece ser o fator determinante das taxas de sindicalização, de adesão ao sindicato e de participação nas formas de ação coletivas. É justamente esse “coeficiente” que cria as condições para a formação de lideranças que podem ser mais reivindicativas e agressivas porque dispõem de melhores meios de pressão sobre o patronato.